



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## A articulação entre políticas culturais e políticas educativas em Portugal: O Plano Nacional das Artes

Tiago Miguel da Silva Luzio

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

**Orientador:**

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado e Professor Auxiliar Convidado,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

**Co-Orientadora:**

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



Departamento de História

A articulação entre políticas culturais e políticas educativas em Portugal: O Plano Nacional das Artes

Tiago Miguel da Silva Luzio

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado e Professor Auxiliar Convidado,

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



**EPIGRAFE**

*"Arte, cultura e educação, preservam  
o património, resgatam a história e  
perpetuam valores."*

*Gislaine Nascimento da Silva Perez*



## **DEDICATÓRIA**

A toda a minha família,  
Aos meus pais e irmã, pela paciência e apoio.  
À minha avó, pelo carinho e encorajamento constante.

À Catarina por todo o amor,  
Por ser um pilar fundamental, em especial durante este desafio.

Aos meus amigos e colegas mais próximos,  
Pela companhia e incentivo em todas as fases desta etapa.

Nada disto seria possível sem o auxílio de todos vós.



## **AGRADECIMENTOS**

Uma das mais preciosas lições de vida que já recebi foi “junta-te aos bons, serás como eles, junta-te aos maus, serás pior do que eles”. Quando fazemos um trabalho de investigação não dependemos só de nós, mas de com quem temos de lidar. Ora, procurei sempre relacionar-me com os melhores. Tive, desde o início, a sorte de poder trabalhar na companhia de pessoas incríveis, não apenas devido ao contributo científico que me deram, mas por contribuírem sempre com a sua inegável qualidade humana. Em primeiro lugar devo um profundo e sentido agradecimento ao meu orientador, Doutor José Soares Neves, à minha co-orientadora, Doutora Sofia Costa Macedo e ainda à diretora do mestrado de Estudos e Gestão da Cultura, Doutora Maria João Vaz. O Doutor José Soares Neves foi o docente que me lecionou a primeira aula no Mestrado e que desde cedo me fascinou com o seu vasto conhecimento e experiência. Obrigado por todos os indispensáveis contributos que me deu. A Doutora Sofia Costa Macedo foi quem me convenceu, que o Doutor José Soares Neves era a pessoa indicada para me auxiliar no âmbito da exigente temática que elegi para a minha dissertação. Esteve sempre presente, com uma simpatia e amabilidade quase maternal. Obrigado por todos os indispensáveis contributos que me deu e por me ter tranquilizado nos momentos de maior ansiedade. A Doutora Maria João Vaz é uma docente que levo no coração, por me ter lecionado uma Unidade Curricular em 2016, quando era um caloiro de História Moderna Contemporânea e desde então sempre se mostrou presente e foi determinante para o meu sucesso académico e sou grato por isso. Sou grato também ao Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, por se ter tornado a minha 2<sup>a</sup> casa e pelo ambiente propício à evolução e crescimento. Não posso deixar de agradecer a três pessoas extraordinárias, que muito me surpreenderam com a sua amabilidade, simpatia e disponibilidade. Paulo Pires do Vale, Sara Barriga Brighenti e Maria Emanuel Albergaria, muito obrigado pelas conversas interessantíssimas que pudemos ter, por me fazerem sentir bem e confortável na vossa presença e por terem contribuído de forma crucial para a minha investigação. Mãe, pai, mana, avó, Catarina, Bruno e João, vocês foram sem dúvida os que mais me aturaram e para ser honesto, não sei como aguentaram. Obrigado pela paciência, apoio, encorajamento e carinho constantes. Assim, embora esta investigação tenha sido por mim conduzida, o seu sucesso deve-se a todos vós, que para ela fortemente contribuíram. Guardo-vos e guardar-vos-ei para sempre no coração. Grato por tudo.



## **RESUMO**

Enquanto seres humanos, as nossas identidades pessoal e social são em grande parte construídas através do património material e imaterial que detemos. Isto significa que é gerado um património simbólico através da cultura, que auxilia na construção das identidades pessoal e social. Somos, portanto, produto e produtores de cultura. Simultaneamente, através da educação, esse património é valorizado, apoiando a manutenção de novos processos educativos. Então, a cultura é a outra interface da educação, na medida em que é através da educação que se gera o desenvolvimento cultural. Nesta lógica, existem estreitas relações entre estas duas esferas sociais, que se revelam imprescindíveis. Esta investigação privilegia uma abordagem assente no paradigma qualitativo, através da aplicação de entrevistas exploratórias e inquéritos por entrevista, além do estudo e análise de uma panóplia de documentos relevantes, com o propósito de ressaltar a necessidade de articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas, no contexto português. Com o objetivo de priorizar uma visão atual e projetada para um futuro próximo, esta investigação científica centra-se na análise de planos, projetos e redes recentemente implementados, sobretudo do Plano Nacional das Artes, objeto central deste estudo, cujas finalidades passam por tornar as artes acessíveis a todos os cidadãos em contexto nacional, sobretudo no que concerne crianças e jovens através da comunidade educativa, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida.

**Palavras-chave:** arte; cultura; educação; património; políticas culturais e educativas.



## **ABSTRACT**

As human beings, our personal and social identities are largely constructed through the material and immaterial heritage we hold. This means that a symbolic heritage is generated through culture, which helps in the construction of personal and social identities. We are, therefore, a product and producers of culture. At the same time, through education, this heritage is valued, supporting the maintenance of new educational processes. So, culture is the other interface of education, as it is through education that cultural development is generated. In this logic, there are close relationships between these two social spheres, which prove to be essential. This investigation privileges an approach based on the qualitative paradigm, through the application of exploratory interviews and interview surveys, as also the study and analysis of a panoply of relevant documents, with the purpose of highlighting the need for articulation between cultural and educational policies, in the Portuguese context. Aiming to prioritize a current and projected vision for the near future, this scientific investigation focuses on the analysis of recently implemented plans, projects and networks, especially the National Plan for the Arts, the central object of this study, whose purposes include making the arts accessible to all citizens in the national context, especially with regard to children and young people through the educational community, promoting participation, enjoyment and cultural creation, in a logic of inclusion and lifelong learning.

**Keywords:** art; culture; education; heritage; cultural and educational policies.



## **GLOSSÁRIO**

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANS	Arquivo Nacional do Som
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CEE	Comunidade Económica Europeia
CNB	Companhia Nacional de Bailado
DGARTES	Direção-Geral das Artes
DGE	Direção-Geral da Educação
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DMC	Divisão de Museus e Credenciação
DMCC	Departamento de Museus, Conservação e Credenciação
DRC	Direção Regional de Cultura
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ICA	Instituto do Cinema e do Audiovisual
ICOM	Conselho Internacional de Museus
INCM	Imprensa Nacional-Casa da Moeda
IPM	Instituto Português de Museus
PEEA	Programa de Educação Estética e Artística
PNA	Plano Nacional das Artes
PNC	Plano Nacional de Cinema
PNL	Plano Nacional de Leitura
PRBE	Programa Rede de Bibliotecas Escolares
MOOC	Massive Open Online Courses (Curso Online Aberto e Massivo)
RPM	Rede Portuguesa de Museus
UE	União Europeia



## **ÍNDICE**

<b>EPÍGRAFE</b> .....	V
<b>DEDICATÓRIA</b> .....	VII
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	IX
<b>RESUMO</b> .....	XI
<b>ABSTRACT</b> .....	XIII
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	XV
<b>ÍNDICE</b> .....	XVII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>I – PRODUÇÃO, TEORIA E CONCEITOS</b> .....	3
1.1. A relação entre cultura e educação .....	3
1.2. Evolução das políticas culturais e educativas em Portugal .....	5
1.3. Diretivas da União Europeia a respeito da cultura e educação .....	8
<b>II – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA</b> .....	13
2.1. Problematização da pesquisa .....	13
2.2. Opção metodológica e instrumentos de recolha e análise de dados .....	13
<b>III – POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCATIVAS EM PORTUGAL</b> .....	17
3.1. Planos, Programas e Redes recentemente implementados .....	17
3.1.1. Plano Nacional de Leitura .....	17
3.1.2. Plano Nacional de Cinema .....	19
3.1.3. Programa de Educação Estética e Artística .....	21
3.1.4. Programa Rede de Bibliotecas Escolares .....	25
3.1.5. Rede Portuguesa de Museus .....	27
3.2. Plano Nacional das Artes .....	29
3.2.1. Visão Missão e Objetivos .....	29
3.2.2. Eixo de Intervenção A – Política Cultural .....	32
3.2.3. Eixo de Intervenção B – Capacitação .....	35
3.2.4. Eixo de Intervenção C – Educação e Acesso .....	39
3.2.5. Resultados observáveis da intervenção do PNA .....	42
3.2.6. Prioridades de intervenção do PNA .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	45
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	47
<b>ANEXOS</b> .....	51



## **INTRODUÇÃO**

A presente investigação científica surge como requisito necessário para a obtenção do grau de Mestre em Estudos e Gestão da Cultura pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. A redação desta dissertação tem em consideração os conhecimentos e aprendizagens provenientes da minha formação académica precedente no domínio da História Moderna e Contemporânea. Este domínio privilegia o estudo inovador da História e promove a combinação entre a História de Portugal, a História da Europa e a História do Mundo, conforme a diversidade cultural, de civilizações e de povos em que assenta o mundo contemporâneo, possibilitando um aprofundamento de conhecimentos nas áreas da História Cultural, Social, Económica, Política e Internacional. Nesta perspetiva, sendo este caracterizado como um domínio científico que detém uma forte componente interdisciplinar, permitindo aos investigadores aprofundar e diversificar conhecimentos oriundos de outras áreas científicas, despontou em mim o interesse por eleger um objeto de estudo empírico que possibilitasse uma reflexão e análise assentes, também, numa vertente histórica. Todavia, sem nunca olvidar os conhecimentos científicos que derivam da área de estudo em que nos situamos, os Estudos e Gestão da Cultura, que propicia a aquisição de competências que promovem a compreensão crítica, intervenção e usufruto de ferramentas de gestão adequadas às atividades culturais e criativas, combinando diversas áreas e temáticas, numa perspetiva multidisciplinar. Esta investigação científica caracteriza-se, assim, pelo seu caráter multidisciplinar, na medida em que não seria possível concebê-la sem equacionar diferentes ramos do conhecimento, que se acrescentam e complementam, com vista a gerar um entendimento mais profundo e esclarecedor relativamente ao objeto de estudo empírico que aqui se pretende estudar.

Embora o conhecimento científico assente no raciocínio objetivo firmado em métodos experimentais e na faculdade racional do ser humano, é indiscutível o facto de que a subjetividade atravessa e condiciona toda a investigação científica, mesmo que exista um esforço por adotar uma atitude de isenção. Nesta ótica, a designação do objeto de estudo empírico desta investigação científica foi cuidadosamente estudada, tendo gerado algumas incertezas. A etapa de seleção do objeto de estudo empírico poderá corresponder a um primeiro nível de subjetividade experienciado pelos investigadores, uma vez que assenta, grande parte das vezes, em interesses e aspirações pessoais. No caso desta investigação científica, o objeto de estudo empírico centra-se na articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas no Portugal atual, primando por uma

abordagem evolutiva, que extravasa as barreiras nacionais, estendendo-a até às normativas da União Europeia (UE). Com a finalidade de restringir o meu objeto de estudo empírico, por considerar que uma investigação científica deve destacar-se pela sua exequibilidade, relevância e singularidade face a uma determinada temática, socorrendo-se da ponderação e bom senso do próprio investigador, optou-se por analisar especificamente o Plano Nacional das Artes (PNA). Concretamente, interessa-nos aqui captar se o PNA, pensado para os anos compreendidos entre 2019 e 2029 e desenvolvido pelas áreas governativas da Cultura e da Educação, um plano recentemente iniciado e atualmente em vigor, pretende ou não incentivar a articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas em Portugal e ainda de que forma poderá ocorrer essa articulação.

## **I – PRODUÇÃO, TEORIA E CONCEITOS**

### **1.1. A relação entre cultura e educação**

Conforme Alves (2014), em 1952 os antropólogos A.L. Kroeber e Clyde Kluckhohn constataram um número de 162 definições diferentes para cultura, concluindo que não seria possível a existência de uma definição que contentasse a maioria. Ora, uma vez fazendo-se o levantamento de 162 definições diferentes para cultura em 1952, só leva a imaginar quantas não serão hoje, principalmente com a disseminação do setor cultural. Como tal, Boaventura (2003), ao elucidar-nos acerca dos conceitos que aqui se debatem – cultura e educação – explica que importa captar que a educação pode ser percecionada como um processo respeitante ao campo do saber pedagógico, político e psicológico, um processo de ensino-aprendizagem, enquanto a cultura pode ser interpretada como um produto social, que vai institucionalizando o conhecimento adquirido através da socialização de valores, objetivos, modos de agir, pensar e sentir por parte dos atores sociais. No que diz respeito a uma valorização do passado, o autor refere que ao pensarmos na ligação entre estas duas vertentes – a educação (percecionada como processo) e a cultura (percecionada como produto) – a primeira desempenha um papel bastante significativo. Isto porque, através da cultura educa-se com base na herança de conhecimentos, um património simbólico que auxilia na construção da identidade pessoal e social de todos os seres humanos. Através da educação, esse património é valorizado, auxiliando a manutenção de novos processos educativos. Logo, a cultura é a outra interface da educação, uma vez que é através da educação que passamos ao desenvolvimento cultural. A cultura é, pois, “como um conjunto de sistemas simbólicos nos quais estamos inseridos e que nos ajudam a dar um sentido à experiência (pessoal e coletiva) e uma forma humana ao mundo, determinando o horizonte de possibilidades em que nos movemos” (Carta de Porto Santo, 2021, p. 5). Como tal, na Carta do Porto Santo, a cultura é percecionada como um termo que deve ser pensado no plural, no sentido em que as culturas se materializam em manifestações simbólicas, artísticas e patrimoniais das comunidades, envolvendo a tradição herdada e a criação contemporânea. Ora, a cultura é tida como um processo criativo coletivo contínuo, envolvendo todos os grupos de uma determinada sociedade e, também, como uma tarefa infinita que resulta de heranças que recebemos e que continuamente se trabalham e transmitem (Carta de Porto Santo, 2021). Na ótica de Vale et al. (2019), a cultura é perspectivada como uma oportunidade de alargar as experiências que vivenciamos enquanto seres humanos, assumindo que as

manifestações culturais são a mediação necessária para o nosso reconhecimento pessoal e das comunidades que integramos. Isto significa que a nossa identidade (pessoal e social) é construída a partir do património (material e imaterial), numa aceção muito lata, que detemos. Somos, portanto, produto e produtores de cultura. É importante que compreendamos que a cultura e a arte devem ser pensadas consoante a multiplicidade das suas manifestações, nomeadamente a música, a dança, a literatura, as artes plásticas, o cinema, a performance, a fotografia, o teatro, a arquitetura, o design, a multimédia, entre outras, ultrapassando barreiras e limites. Por este motivo, torna-se difícil imaginarmos as nossas vidas sem cultura e arte, compreendendo-as como partes essenciais de um todo. Ao mesmo tempo que compreendemos a importância da cultura, devemos também apreender a função imprescindível que a educação ocupa nas nossas vidas (Vale et al., 2019). Conforme o estudo realizado por Saraiva (2014), é possível aferir que a ligação entre educação e cultura assume uma extrema importância não somente a curto prazo, mas essencialmente a longo prazo. O autor considera que cultura e educação são indissociáveis, afirmando que sem educação e sem cultura não existe juventude, portanto, o futuro (Saraiva, 2014). Também de acordo com Vale et al. (2019), não é possível educar para a cidadania, para a transformação social e para o bem-estar coletivo se a educação não abarcar uma dimensão artística e patrimonial. Conforme Xavier (2019), que se questiona quanto ao que é necessário para exercer de forma plena a cidadania, numa perspectiva que vai de encontro com a de Vale et al. (2019, considera ser imprescindível existirem condições materiais, porém, não menos do que a consciência do património transmitido pelas gerações passadas, articulada com o acesso às criações do presente. Quer isto dizer que, na sua ótica, é com a combinação destes dois fatores que se promove a dignidade, a possibilidade de participação e a autonomia, que culmina numa melhor capacidade de olhar para dentro de nós, bem como olhar à nossa volta. Sugere que a educação artística, desde a mais tenra idade, é essencial para a construção de olhares individuais e coletivos na sociedade contemporânea, pelas condições que promove de apreciação, crítica, criação e ação. Na sociedade portuguesa, a presença da cultura e das artes faz parte das disposições básicas normativas para um projeto formativo de crianças e jovens e, conseqüentemente, de cidadãos (Xavier, 2019). Partindo destas perspectivas, depreende-se como sendo elementar privilegiar o desenvolvimento de atividades e estratégias capazes de estabelecer elos de ligação entre a cultura, a educação e o património, incentivando a criatividade e a inovação, projetadas para um futuro próximo.

## **1.2. Evolução das políticas culturais e educativas em Portugal**

Existem relações estreitas entre a cultura e a educação, enquanto esferas sociais, tendo sido desde cedo pensadas em conjunto. Conforme sugerido na Carta do Porto Santo (2021), o paradigma “Democratização da Cultura”, fortemente associado à criação, em 1959, do Ministério Francês dos Assuntos Culturais e à ação de André Malraux que inspirou uma primeira vaga de políticas culturais em muitos países, resultou num maior interesse e concentração relativamente à esfera cultural, gerando propostas para tornar acessíveis ao maior número de pessoas as obras-primas da humanidade, bem como aproximar o público ao património cultural e favorecer a criação de obras de arte, visando enriquecer esse mesmo património. Xavier (2019) sugere que no panorama português, após a Revolução de Abril de 1974, percorreu-se um caminho de avanços e recuos no que diz respeito ao processo de dotar o sistema educativo, através de políticas públicas, de condições para que as artes sejam elemento importante de formação geral, conjuntamente com a língua materna e das diversas áreas disciplinares. Não obstante, na sequência da Revolução dos Cravos seguiram-se uma panóplia de iniciativas que irrefutavelmente deram continuidade às conquistas de Abril. Destaca-se, como uma das mais importantes, a redação da Constituição da República Portuguesa, quando no dia 2 de abril de 1976, após reunidos em sessão plenária os legítimos representantes do povo, esta foi decretada e aprovada. Foi com a aprovação da Constituição da República Portuguesa que “a Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno” (Constituição da República Portuguesa, 1976, p. 1). Como tal, reformuladas as traves-mestras do país, também as conceções de cultura e educação são repensadas no panorama português. Ao abrigo do artigo 73.º (Educação e Cultura) do Capítulo IV da Constituição da República Portuguesa (1976) são aprovadas, concomitantemente, a democratização da cultura e da educação, a participação do Estado na promoção das melhores condições de acesso a ambas, bem como o incentivo de todos os portugueses à fruição e criação cultural pelos mais diversos meios adequados. Estas perceções duram até hoje, na composição do Governo atual, existindo o Ministério da Educação, encabeçado pelo Ministro Tiago Brandão Rodrigues, e o Ministério da Cultura, encabeçado pela Ministra Graça Fonseca.

No âmbito do Governo de Portugal, o Ministério da Educação é o departamento que tem como missão definir, coordenar, executar e avaliar as políticas nacionais dirigidas à educação, sendo que o Ministério da Cultura constitui o conjunto de serviços, organismos e estruturas competentes para definir e executar políticas de desenvolvimento cultural, de incentivo à criação artística e à difusão e internacionalização da cultura. Conforme Magrinho (2017), em 1977, a Secretaria de Estado da Cultura auxiliou no processo de desenvolvimento de cursos dirigidos a professores, visando a sua formação para a dinamização e defesa do património cultural. Esta foi uma iniciativa que contou com a participação de 120 professores provenientes de todo o Portugal Continental e Ilhas, tendo dado início em setembro desse mesmo ano, na FLUL. A autora sugere que os objetivos estavam claramente definidos, sendo que “os professores seriam eficazes defensores e divulgadores do património na sua área de influência e atuação e, através deles, era possível dinamizar, em primeiro lugar, alunos e outros professores, e depois toda uma comunidade para a preservação do património cultural” (Magrinho, 2017, p. 92). Até 1980, foram realizados um conjunto de projetos no domínio do património cultural, grande parte deles impulsionados pela Secretaria de Estado da Cultura. Acrescente-se que, grande parte destas atividades foram realizadas num considerável número de escolas em território nacional, dando como exemplo: “Rua de Vilar”, que teve lugar na Escola Preparatória Gomes Teixeira, entre 1977 e 1978, “Casa do Século XVIII” que teve lugar na Escola Preparatória Gomes Teixeira, também nos anos 1977 a 1978, “A Herança Cultural do nosso Povo” que se realizou na Escola Preparatória de Arcozelo, de 1979 a 1980, “A capela do Sr. Das Barrocas” que marcou lugar na Escola Preparatória de Aveiro também de 1979 a 1980, “Itinerário Urbano: o percurso para a escola”, realizado na Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo, nos anos 1979 a 1980, “O trajeto de tua casa à Escola” na Escola Preparatória de Viseu, de 1979 a 1980 e, por fim, a própria Campanha Nacional para a Defesa do Património de 1980, que detinha, também, uma forte ligação com o sistema de ensino. Como é do conhecimento geral e conforme o arquivo histórico do Portal do Governo, o Ministério da Cultura foi constituído pela primeira vez em 1983, no IX Governo Constitucional, ministrado por António Coimbra Martins, no entanto dá-se a sua extinção em 1985 com o X Governo Constitucional, em que João de Deus Pinheiro é responsável pelo Ministério da Educação e da Cultura. Identifica-se que após 1987, com o XI Governo Constitucional, a cultura deixa de ser matéria ministerial e é novamente transferida para secretaria de estado, jamais voltando à tutela conjunta da

educação. A educação, que conforme se verifica, foi o denominador constante no aparelho governamental, nos primeiros tempos da democracia pós 1974, contrariamente à cultura. Conforme Santos (2008), após a Revolução de 25 de Abril de 1974, sobretudo a partir de 1976, existiram diversos Governos Constitucionais, tendo sido no XIII Governo Constitucional (1995) que voltou a ser criado o Ministério da Cultura, que acabou por sofrer diversas alterações, particularmente na sua ministração, organização e competências. Conforme Santos (2007), o ritmo destas mutações repercutiu-se na definição das linhas de orientação das políticas culturais. Apesar desta realidade, foram estabelecidas algumas prioridades que até hoje se mantêm. No final da década de 1990, Santos (2008) relata que foram elaborados alguns documentos por parte de diversos grupos de trabalho nomeados pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação, que colocaram de lado as suas diferenças em prol de um objetivo comum. Esse objetivo assenta na implementação de medidas que visassem a articulação entre as políticas educativas e as políticas culturais, embora a autora o considere um insucesso. No seu entender, esta débil articulação constituiu-se como um dos principais “obstáculos à satisfação das exigências de qualificação a nível da formação, não só no que respeita à formação específica de artistas, técnicos e outros profissionais da cultura, mas também no que respeita à formação de base da população em geral que se desejava ver aceder à cultura de forma activa e esclarecida” (Santos, 2008, p. 2). Na ótica de Xavier (2019), infelizmente, não existe ainda na sociedade portuguesa um acordo político e social sobre o valor das artes e da cultura, nem uma prática sistémica, que envolva as famílias, as escolas e as organizações que promovem a educação extraescolar, nomeadamente, organizações culturais e artísticas. Sugere que na verdade, inclusivamente o que se sucede é que cada parte da sociedade disputa o lugar da outra, ou espera que a outra a substitua, em vez de convergirem para o objetivo comum de generalizar o acesso à criação e fruição das práticas culturais e artísticas, como elemento de construção pessoal e de uma sociedade mais democrática e justa Xavier (2019). A Carta de Porto Santo (2021) sugere que, visando a promoção da cidadania cultural, é essencial entender-se a pluralidade da cultura e a importância da sua articulação com as políticas educativas, assim como a pluralidade da educação e a importância da sua articulação com as políticas culturais. Também na ótica de Guerra e Quintela (2007), perspectiva que vai de encontro com a de Santos (2008), o desenvolvimento das competências dos atores sociais no âmbito das artes e da cultura assume-se como um pilar fundamental, nomeadamente no que diz

respeito à sensibilização e formação dos públicos, na qualificação (seja ela artística, técnica) ou no empreendedorismo dos criadores e agentes culturais, assim como os mecanismos de inserção e valorização profissional no setor cultural. Também na conceção da Carta do Porto Santo (2021), “a preocupação com o futuro da democracia, ou seja, com o futuro da Europa, tem de nos conduzir a dar voz e a escutar as gerações mais novas, torná-las participantes no governo de todos - a começar pela sala de aula e a escola, mas também representados nos conselhos consultivos das instituições culturais - e a integrar como iguais e sem desconfiança as linguagens artísticas destas gerações” (Carta do Porto Santo, 2021, p. 10). Ainda nesta linha de pensamento, sugere-se como sendo absolutamente decisivo que se reconheçam as instituições culturais como território educativo, do mesmo modo que as escolas enquanto polo culturais. Sugerem-se, ainda, que o sistema de ensino deve valorizar as especificidades individuais, culturais, territoriais, bem como possibilitar a todos os alunos o acesso a variadas experiências artísticas e manifestações culturais ao longo da vida. Isto, sobretudo, para que possam ver reconhecida a sua identidade cultural e valorizadas as expressões culturais da sua comunidade, para que tenham acesso aos patrimónios e consciência da sua necessária salvaguarda, para que ao longo do seu trajeto desenvolvam a criatividade, imaginação, sensibilidade estética e pensamento crítico, para que conheçam e efetivem os seus direitos e deveres culturais e, ainda, para que descubram a sua própria forma de participação ativa na cultura de todos (Carta do Porto Santo, 2021).

### **1.3. Diretivas da União Europeia a respeito da cultura e educação**

Após a adesão à EU, a 1 de janeiro de 1986, Portugal recebeu formalmente o estatuto de estado-membro da Comunidade Económica Europeia (CEE). Ora, assim como aos restantes estados-membros, foram impostas a Portugal incumbências alargadas aos mais variados setores, nas quais se incluem os pareceres da UE relativamente ao modo como os estados-membros devem perceber e tratar a cultura e a educação. Torna-se, por isso, pertinente identificar quais as diretivas da UE no âmbito destas duas esferas, através da análise do Tratado sobre o Funcionamento da UE (2016). Logo no preâmbulo é possível notar que, embora não seja incluída nenhuma referência à cultura no prólogo, enquanto estados-membros, “estes comprometem-se a promover o elevado nível de desenvolvimento dos seus povos, através de um amplo acesso à educação e da contínua atualização desses conhecimentos” (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 49). A primeira referência à cultura é feita no artigo 6.º, no qual é referido que “A União

dispõe de competência para desenvolver ações destinadas a apoiar, coordenar ou completar a ação dos Estados-Membros. São os seguintes os domínios dessas ações, na sua finalidade europeia: (...) c) Cultura; (...) e) Educação, formação profissional (...)" (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 52). No artigo 9.º são introduzidas as exigências relacionadas com a execução das políticas e ações dos estados-membros, "incumbindo-lhes as responsabilidades da promoção de um nível elevado de emprego, a garantia de uma proteção social adequada, a luta contra a exclusão social, proteção da saúde humana e um nível elevado de educação e formação" (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 53), porém, sem referência à cultura. Esta última, que volta a ganhar espaço no documento ao ser mencionada na alínea d) do terceiro ponto do artigo 107.º, que indica que "são compatíveis com o mercado interno os auxílios destinados à promoção da cultura e à conservação do património, com respeito a que não se alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na União num sentido contrário ao interesse comum" (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 92). São, posteriormente, apresentados distintamente alguns capítulos destinados à vertente educativa e à vertente cultural. Relativamente à vertente educativa, o artigo 165.º, separado em quatro pontos, refere que "a União deve contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros ressalvando que em caso de necessidade, apoiando e completando a sua ação, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística" (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 120). Segue-se a "determinação da ação da União pelo seguinte objetivo: desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros; a estimulação do desenvolvimento da educação à distância e ainda o papel da União e dos Estados-Membros de incentivarem a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação" (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 120). A respeito da vertente cultural, o artigo 167.º, separado em cinco pontos, refere que "a União tem o dever de contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum, sendo que a ação da União tem por objetivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua ação nos seguintes domínios: melhoria

do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus; conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia; intercâmbios culturais não comerciais; criação artística e literária, com inclusão do setor audiovisual” (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 122). É mencionado que “a União e os Estados-Membros devem incentivar a cooperação com países terceiros e organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa, com respeito a, na sua ação ao abrigo de outras disposições dos Tratados, a União deve ter em conta os aspetos culturais, a fim de respeitar e promover a diversidade das suas culturas” (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 122). Com a finalidade de contribuir para a realização dos objetivos a que se refere o artigo 167.º, é estabelecido que “o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, e após consulta do Comité das Regiões, adotam ações de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros” (Tratado sobre o Funcionamento da UE, 2016, p. 122).

De acordo com a Proposta de Decisão do Parlamento e do Conselho sobre o Ano Europeu do Património Cultural (Comissão Europeia, 2016), no contexto, justificação e objetivos da proposta é clarificado que, desde a adoção da Agenda Europeia para a Cultura em 2007, o património cultural tornou-se uma prioridade no âmbito dos Planos de Trabalho do Conselho para a Cultura, com respeito pelos ideais, princípios e valores integrados no património cultural europeus, constituídos como uma fonte comum de memória, compreensão, identidade, diálogo, coesão e criatividade para a Europa (Comissão Europeia, 2016). Nas conclusões do Conselho, a 25 de novembro de 2014, a respeito da governação participativa do património cultural, a Comissão foi convidada a apresentar uma proposta de Ano Europeu Património Cultural, ao que o Parlamento Europeu apresentou um convite similar aquando da sua resolução, convidando por sua vez a Comissão Europeia a atribuir, com preferência para 2018, o Ano Europeu do Património Cultural. Esta planificação recebeu o avale do Comité das Regiões que “(...) reiterou esse convite no seu parecer e sublinhou que a organização de um Ano Europeu do Património Cultural contribuiria para a realização dos objetivos comuns no contexto pan-europeu” (Comissão Europeia, 2016, p. 2). A Comissão Europeia, como realça na sua comunicação, considera que o contributo do património cultural para o crescimento económico e a coesão social na Europa é pouco conhecido e frequentemente subavaliado (Comissão Europeia, 2016). Completam esta ideia com referência aos inúmeros desafios

que o setor do património na Europa enfrenta, apontando “(...) a redução dos orçamentos públicos; o decréscimo da participação em atividades culturais tradicionais; o aumento das pressões ambientais e físicas sobre os sítios do património cultural; a transformação das cadeias de valor e das expectativas em resultado da transição para a era digital; e o tráfico ilícito de artefactos culturais” (Comissão Europeia, 2016, p. 2). Entre os objetivos gerais estabelecidos, destaca-se “a promoção do papel do património cultural europeu enquanto elementos centrais da diversidade cultural e do diálogo intercultural, havendo a necessidade de destacar os melhores meios visando assegurar não apenas a sua preservação e salvaguarda, bem como a sua fruição por um público mais amplo e diversificado, com ênfase para uma das medidas de captação de novos públicos, esta sendo através de educação em matéria de património cultural” (Comissão Europeia, 2016, p. 3). A educação volta a ser enfatizada na deliberação do processo legislativo ordinário, quando no 8.º ponto se considera que, uma vez o património cultural ter sido forjado ao longo do tempo pela síntese e combinação de múltiplas expressões culturais das mais variadas civilizações que povoaram a Europa “O Ano Europeu ajudará a incentivar e a estimular a compreensão da importância da proteção e da promoção da diversidade das expressões culturais (...) através de programas de educação e de uma maior sensibilização do público, em consonância com as obrigações decorrentes da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela UNESCO em 20 de outubro de 2005, da qual é parte a UE” (Comissão Europeia, 2016, p. 9). No seguimento do 11.º ponto é, também, salientado o papel do património cultural, onde se notabiliza que este é determinante, visando a coesão da comunidade numa altura em que a diversidade cultural é cada vez maior nas sociedades europeias. É reforçada a ideia de que novas abordagens interculturais e participativas para as políticas relativas ao património, bem como iniciativas no âmbito da educação, atribuem igual dignidade a todos os patrimónios culturais e têm potencial para aumentar a confiança, o reconhecimento mútuo e a coesão social (Comissão Europeia, 2016). O 12.º ponto sustenta o ponto precedente, ao mencionar que todos estes factos são reconhecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que reconhece a cidadania global, a diversidade cultural e o diálogo intercultural como princípios orientadores do desenvolvimento sustentável. Completam, expondo ainda que nele se reconhece que todas as culturas e civilizações são importantes instrumentos para o desenvolvimento sustentável e para o qual podem contribuir. Reforçam que cultura é citada em diversos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, sendo estes o objetivo 4 (Educação), o objetivo 5 (Igualdade entre Homens e Mulheres), o objetivo 8 e o objetivo 12 em relação ao turismo (Crescimento Sustentável/Hábitos de Consumo) e, em especial, o objetivo 11 (Cidades Património)” (Comissão Europeia, 2016). A Comissão Europeia, para execução do Ano Europeu recomendou, desde logo, no 22.º ponto, que se recorram a “(...) programas e as políticas em domínios como a cultura, a educação (...)”, uma vez que estes “(...) contribuem direta e indiretamente para a proteção, a valorização, a reutilização inovadora e a promoção do património cultural europeu, podendo apoiar a iniciativa de acordo com os quadros jurídicos respetivos” (Comissão Europeia, 2016, p. 11). Este último diz respeito a um dos princípios com relação explícita com um dos objetivos específicos do Ano Europeu do Património Cultural, sendo este: “Sensibilizar para a importância do património cultural europeu através da educação e da aprendizagem ao longo da vida, visando em especial os jovens e as comunidades locais”, através de campanhas de informação, educação e sensibilização como forma de transmitir valores tais como o da diversidade, do diálogo intercultural por meio de elementos do património europeu e incentivar o público em geral para a questão e a proteção do património cultural e, de um modo mais geral para a realização dos objetivos do Ano Europeu, como descrito no artigo 3.º, conteúdo das medidas, da Proposta de Decisão do Parlamento e do Conselho sobre o Ano Europeu do Património Cultural (Comissão Europeia, 2016, p. 13). Embora este documento dê destaque para o património cultural, é evidente que o universo desta esfera envolve muito mais do que exclusivamente o património cultural. Ora, a Europa apresenta outros instrumentos interessantes para o setor, que não se centram necessariamente no património cultural, como é caso do programa da EU, Europa Criativa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Sucedendo ao Programa Europa Criativa 2014-2020, o Programa Europa Criativa é o único Programa da União Europeia dedicado exclusivamente ao apoio aos sectores cultural e criativo englobando uma vertente de apoios ao cinema e audiovisual (MEDIA), uma vertente de apoio à dinamização cultural (Cultura) e uma vertente transectorial consubstanciada, nomeadamente, em apoios a projectos com uma forte componente de inovação e no apoio destinado a órgãos de comunicação noticiosos.” (Programa Europa Criativa, 2021)

## **II – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

### **2.1. Problematização da pesquisa**

Após as leituras efetuadas na etapa da revisão da literatura, que corresponderam a um primeiro contacto teórico e indireto com o objeto de estudo empírico e que resultaram em múltiplas interrogações e reflexões, importa delinear uma questão de partida que permita traduzir os objetivos desta investigação. Uma vez que este estudo assenta numa temática que se prende com a articulação entre políticas culturais e políticas educativas em Portugal, considereei pertinente proceder à análise do PNA, um plano que resulta de uma parceria entre as áreas governativas da Cultura e da Educação, pensado para os anos compreendidos entre 2019 e 2029, logo, recentemente implementado e atualmente em vigor. Neste caso, a questão de partida só será útil se for corretamente formulada e exequível, uma vez que esta se constitui como um fio condutor da investigação científica. Isto significa que deve ser possível trabalhar a partir dela e gerar elementos e informações que permitam respondê-la. Não constitui tarefa fácil conseguir traduzir um foco de interesse numa investigação operacional, constituindo uma das tarefas mais complexas que o investigador enfrenta (Quivy & Campenhoudt, 2005). No caso desta investigação científica, primando pela originalidade e, sobretudo pela relevância atual, elaborou-se a seguinte questão – *Quais as características e domínios de incidência dos projetos recentemente implementados em Portugal, que visam uma articulação entre cultura e educação?* – Embora existam outros estudos previamente realizados acerca da articulação entre cultura e educação em Portugal, considera-se que a presente proposta se constitui como inédita pelo modo como aborda o objeto empírico e pela ponderação metodológica.

### **2.2. Opção metodológica e instrumentos de recolha e análise de dados**

Face ao objeto de estudo empírico enunciado, torna-se relevante a adoção de uma opção metodológica que permita delinear um caminho a seguir e uma estratégia de aproximação ao objeto de estudo. Trabalhar esta temática exige a seleção de uma abordagem e estruturação metodológica apropriada, que obedeça a critérios legítimos que reduzam a subjetividade que, como vimos, atravessa toda a investigação científica. Ora, face à necessidade de eleger uma opção metodológica rigorosa, principiou-se por explorar cautelosamente alguma bibliografia referente a métodos viáveis, que pudessem auxiliar no processo de recolha de dados e informações. Qualquer que seja a investigação científica, é impreterível que sejam realizadas leituras exaustivas de estudos relacionados

com a temática, trabalhos de diferentes autorias e áreas científicas distintas. Acrescenta-se que, nem o método qualitativo nem o método quantitativo garantem uma objetividade total, uma vez que ambos tendem somente a assegurar um procedimento o mais objetivo possível (Quivy & Campenhoudt, 2005). O método de investigação quantitativa consiste num processo sistemático e rigoroso de colheita de dados observáveis e quantificáveis, baseando-se na observação de factos objetivos, acontecimentos e fenomenologias, gerando estudos representativos. Já o método de investigação qualitativa apresenta como principais características o facto de o investigador ser o instrumento-chave da recolha aprofundada de dados, preocupando-se posteriormente com a sua análise, sendo possível observar práticas, identificar valores, apreender motivações, significados, perceções e expectativas, dificultando generalizações (Quivy & Campenhoudt, 2005). A presente investigação assenta conscientemente no paradigma qualitativo, acreditando-se que esta constitui a opção mais adequada ao contexto de estudo e objetivos previamente propostos.

Considerou-se fulcral, numa fase inicial, a aplicação de entrevistas exploratórias, com a finalidade de gerar uma aproximação ao objeto de estudo. Na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (2005) as entrevistas exploratórias, entre objetivos diversos, auxiliam no processo de constituição da problemática de investigação. Justificam esta afirmação, referindo que é possível realizar um balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, contribuindo para o levantamento de aspetos significativos a ter em conta, que alargam e retificam o campo de investigação das leituras, com tópicos e conteúdos que podem não ter sido explorados até ao momento. Para completar esta ideia, os autores mencionam que a principal função das entrevistas exploratórias passa por “(...) revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 69). Concretizada a aproximação ao objeto e problemática de estudo, surge a necessidade de adotar uma técnica que permita recolher as respostas e material necessário no âmbito da problematização levantada. Deste modo, optou-se pela aplicação de inquéritos por entrevista como instrumento de recolha de dados. Conforme Dantas (2016, p. 264) “diversos autores propõem a utilização de entrevistas em profundidade para aceder à maneira de pensar e agir dos actores sociais e pôr em evidência os processos sociais subjacentes às suas práticas”. Assim, torna-se possível extrair os significados e as perceções que se pretendem. Portanto, através da aplicação destas entrevistas, é possível

aceder ao universo subjetivo dos indivíduos, às suas representações sociais e aos significados por eles atribuídos à realidade, captando o seu percurso singular, mas também os seus processos de socialização, de construção e partilha de valores, bem como as suas expectativas e práticas (Dantas, 2016). Posto isto, de entre os tipos de entrevistas que podem ser aplicadas, para este caso mostra-se adequada a aplicação de inquéritos por entrevistas semiestruturadas (ou semidiretivas), sendo que esta opção encontra sustentação noutros autores, que defendem que este tipo de entrevista é a que melhor serve a recolha de informação através de entrevistas em profundidade (Dantas, 2016). Assim sendo, as entrevistas semidiretivas, com utilização de um guião orientador, permitem alcançar uma certa abertura no discurso do entrevistado o que possibilita, em simultâneo, algum domínio da entrevista caso este se distancie do objeto de estudo. Neste tipo de entrevistas, a formulação e a organização das questões encontra-se previamente definida na lista de questões, embora não exista um condicionamento rigoroso no desenvolvimento das respostas. Portanto, a utilização de uma lista de perguntas surge não só da necessidade de estruturação da entrevista, procurando evitar a dispersão, mas serve também como grelha analítica para posterior análise e comparação do material recolhido. O material deve ser construído e aplicado tendo em conta os objetivos da investigação, com a finalidade de identificar as principais dimensões estruturadoras dos valores orientadores dos entrevistados. Torna-se, assim, possível aprofundar a informação pertinente para o investigador, tendo este último a liberdade para introduzir novas questões ou alterá-las, aumentando também a amplitude de resposta do entrevistado (Dantas, 2016). A gravação e transcrição da entrevista possibilitam um enriquecimento do trabalho de investigação, auxiliando no processo de análise de conteúdo, um instrumento de análise de dados. Isto porque, a partir do discurso dos entrevistados, importa identificar as regularidades e irregularidades que emergem do material recolhido e que auxiliem na compreensão dos dados, possibilitando um enriquecimento do trabalho de investigação. A técnica de análise de conteúdo “ajuda o investigador a evitar as armadilhas da ilusão e de transparência e a descobrir o que se diz por detrás das palavras, entre as linhas e para lá dos estereótipos. Permite ultrapassar, pelo menos em certa medida, a subjectividade das nossas interpretações” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 40).

Estudou-se e analisou-se uma panóplia de textos com relevância, nomeadamente documentos e portais digitais de planos, programas e redes de governo recentemente implementados, obras relevantes no respetivo domínio, notícias da imprensa, artigos de

opinião, dissertações, teses, resumos, capítulos de livros e revistas, entre outros. Importou ler um conjunto de bibliografia acerca do objeto de estudo empírico, com vista a consolidar o estado da arte e as opções metodológicas. Isto porque subsistiu a noção que qualquer investigação científica implica a leitura daquilo que outros autores escreveram sobre a área de interesse, a recolha de informações que fundamentem ou refutem os argumentos e a redação das conclusões (Quivy e Campenhoudt, 2005). Recorreu-se predominantemente a plataformas virtuais, que constituem uma mais-valia para os investigadores, sobretudo se tivermos em conta a dificuldade de deslocação e acesso a espaços próprios para o efeito, como consequência da atual conjuntura pandémica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela enfermidade Covid-19.

### **III – POLÍTICAS CULTURAIS E EDUCATIVAS EM PORTUGAL**

#### **3.1. Planos, Programas e Redes recentemente implementados**

Conforme Paulo Pires do Vale (2021), Comissário do PNA, este é um plano sem ausência de alicerces, uma vez que Portugal não é uma folha em branco nestas áreas, tendo sido desenvolvido um trabalho intenso ao longo do tempo, que poderá não ter resultado como expectável. Ora, o PNA procura “articular, potenciar e expandir a oferta cultural e educativa existente, designadamente a que decorre da missão, finalidades e áreas de intervenção dos seguintes programas e planos: o Plano Nacional de Leitura (PNL), o Plano Nacional de Cinema (PNC), o Programa de Educação Estética e Artística (PEEA), o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) e a Rede Portuguesa de Museus (RPM)” (Vale et al., 2019, p. 11). Dito isto, torna-se pertinente proceder a uma breve análise dos planos de intervenção de cada um deles.

##### **3.1.1. Plano Nacional de Leitura**

Principiando por uma análise do PNL, consta no seu sumário executivo que este foi lançado em 2006, com o propósito de gerar uma resposta institucional ao nível da crescente preocupação sentida com os níveis de literacia dos portugueses. Conforme o PNL (2017), além de um direito humano com correlação direta com o crescimento pessoal dos indivíduos, do próprio desenvolvimento económico, social e cultural de um país, a leitura é também uma condição básica transversal a todo o conhecimento, que culmina num aperfeiçoamento a nível da qualidade da democracia, bem como da inclusão e cidadania. Como tal, foram sendo concretizadas ao longo de um período de 10 anos “um conjunto de medidas destinadas a desenvolver as competências e os hábitos de leitura da população portuguesa, com especial enfoque no público escolar” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 7). O PNL teve um plano de ação por 10 anos, que privilegiava os públicos do pré-escolar até ao final do ensino básico, ainda que algumas das medidas incidissem também nos jovens do ensino secundário, em alguns adultos e respetivas famílias. Completam que esta intervenção estratégica só foi possível uma vez que se “contou, como parceiro privilegiado, com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), enquanto base de sustentação nas escolas do trabalho de promoção da leitura e das literacias” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 9). Em suma, as grandes finalidades do PNL prendem-se com promover o gosto, os hábitos e as competências de leitura da população portuguesa, que se mantêm vivas até hoje, não obstante a plena consciência de

que “são outras as exigências da contemporaneidade e outras são as estratégias para lhes responder” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 9). Segundo o PNL (2017), vivemos numa época caracterizada pelo excesso de informação criada e veiculada por meios diversificados, que cada vez mais se tornam poderosos. Seguindo esta lógica, reiteram ser fundamental que se promova uma educação para a leitura que “esteja consciente e tenha capacidade de alertar para os perigos do mau acesso à informação e de uma informação sem critério; saiba adequar necessidades e práticas, ajustando as ofertas e as iniciativas; e ajude o leitor a selecionar e optar por conteúdos adaptados ao seu desenvolvimento, interesses e necessidades pessoais” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 11). O PNL (2017), numa apresentação simplista, expõe os seus princípios e objetivos gerais (anexo 6, p. 57), dividindo-os em dez tópicos respetivamente. A respeito dos princípios destacam-se alguns deles que descrevem o PNL como sendo um plano promotor da leitura enquanto competência chave e direito inerente à condição humana e à cidadania; amplo e inclusivo; nacional, regional e local; mobilizador de vários setores e sinergias com múltiplos parceiros e instituições, nacionais e internacionais; impulsionador do uso do livro e das bibliotecas como fontes de saber e de cultura. A respeito dos objetivos, destacam-se o interesse em facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento; melhorar as competências e os níveis de literacia dos portugueses; desenvolver a formação leitora; associar a leitura às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias digitais, de acordo com uma nova ecologia que se faz de múltiplas literacias. Com a finalidade de concretizar estes objetivos o PNL (2017) estabelece áreas de intervenção (anexo 7, p. 58), privilegiando uma filosofia de rede e cooperação entre sectores da administração central e com o poder local, assim como de parcerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil. São retratadas em dez tópicos as áreas de foco do PNL com destaque para os seguintes: pontos “1. Alargamento dos públicos-alvo; 5. Desenvolvimento da colaboração com as bibliotecas escolares, municipais e do ensino superior; 6. Aproximação à literatura, ciências, artes e tecnologias; 7. Colocação da leitura e da escrita no centro da escola; 9. Levantamento, realização e disseminação de estudos científicos (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 19). O PNL desdobra cada uma destas áreas de foco num conjunto de diversas medidas (anexo 8, pp. 59-65), a empreender no período compreendido entre os anos 2017 e 2027. Conforme o PNL (2017), com a finalidade de gerar uma maior sensibilização dos cidadãos para estas questões, mobilizar as instituições bem como captar parceiros, delinearão iniciativas de promoção e marketing (anexo 9, p

66), apresentados em treze tópicos, dos quais se destacam os pontos: “2. Atribuição de “selos” e de prémios a escolas, bibliotecas e profissionais; 6. Apoio e criação de iniciativas que levem o livro e a leitura para locais de grande concentração de públicos: estações de transportes, mercados, jardins, praias e outros; 9. Exploração de oportunidades para alargamento do conhecimento e debate público sobre as questões da leitura e da literacia; 11. Estabelecimento de protocolos de cooperação e parceria com Fundações e outros organismos públicos e privados e aprofundamento das relações internacionais com organismos relevantes, com responsabilidades nas políticas de leitura e literacia dos respetivos países” (XXI Governo Constitucional, 2017, p. 31).

### **3.1.2. Plano Nacional de Cinema**

O PNC, segundo descrito na sua plataforma digital (PNC, 2020), resulta de um protocolo institucional operacionalizado pela DGE, pelo ICA e pela CP-CM. Apresenta-se como um plano capaz de acompanhar “iniciativas relacionadas com a divulgação, investigação, ensino, produção, distribuição e exibição de cinema, nomeadamente as que tem como público-alvo os alunos e professores das escolas inscritas no PNC” (XXII Governo Constitucional, 2020). Além da DGE, do ICA e da CP-CM, o PNC estabeleceu, também, uma relação de parceria com outras instituições culturais. Conforme mencionado, “o PNC colabora com entidades relacionadas com a divulgação, a investigação, o ensino, a produção, a distribuição e a exibição de cinema e valoriza as parcerias com as mais diversas instituições culturais e educativas na área do cinema e do audiovisual, nomeadamente cineclubes, associações e outras instituições culturais e educativas ligadas ao setor” (XXII Governo Constitucional, 2020). Ainda relativamente às parcerias destacam, no período compreendido entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020, o apoio institucional do PNC ao projeto Crianças Prime1rº, iniciativa do serviço educativo CINANIMA, no âmbito do Festival Internacional de Cinema de Espinho. Destacam, também, a parceria estabelecida com o Close-Up, um observatório de cinema para formação de públicos para o cinema e cuja colaboração perdura desde o ano letivo 2016/2017 até aos dias de hoje. Fazem, ainda, menção ao apoio conferido por parte do PNC, desde 2017, na divulgação do projeto Cinedita no âmbito do Festival de curtas de Arganil, organizado pela Escola Secundária de Arganil. Por fim, destacam a parceria estabelecida desde 2017 com a CineEco, para a formação de públicos para o cinema, que marca lugar no Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela. Por sua vez, o PNC (2020) descreve a sua missão em cinco pontos chave (anexo 10, p. 67),

indicando que o primeiro grande fundamento base do plano vai de encontro com “implementar a literacia para o cinema junto do público escolar e de divulgação de obras cinematográficas nacionais” (XXII Governo Constitucional, 2020). Segue-se o segundo objetivo, que vai de encontro com a formação de públicos. O PNC (2020) descreve como sendo do seu interesse assegurar o acesso a ferramentas basilares, quer de compreensão de obras cinematográficas e audiovisuais quer de leitura, visando impulsionar um interesse crescente nos jovens a respeito destas áreas, despertando na juventude um entusiasmo pelo hábito de frequentar o cinema ao longo da vida. Mencionam, ainda, ser relevante a valorização do cinema enquanto forma de expressão artística, principalmente junto das escolas bem como respetivas comunidades educativas, ao abrigo do definido no Protocolo Institucional do PNC, em março de 2015. Seguidamente, o terceiro objetivo delineado vai de encontro com envolver as escolas, através de um trabalho de divulgação do plano junto dos agrupamentos de escolas bem como de escolas não agrupadas, através da prestação de informação adequada para o respetivo envolvimento, assim como participação no projeto. O quarto tópico diz respeito à colaboração com os setores do cinema e audiovisual, revelando o interesse em estabelecer relações e colaborar com entidades dos setores destas esferas “em prol do ensino e aprendizagem do cinema e da formação de públicos para o cinema” (XXII Governo Constitucional, 2020). Por fim, o último dos pontos na missão do PNC assenta na importância da divulgação e exibição de cinema, estipulando como necessário para cumprir este ponto a adoção de procedimentos por via legal, que sejam congruentes com vista a endossar o cumprimento de normas relativas à divulgação e exibição de cinema junto das comunidades educativas. O PNC (2020) encontra-se a trabalhar atualmente em todos os distritos de Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, assim como em escolas portuguesas no estrangeiro (Mindelo e Praia, Cabo Verde; São Tomé, São Tomé e Príncipe; Belas e Luanda, Angola; Beira e Maputo, Moçambique; Díli, Timor-Leste; e na capital de Macau), totalizando-se, no ano letivo 2020/2021, 275 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas inscritos no PNC (anexo 11, p. 68). Grande parte da intervenção do PNC passa pelo seu portal virtual, no qual descrevem disponibilizar gratuitamente a todas as escolas inscritas no PNC uma coleção de filmes portugueses e internacionais, grande parte destes coproduzidos por Portugal e em língua portuguesa, que se destinam a promover uma sensibilização estética e artística dos alunos, bem como a divulgação do património cinematográfico junto das comunidades educativas. O PNC (2020) revela, ainda, que

todas as escolas com interesse em inscrever-se e ter acesso a esta plataforma, podem fazê-lo contactando um endereço de correio eletrónico indicado para o efeito. Além desta plataforma, referem disponibilizar também aos professores uma Coleção de Dossiês Pedagógicos com o intuito de prestar auxílio “na formação de públicos escolares para a área do cinema, permitindo-lhes adquirir os instrumentos básicos de compreensão de obras cinematográficas e audiovisuais, possibilitando a criação do hábito de ver cinema ao longo da vida, e valorizando o cinema enquanto arte junto das comunidades educativas” (XXII Governo Constitucional, 2020). Outra das ferramentas que o PNC (2020) disponibiliza através do seu portal digital diz respeito a um glossário de termos cinematográficos, que descrevem como tendo sido criado para complementar outras informações disponibilizadas noutros recursos, tais como os próprios dossiês pedagógicos. Ainda a respeito da intervenção do plano, esta já presencial, o PNC (2020) descreve que uma das iniciativas que tem levado a cabo é o Espaços de Exibição, uma rede de espaços de exibição que já se encontra em todos os distritos de Portugal Continental, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira (anexo 12, p. 69), por via a viabilizarem as sessões de cinema, sendo que as escolas portuguesas no estrangeiro estabelecem também parcerias locais para o efeito. O PNC (2020) destaca ainda as parcerias com as empresas NOS – Audiovisuais e Castello Lopes, além de todos os auditórios e salas disponibilizados pelas instituições culturais e outros cineclubes, colaborações que têm contribuído amplamente para a realização de exposições cinematográficas sem custos, no âmbito da iniciativa “O Cinema está à tua espera”.

### **3.1.3. Programa de Educação Estética e Artística**

Analizou-se, posteriormente, o PEEA, um programa cuja apresentação destaca “a sensibilidade estética e artística, interdependente e complementar a todas as áreas de competências, é reconhecida como legítima e fundamental na construção integral do indivíduo” (XXII Governo Constitucional, 2021). Conforme o PEEA (2021), este propõe-se a enriquecer o leque de experiências providenciadas por meio da educação, através da aplicação de metodologias inovadoras de aprendizagem na área das artes, com especial enfoque nas artes visuais, na dança, na expressão dramática/teatro, bem como na música. Para tal, o PEEA (2021) estabelece quatro finalidades: 1. elevar; 2. valorizar; 3. criar; 4. assegurar. A respeito de elevar, significa incentivar a que as artes estejam no quotidiano da escola, fortalecendo o pensamento autónomo, complexo, multidisciplinar, de forma criativa e crítica. No que se refere à valorização, significa que através da implementação

de modelos de uma pedagogia libertadora, criativa, divergente e capaz de qualificar não somente os seus agentes, mas também toda a comunidade por via a contribuir para dinâmicas sociais mais prósperas e culminando num valorizar da educação artística como um todo. No que se refere à finalidade do criar, esta diz respeito à intenção de conceber percursos de descoberta e de inovação, acreditando-se que através da escola a arte pode e deve ser um agente de difusão de saberes, bem como a referência de uma comunidade. A última finalidade diz respeito a assegurar que os professores são o centro da mudança, uma vez que estes profissionais têm como função encontrar as estratégias que permitem tomadas de ação, distinguindo a arte como um dos pilares da cultura e da sociedade atual. Todas estas quatro finalidades conduzem a que quatro objetivos estabelecidos por parte do PEEA se concretizem. Como tal, o PEEA (2021) concebe como seus objetivos: 1. acompanhar; 2. estabelecer; 3. implementar; 4. realizar. A respeito de acompanhar, isto significa que, de forma continuada, os professores devem ser acompanhados por meio de formações com planos sequenciados, visando construir uma rede de conhecimentos e recursos, respeitando cada contexto escolar. No que se refere ao objetivo do estabelecer, prende-se com estabelecer parcerias com escolas, centros de formação de associação de escolas, instituições culturais e autarquias. A respeito do objetivo implementar, este diz respeito à intenção de implementar um plano de ações no território nacional para o desenvolvimento profissional e uma atitude docente mais autónoma, respondendo à necessidade de transformar e reajustar as práticas educativas na escola. Relativamente ao último objetivo, este diz respeito à realização de ações sequenciadas que valorizem as culturas locais e globais para a construção de uma marca de identidade. O PEEA (2021) apresenta um modelo de intervenção dividido em: 1. colaborações, 2. formação; 3. projetos e 4. encontros. A respeito das colaborações (anexo 13, p. 70) o PEEA (2021) destaca os ensaios abertos, juntamente com a Orquestra Sinfónica do Porto, na Casa da Música. Realça, também, o Festival Internacional de Órgão de Braga, juntamente com um conjunto de instituições de Braga, entre as quais salientam a Arquidiocese de Braga, o Município de Braga, a Irmandade de Santa Cruz e a Santa Casa da Misericórdia de Braga. Mencionam ainda a Planeta Dança, com destaque para a CNB, com a qual colaboraram também. Indicam, ainda, terem colaborado com a Câmara Municipal de Sintra no âmbito do Festival de Sintra e ter estabelecido uma parceria entre as Escolas Secundárias João Gonçalves Zarco, de Matosinhos e Rainha Santa Isabel, de Estremoz e a Associação Ópera na Academia e na Cidade, no âmbito do projeto Ópera na Academia

e na Cidade. No que se refere à formação, o PEEA (2021) apresenta também no seu portal virtual o enquadramento para intervir a nível nacional e com uma estratégia integrada nos diferentes domínios artísticos, com destaque para as artes visuais, para a dança, a expressão dramática/teatro e a Música. Estipularam a elaboração de ações de curta duração, entre 3 e 6 horas, desenhadas de acordo com as necessidades de cada território de intervenção e no âmbito da educação artística. Indicam terem definido uma oficina de formação, uma de educação artística e uma de abordagem curricular, cada uma de 25 horas. Esta é uma formação que pretende enriquecer as experiências de educação, com métodos mais criativos como proposta de aprendizagem nos domínios artísticos supramencionados. Completam, referindo que “neste sentido, mobilizam-se conhecimentos e desenvolvem-se estratégias para as atividades artísticas, em sala de aula, explorando os processos de fruição, interpretação e experimentação com o objetivo de melhorar as práticas pedagógicas nas quatro vertentes da Educação Artística” (XXII Governo Constitucional, 2021). Por fim, o PEEA (2021) apresenta cursos de formação (anexo 14, p. 70) em educação artística, todos com uma duração que varia entre 12 e 25 horas e que abordam os mais diversos domínios artísticos, com especial enfoque nos suprarreferidos. Relativamente aos projetos, o PEEA (2021) destaca oito (anexo 15, p. 71) na sua plataforma digital, entre os quais “A Natureza das Coisas – Caixa de imagens do mundo”, uma iniciativa que indicam ser projetada em especial para as crianças e que promove o contacto com a Natureza e os seus fenómenos, pela importância de as crianças aprenderem a cuidar do meio envolvente. Mencionam, também, a iniciativa “Concertos Comentados – Metropolitana”, esta que indicam surgir de uma parceria com a Orquestra Académica Metropolitana, tendo como objetivo proporcionar um contacto com repertórios musicais específicos. O musicólogo Rui Campos Leitão realiza este acompanhamento, com o objetivo de orientar os alunos e professores, procurando desvendar o processo individual de trabalho de um músico instrumentista e da sua relação com o todo da orquestra. Ainda a respeito da música enquanto forma artística, o PEEA (2021) indica desenvolver Concertos Pedagógicos, uma iniciativa que contempla um programa especialmente escolhido para a infância, onde os alunos são convidados a apreciar compositores como Beethoven, Schubert ou Debussy, com o objetivo de revelar algumas curiosidades sobre a música clássica. Isto poderá possibilitar a estas crianças encontrarem um sentido de apreciação, o que pode contribuir para o seu domínio artístico e para o seu perfil de interesses. Outro dos projetos que indicam é “O Artista vai à Escola”,

uma iniciativa que junta artísticas e criadores, que promovem experiências artísticas em interação com alunos, nas escolas e em ambiente informal. Fazem referência, ainda, ao projeto “O Museu vai à Escola”, uma medida que visa promover a articulação ente agrupamentos escolares, instituições museológicas e autarquias, incentivando a construção de ações conjuntas, mutuamente enriquecedoras. Este projeto desenvolve-se conjugando visitas aos museus envolvidos, orientadas pelos serviços educativos das respetivas instituições, bem como um conjunto de propostas de atividades a desenvolver em contexto de sala de aula, possibilitando aos alunos o acesso a experiências artísticas e a manifestações culturais, desenvolvendo a consciência da necessária salvaguarda do património. Ora, “PARTe - Projetos Arte e Território” é outra apresentada, um conjunto de projetos de âmbito transdisciplinar que associam a arte a aspetos locais de valorização do património natural e histórico-cultural, que culminam com uma apresentação à comunidade. É revelado que “partindo de diferentes suportes, que incluem a paisagem e o modo como habitamos o território, pretende-se estimular as aprendizagens através da fruição, a experimentação e a criação em diferentes domínios das linguagens artísticas” (XXII Governo Constitucional, 2021). Outra iniciativa diz respeito ao “Projeta-me - Caixa de imagens do mundo”. O PEEA sugere que “é através de materiais e de propostas de atividades que se estimula a invenção de imagens visuais, musicais e do movimento do corpo.” (XXII Governo Constitucional, 2021). Este é um projeto que o descrito como um recurso pedagógico, instaurado com o objetivo de desenvolver atividades que exploram os domínios da Educação Artística na infância. Por fim, a “R-A - Residências Artísticas” são uma iniciativa interministerial, entre as áreas da educação e da cultura, destinadas aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, que conta com a participação ativa das autarquias parceiras. Explicam que as “escolas recebem um artista, durante uma semana, numa das suas turmas. Músicos, bailarinos, atores e artistas visuais, oriundos de distintas instituições, propiciam aos alunos e professores envolvidos, experiências culturais e educativas marcantes. A iniciativa culmina numa apresentação pública que permite não só uma visão do processo artístico, mas também o fortalecimento de laços entre a comunidade” (XXII Governo Constitucional, 2021). A respeito dos encontros (anexo 16, pp. 72-73), o PEEA (2021) menciona a realização de encontros de embaixadores PEEA, encontros regionais PEEA e encontros de educação artística, cada um deles com diferentes objetivos de intervenção.

### **3.1.4. Programa Rede de Bibliotecas Escolares**

Outro dos programas que o PNA procura articular é o PRBE. Consta no seu prefácio, redigido por João Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, que as bibliotecas escolares não são apenas um espaço da escola, uma infraestrutura ou um equipamento. Conforme João Costa, “Com discernimento, vontade e determinação, são um dos órgãos vitais da escola, nunca entendido para além do currículo, mas na certeza de que o currículo se cumpre também na biblioteca, através da biblioteca e com a biblioteca” (XXII Governo Constitucional, 2021, p. 9). O PRBE caracteriza-se pela diversificação de recursos educativos, pelas literacias múltiplas, por avaliações que servem para aprender e pela promoção da equidade como objetivo principal, sem portas fechadas para ninguém (muito menos a porta da biblioteca), completando esta ideia com a formulação de perguntas simples: “Em que pode a biblioteca escolar contribuir para que a aprendizagem seja mais profunda? Em que pode a biblioteca escolar promover o pensamento crítico, a exploração do conhecimento nas várias áreas do saber, o raciocínio ou a autonomia? Em que pode a biblioteca escolar ser recurso fundamental para a inclusão? Em que pode a biblioteca escolar ser instrumento para o debate, para dar voz aos alunos, para abrir as janelas das escolas para o mundo real? Em que pode a biblioteca escolar ser o melhor trunfo da escola para chamar à leitura os que dela fogem?” (XXII Governo Constitucional, 2021, p. 10). Como tal, João Costa (2021) assume que o documento que apresentam não peca por falta de ambição ou visão, precisamente para dar resposta a todas as perguntas supramencionadas. Na introdução do documento, é referido que o presente e o futuro das bibliotecas escolares é indissociável da visão e da missão definidas para a educação. Neste contexto, as sociedades, e em específico as instituições educativas, devem ser chamadas a mobilizar capacidades de adaptação, resiliência e flexibilidade, de modo a poderem encontrar respostas múltiplas, adequadas a circunstâncias específicas, sem esquecer que as questões são globais, multidimensionais e cada vez mais complexas. Como tal, a escola precisa de capacitar as crianças e os jovens para questionarem, interligarem conhecimentos, interrogarem a sua condição humana no mundo, conhecerem um legado que lhes é transmitido, com abertura de espírito para acolherem o novo, saberem lidar com as incertezas, compreenderem o outro e serem solidários. O PRBE (2021) assume, ainda, a necessidade de as bibliotecas se tornarem cada vez mais em serviços inovadores e inclusivos, quer dentro das escolas quer fora do ambiente escolar. É já no tópico destinado à apresentação de um sumário executivo que PRBE (2021) que é apresentado

o Quadro Estratégico (anexo 17, pp. 74-78), definido para os anos 2021 a 2027, estruturado de forma a atingir um objetivo central: “garantir a todas as comunidades educativas excelentes bibliotecas escolares” (XXII Governo Constitucional, 2021, p. 17). O PRBE (2021) concebeu o Quadro Estratégico dividido em quatro pontos, todos eles em volta de um número estruturante de qualidade e melhoria contínua: 1. sítios; saberes; pessoas; ligações. A respeito do primeiro, consideram ser fulcral garantir o acesso equitativo a bibliotecas bem apetrechadas de recursos, equipamentos e conectividade, geridas por profissionais qualificados que assegurem serviços de excelência com e para alunos, professores e restante comunidade. Relativamente ao ponto dos saberes, o é determinante garantir que as bibliotecas escolares são centrais no desenvolvimento cooperativo do saber e das competências necessárias à aprendizagem, ao trabalho e à vida. Em relação ao tópico das ligações, é crucial garantir que as bibliotecas escolares se afirmam como parceiras relevantes em qualquer sede onde se pensem questões relacionadas com a educação. Já a respeito do último ponto, referente às pessoas, é importante garantir que as bibliotecas são organizações que promovem a defesa da dignidade humana e da justiça, o compromisso com a equidade e o valor da diversidade, da democracia e da liberdade. Conforme o PRBE, a estratégia delineada “surge no contexto da pandemia que, desde o último ano, tem condicionado profundamente todas as áreas da vida, com grande expressão na educação, sendo já possível definir algumas consequências, embora sejam ainda desconhecidos os seus efeitos numa reconfiguração da educação a médio e longo prazo” (XXII Governo Constitucional, 2021, p. 21). Entre algumas das consequências deste período, apontam para um aumento exponencial da digitalização, o agravamento das desigualdades, a redução dos níveis de democracia, o crescimento do trabalho infantil, bem como as alterações nos modos de trabalho. Além do supramencionado, o PRBE (2021) indica que também uma análise da ação do PRBE no período de vigência anterior serviu de base para a elaboração do Quadro Estratégico para o período de 2021 a 2027. Segue-se a apresentação do ponto relativo à visão, considerando que as bibliotecas escolares têm capacidade de acolher, apoiar, colaborar, desafiar, transformar e empoderar (PRBE, 2021, p. 27). Em seguida, apresentam a missão, na qual descrevem que a intenção do PRBE é criar condições para que todas as comunidades educativas tenham excelentes bibliotecas escolares, que respondam de forma eficaz e inovadora aos desafios colocados, garantindo a todos ambientes de informação e conhecimento, conducentes ao desenvolvimento dos saberes e

competências indispensáveis numa sociedade cada vez mais dinâmica, imprevisível, digital e global. Seguem-se os valores (anexo 18, pp. 79-80), que o PRBE divide em vários princípios: 1. liberdade e responsabilidade; 2. equidade, diversidade e inclusão; 3. colaboração e participação; 4. inovação e excelência; 5. sustentabilidade e bem-estar. O PRBE detém ainda um guia de operacionalização (anexo 19, pp. 80-82) que define as estratégias gerais, visando colocar em prática o Quadro Estratégico, agrupado em seis áreas: 1. alargamento; 2. orientação; 3. estímulos; 4. disseminação; 5. cooperação; 6. controlo.

### **3.1.5. Rede Portuguesa de Museus**

A RPM, conforme descrito na sua plataforma digital (anexo 20, p. 82), diz respeito a um sistema organizado de museus, composto por já 161, todos através de adesão voluntária, sendo um dos principais objetivos promover a valorização de cada museu que a integra, bem como sustentar a força estratégica no conjunto dos museus que a constituem, visando qualificar a realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus pensando de forma progressiva e visando a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus. Reiteram que “a riqueza do seu universo reside na diversidade de tutelas, de coleções, de espaços e instalações, de atividades educativas e culturais, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão” (XXII Governo Constitucional, 2021). Outros dos objetivos passam por proceder a uma descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos decorrentes da aplicação de fundos comunitários. No que se refere a museus, pretendem proceder a difusão da informação, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, o fomento da articulação entre museus e a valorização formativa dos seus profissionais. A RPM (2021), juntamente com a DGPC e através do DMCC e da DMC, “procura incentivar o reforço da transversalidade de iniciativas e da comunicação entre os próprios museus da Rede e apoiar a formação, a informação/divulgação e a qualificação dos museus da RPM e, como legalmente lhe compete, assegura os procedimentos conducentes à credenciação de museus que pretendam vir a integrar a Rede Portuguesa de Museus” (XXII Governo Constitucional, 2021). A RPM (2021) tem o seu portal virtual dividido em seis páginas, uma dedicada a uma introdução e outras cinco páginas, cada uma delas dedicadas respetivamente à “Credenciação de Museus”, à “Formação RPM”, ao “Boletim RPM”, ao “ProMuseus” (Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM) e à “Leia Quadro dos Museus

Portugueses”. A respeito da página da Credenciação (anexo 21, p. 83), a RPM (2021) esclarece que reconhece a credenciação de museus com respeito pelo artigo 110.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, cujo processo consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, visando a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural. Importa, nesta avaliação, conhecer e avaliar a realidade museológica portuguesa no respeito pelas diferenças dos museus existentes, com objetivos de reforço da qualidade e da fruição do património cultural português, em toda a sua diversidade e riqueza. Relativamente à Formação RPM (anexo 22, p. 83), a RPM (2021), apresenta uma linha de ação estratégica projetada para o segundo semestre de 2021 e que tem como objetivo contribuir para a qualificação do tecido museológico nacional. O Programa de Formação RPM será dividido em quatro ações, duas em formato digital e duas em formato presencial. As ações a realizar em ambiente digital terão como temáticas a conceção e criação de recursos digitais e a mediação online em tempo real, através do estudo de práticas criativas com ferramentas digitais. Estas têm como finalidade aprofundar o conhecimento sobre os diferentes formatos de recursos digitais existentes e suas possibilidades de utilização ao nível da comunicação e mediação. Relativamente às ações presenciais, indicam que as temáticas escolhidas dizem respeito a parcerias estratégicas nos museus RPM e a reservas, tendo por base os aspetos práticos de gestão e manutenção. No que se refere ao Boletim RPM (anexo 23, p. 84), esta é uma iniciativa que a RPM desenvolve no sentido de distribuir regularmente informação relativa à intervenção. Destacam-se as mais de 30 edições do boletim «Museus em Rede», bem como outros, tais como o destacável da INCM sob o título “Edições sobre o Património Português”, assim como os destacáveis da Biblioteca Central IMC sob os títulos “Cadernos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias” e “Edições Paulistas (Brasil) sobre Museologia”. Relativamente ao ProMuseus (anexo 24, p. 85) a RPM (2021) este constitui um programa de apoio financeiro aos museus e uma das medidas estruturantes da política museológica nacional com o objetivo de contribuir para a qualificação dos museus portugueses e para a correção das assimetrias existentes, bem como para a utilização integrada de recursos no âmbito da política cultural. Este programa destina-se a todos os museus da Rede Portuguesa de Museus, com exceção dos museus dependentes da administração central, quer da DGPC quer das diferentes DRC. Ainda assim, o programa “tem por objetivo incentivar a qualificação dos museus portugueses, contribuir para a preservação do

património cultural e melhorar a prestação de serviços ao público” (XXII Governo Constitucional, 2021). No que se refere à Lei-quadro dos Museus Portugueses (anexo 25, p. 85), que diz respeito à Lei N.º 47/2004, de 19 de agosto, indicam que esta se baseou no conhecimento da realidade portuguesa, na experiência desenvolvida pelo IPM de criação do RPM e na atenção às orientações internacionais. Fazem, ainda, destaque para o envolvimento e a forma participada com que decorreu a preparação com intervenções de representantes da APOM, do ICOM e da ANMP, bem como de diretores de museus e docentes universitários. Conforme a RPM (2021), a Lei-quadro dos Museus Portugueses é composta por onze capítulos, agrupados em cinco grandes áreas temáticas. Existe um capítulo introdutório que declaram como sendo essencial, uma vez que é onde são apresentados os princípios, conceitos e o âmbito desta Lei. De seguida, apresentam os três capítulos procedentes, que mergulham na instituição museu e constituem os requisitos de ser museu, logo, com sugestões muito práticas a respeito do regime geral dos museus, funções museológicas, recursos humanos e financeiros, instalações, estrutura orgânica e acesso público. Declaram os dois capítulos seguintes como sendo capítulos dedicados ao património móvel e à sua propriedade, sendo-lhe subsequente um capítulo dedicado à criação de museus, assente em dois pilares fundamentais – o documento fundador e o programa museológico. Seguidamente, existem outros dois capítulos relativos ao novo sistema organizacional da realidade museológica, que dizem respeito à RPM e aos procedimentos de credenciação, os quais institucionalizam a RPM, de grande utilidade para a preparação de candidaturas à credenciação. Por fim, segue-se o regime de contraordenações e disposições finais, entre as quais apresentam uma disposição para a transição dos museus atualmente integrados na RPM e aplicação às regiões autónomas.

### **3.2. Plano Nacional das Artes**

#### **3.2.1. Visão Missão e Objetivos**

Conforme Paulo Pires do Vale (2021), quando o PNA foi criado em 2019, numa Resolução de Conselho de Ministros, foi desde logo indicado que um dos principais objetivos da criação do PNA era o de articular planos anteriores, programas e redes já existentes. “O que fizemos foi não substituímos esses planos, programas e redes que são o PNL, PNC, PEEA, o PRBE e da parte da cultura a RPM, ao que se acrescentou o ANS. O objetivo desde o início era pôr em ligação e em relação estes planos, programas e redes e fizemo-lo desde o princípio com a criação de um Conselho Científico onde eles estão

todos presentes (...) A Presidente deste Conselho Científico, agora continuado na Equipa de Trabalho é a Maria de Assis que é uma das figuras mais proeminentes nesta relação entre Cultura e Educação e que faz um trabalho excepcional nesta coordenação”. De acordo com Sara Barriga Brighenti (2021), um dos aspetos basilares do PNA é o seu lado sistémico, pensado em três principais eixos de intervenção (anexo 26, p. 86): 1. Política Cultural; 2. Capacitação; 3. Educação e Acesso. Conforme Maria Emanuel Albergaria (2021), numa perspetiva que vai de encontro com a de Brighenti, “Eles [Eixos de Intervenção] estão todos interligados, todos os programas e medidas estão relacionados porque temos esta perspetiva sistémica da realidade, do mundo e da sociedade”. Brighenti (2021) explica que o PNA “(...) é sistémico no sentido em que tentámos criar uma estrutura que fosse capaz de tocar todas as áreas da governação e chegar a todos os segmentos etários (...)”. Conforme Vale (2021) os três eixos de intervenção são absolutamente centrais e foram decididos após uma análise de outros planos, projetos e programas já existentes, até mesmo no âmbito internacional. Não obstante tudo isto, de acordo com Vale, algo que foi determinante para a definição dos três eixos foi o auscultar a realidade. “(...) estivemos junto de agentes políticos, agentes culturais, agentes educativos, mediadores culturais, artistas, associações culturais, escolas, professores, diretores de escola. Estivemos a escutar e com uma pergunta que pode parecer uma brincadeira, mas que é muito séria que é, o que é que um Plano Nacional das Artes pode fazer por si? Em que é que nós podemos ajudar? Em vez de sermos nós a achar que vamos ajudar com uma perspetiva qualquer que depois as pessoas não têm necessidade e, portanto, escutar então foi a base da determinação deste plano”. Em cada um dos três eixos de intervenção são várias as medidas propostas, com a finalidade de apoiar práticas artísticas e incentivar a aproximação entre a arte e o património, mobilizando o poder educativo e promovendo uma transformação social. Conforme o PNA, para melhorar a articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas, é necessário que se garanta que os cidadãos têm acesso quer a fruição artística, quer a produção cultural, corrigindo as desigualdades nesse acesso, quer a nível social, como a nível económico e territorial (XXII Governo Constitucional, 2019, p.21). Em concordância com esta perspetiva, Brighenti (2021), assume também que as políticas, os planos de ação e os planos estratégicos têm que considerar estas duas áreas de forma articulada e não de forma separada. Afirma que, “Se nós formos capazes de fazer isto vamos operar mudanças estruturantes na forma como nos relacionamos com estas duas áreas e sobretudo também

na forma como aprendemos. Se reforçarmos estas estratégias no ensino obrigatório então, damos um sinal a todos os aprendizes, a todas as crianças e jovens que a cultura e a educação estão juntas e que ambas são fundamentais para a vida até ao fim (...). Ora, o PNA garante, por sua vez, a necessidade de se assegurar a centralidade das artes e do património na formação ao longo da vida uma vez que consideram que a educação só será completa se integrar a dimensão cultural e artística (XXII Governo Constitucional, 2019, p.21). O PNA salienta ainda a importância de fomentar a colaboração entre agentes artísticos, a comunidade educativa e outros intervenientes, de forma a desenhar estratégias de ensino e aprendizagem que promovam um currículo integrador, sem muros entre a Escola e a sua envolvente (XXII Governo Constitucional, 2019, p.21). Para Vale (2021), “(...) é imperativo quebrar o muro, as barreiras entre a escola e a comunidade, em particular as comunidades culturais, as instituições culturais (...) as próprias instituições culturais terem consciência que têm que se abrir e ter consciência do impacto cultural que devem ter e responsabilizarem cada um pela cultura de todos (...), é necessário que as pessoas compreendam que precisamos mesmo desse compromisso e dessa responsabilização cultural pelo nosso quilómetro quadrado”. Na perspetiva de Vale (2021), a partir de um lugar patrimonial pode-se trabalhar questões relacionadas com a Geografia, com a História, com o Português, logo, aquele lugar pode e deve passar a ser também sala de aula. Em suma, reconhece como sendo outro grande prisma do PNA o sugerir outro modo de fazer escola e de ser escola, bem como preconizar a escola como sendo mais do que um lugar fechado. Por sua vez, o PNA não deixa de mencionar a necessidade de reforçar, junto dos artistas e das instituições culturais, a consciência da sua dimensão educativa e do seu impacto social, assim como capacitar professores e educadores formais e não formais, artistas e mediadores, desenvolvendo conceitos, práticas e processos artísticos e pedagógicos que promovam a criatividade e o pensamento crítico (XXII Governo Constitucional, 2019, p.21). Maria Emanuel Albergaria (2021) sugere a necessidade de promover ligações, estas que vão passar pelos municípios e pelo poder local. Devido a isto e para que a transferência de competências ocorra da melhor forma, reforça a necessidade de capacitar e dar formação aos professores, em especial uma formação de transdisciplinaridade, que dê literacias para trabalhar em projetos e para trabalhar com as várias disciplinas em conjunto. Numa fase muito inicial de interpretação da estratégia de intervenção do PNA ficam de forma muito clara indicados os pontos chave visando melhorar a articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas

em Portugal: Sair do mero campo da educação não formal e tornar obrigatórias estas matérias nas escolas; O papel dos vários agentes e com destaque para as autarquias; A co-responsabilização (uma ideia que está bem presente na Convenção de Faro de 2005<sup>2</sup> e que me parece que resgatam); Capacitação e formação; Transdisciplinaridade e método de projeto, visando novos caminhos para a educação. Ora, é no âmbito destes pontos chave e de outros objetivos que a interposição do PNA está dividida, como supramencionado, em três principais eixos de intervenção: 1. Política Cultural; 2. Capacitação; 3. Educação e Acesso. Estes, que merecem uma análise das medidas e projetos propostos para cada um deles.

### **3.2.2. Eixo de Intervenção A – Política Cultural**

Quanto ao primeiro eixo de intervenção, que diz respeito à Política Cultural (anexo 27, pp. 87-88), o PNA propõe iniciativas que visam “valorizar projetos com as comunidades, apoiando práticas artísticas a desenvolver com escolas, comunidades específicas ou excluídas, aproximando a arte e o património dos cidadãos, em particular das crianças e jovens” (XXII Governo Constitucional, 2019). Conforme Albergaria (2021), constataram que no tecido municipal português existem muitas diferenças e há municípios que já estão mais avançados e detêm planos estratégicos para a cultura e para a educação, outros nem tanto até mesmo porque eles próprios sofrem de alguma vicissitude. “Mudam a política da autarquia, mudam os políticos e mudam-se as direções estratégicas do município. Então nós queremos preparar os técnicos das autarquias, que são aqueles que ficam independentemente da política e dos políticos, para construir, para terem ferramentas para construir esses planos estratégicos (...)”. Ora, o PNA indica como sendo objetivos deste eixo, (anexo 28, p. 89) “Sublinhar a transversalidade da cultura e das artes e a responsabilização de todos os setores sociais e económicos num compromisso cultural; consciencializar para o valor do património cultural como fator de coesão e de pertença, e para as artes como promotoras de formação integral do cidadão; fomentar a aprendizagem em contextos formais e não formais” (XXII Governo Constitucional, 2019, p.26). Conforme Vale (2021) numa reflexão com base nas medidas integradas no eixo da Política Cultural e elencando em que estado estão, faz alusão ao Índice de Impacto Cultural das Organizações, um projeto que indica estar a ser desenvolvido entre o PNA e

---

<sup>2</sup>“(…) cada pessoa, individual ou colectivamente, tem a responsabilidade de respeitar quer o património cultural dos outros quer o seu próprio património e, conseqüentemente, o património comum da Europa” (Convenção de Faro, 27 de outubro de 2005)

o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, embora numa fase inicial, com objetivo de dar continuidade. Explica que com as dificuldades encontradas para fins de contratação, não foi possível avançar com a velocidade desejada, mas que o trabalho está a ser desenvolvido, gradualmente, com a equipa do Professor José Soares Neves. Brighenti (2021) explica que o orçamento do PNA não é um orçamento chorudo, o que por um lado pode ser uma dificuldade e impedimento para fazer melhor, mas por outro lado torna as pessoas envolvidas no PNA mais criativas e mais resilientes. Vale (2021) refere que têm ocorrido reuniões na esfera internacional e muito no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE e, além desta, também ao redor da questão dos índices de impacto, estudando o que pode ser um índice, o que pode ser analisado e avaliado. Acrescenta que têm vindo a trabalhar com Clara Camacho, que considera uma das grandes especialistas na área da cultura e do património, mas também na área dos museus, em particular. Vale (2021) garante que o PNA solicitou mobilidade à DGPC para Clara Camacho poder acompanhar quer este projeto quer o processo de desenvolvimento da terceira medida do eixo, que diz respeito ao Contrato de Impacto Social das Organizações Culturais. Explica que considera crucial existir um compromisso, um contrato entre as tutelas, podendo ser uma tutela ministerial ou uma tutela por ocasiões, até mesmo privada de uma fundação, de um município e ou de uma instituição cultural. Esclarece, referindo ser essencial existir este contrato entre a tutela e a instituição face a que metas devem ser alcançadas, quem é o público-alvo ou quais as melhores estratégias de aproximação a outros públicos. Isto, conforme Vale (2021), implica a realização de estudos de públicos, tendo em conta as idealizações que devem ser ultrapassadas para apurar as evidências e evitar os preconceitos e pré-noções. Por outro lado, indica também a necessidade das instituições estudarem e delinearem onde e quem pretendem alcançar. Alega que não é igual promover uma programação se o objetivo é chegar até aos jovens adolescentes, jovens adultos ou a cidadãos de mais idade. A programação deve ser moldada a partir do público-alvo, seja este o público mais novo, o público mais velho, os públicos excluídos, os vizinhos da instituição, entre outros. Acredita ainda que esta ideia de abertura total e a todos, depois pode levar a não se trabalhar nada em concreto. Como tal, não basta dizer que os museus são para todos, há que compreender como é que de facto envolvemos esse todo, se for esse o propósito. Na sua ótica, as instituições devem questionar-se “como é que os escutamos?”, “como é que respondemos e como é que vamos fazer?”, “se nós (museu) pretendemos ser mais diversificados do ponto de vista cultural como é que isto

se faz? Com a equipa?”, tornando-se pertinente questionar também a respeito de “há diversidade cultural dentro da própria equipa?” e “está a ser desenvolvido pensamento sobre isto dentro da instituição?”. Em suma, existir um compromisso entre a tutela e a instituição é fulcral para conceber qual é o impacto social que se pretende atingir. Um contrato em que sejam claros quais os objetivos, metas e o modo como se pretende lá chegar implica, também, um esforço a nível de recursos, que designa como sendo o propósito do envolvimento da tutela, para que esses recursos possam existir e que se facilite o caminho até alcançar as respetivas metas. Vale (2021) indica que estas medidas estavam já em desenvolvimento, porém, agora com uma velocidade acrescida devido ao envolvimento de Clara Camacho, responsável coordenação da equipa, que promoveu um documento sobre o futuro dos museus. Expõe que o Plano Estratégico Municipal Cultura e Educação constitui outra das medidas que o PNA propõe neste eixo, na tentativa de envolver também as diferentes DRC. Com isto, esta questão deixa de ser matéria exclusiva do PNA e passa a ser pensada de forma conjunta com a DRC e as Câmaras Municipais, onde as DRC passam a promover junto das Câmaras Municipais formação para os seus técnicos, visando desenvolver estes Planos Estratégicos Municipais. Vale (2021) indica que a ambição é que o PNA providencie apoio e a formação às Câmaras Municipais e aos seus técnicos para que, posteriormente e com um acompanhamento tutorial, estes conquistem competências para se tornarem autónomos. Afirma que para o PNA, é determinante essa consciência de territorialização, por considerar que em cada território a ligação às artes e ao património será sempre distinta, assim como o modo como se trabalha os territórios deve também ser dissemelhante e personalizado. Na ótica de Vale (2021), que enuncia o Financiamento Público Arte-Educação Comunidade como outra das propostas do PNA, entregue à DGARTES, confessa que, com a conjuntura pandémica se tornou complicado obter respostas por parte da DGARTES e do Ministério da Cultura, algo que foi sentido pela própria comunidade artística. Não obstante, dentro das propostas de financiamento que a DGARTES faz, assume dar atenção à questão da arte, da educação e comunidade, o que resulta num desenvolvimento continuado destas medidas. A respeito do ID cultural, outra das propostas feitas neste eixo da Política Cultural, Vale (2021) julga ser pertinente e necessário introduzir a ideia de um curriculum vitae que não seja constituído somente pela parte escolar, académica e profissional, mas também pela parte cultural. Explica que este poderia estar ligado a um cartão da escola ou a um cartão de cidadão, onde se incluiria os concertos a que se foi, os filmes que

assistiu, as exposições que visitou, as atividades culturais e workshops em que participou, formações que realizou na área da cultura, entre outros. Existir este registo a respeito do que cada um de nós vai fazendo na área da cultura pode vir a ser determinante na apresentação da formação do indivíduo e deve ser valorizado enquanto currículo para motivos laborais ou para recrutamentos. Vale (2021) refere, ainda, que esse ID Cultural está a ser desenvolvido com duas Câmaras Municipais e indica que o propósito é começar nestes locais como projeto piloto e compreender como é que se pode, posteriormente, escalar e conseguir captar o interesse europeu. A respeito disto, Vale (2021) indica ser determinante a ligação às universidades, conseguida através da nova Resolução de Conselho de Ministros. Com o alargamento do PNA ao ensino superior, numa promoção da cultura na formação do ensino superior, o ID Cultural poderá desempenhar um papel determinante. Por fim, a respeito da Consultoria, outra das medidas do eixo da Política Cultural, nas palavras de Vale (2021), "(...) ser consultor significa escutar, dar ideias, promover a mudança quando assim é necessário e ter projetos com diferentes instituições, com vista a gerar transformações profundas". Refere que o PNA tem vindo a desenvolver um trabalho de consultoria com o Museu Nacional de Soares dos Reis, que se encontra em grande parte encerrado, com a grande coleção do museu inacessível. O objetivo passa, concretamente, por compreender de que modo irá decorrer a nova exposição do museu, bem como auxiliar ao nível das relações e ligações do museu com a própria comunidade, conferindo relevância ao seu impacto social, educativo e comunitário. Em suma, na ótica de Vale (2021), este trabalho de consultoria tem-se revelado um trabalho muito rico.

### **3.2.3. Eixo de Intervenção B – Capacitação**

No segundo eixo de intervenção, respeitante à Capacitação (anexo 29, p. 90), o PNA determinou diversas medidas, entre as várias, "criar a Escola do Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, para promover o pensamento sobre políticas internacionais e nacionais das áreas da cultura e educação, além de possuir também um programa de residências para artistas e investigadores" (XXII Governo Constitucional, 2019). Conforme Brighenti (2021), o eixo da Capacitação foi criado pensando a formação inicial, mas também enquanto processo contínuo, com medidas que se dirijam à formação dos educadores, de mediadores culturais, professores, artistas e de todo este conjunto de pessoas que refere serem os ativadores do plano. Na sua perspetiva "(...) esse é o eixo que está ao centro, no sentido em que ele alimenta tanto o lado das políticas culturais, como os agentes que estão ligados à educação (...)". Confirma-se nos objetivos (anexo

30, p. 91) designados pelo PNA para este eixo que um destes diz respeito a “Investir na formação inicial e contínua dos professores e educadores, formais e não formais, mediadores e artistas”, (XXII Governo Constitucional, 2019, p.29) numa perspetiva que não podia ir mais de encontro com o supramencionado por Brighenti (2021). Entre outros objetivos, destacam-se também “Capacitar para a utilização de pedagogias questionadoras e promotoras da autodescoberta, da colaboração e da comunicação; aprofundar conceitos, práticas e processos artísticos e pedagógicos que promovam a criatividade e o pensamento crítico; editar, uma coleção de livros – Coleção PNA – com vista à publicação de textos essenciais nas áreas arte, educação e comunidade; criar uma linha editorial, física e digital, de recursos pedagógicos, com foco nos conteúdos transversais às aprendizagens do currículo das várias disciplinas do Ensino Básico (3º ciclo e secundário); oferecer formação presencial e não presencial (MOOCs), acreditada e creditada; apoiar a investigação no âmbito dos estudos sobre Arte, Comunidade e Cidadania; capacitar para a mobilização de conteúdos-chave inscritos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” (XXII Governo Constitucional, 2019, p.29). Conforme Vale (2021) relativamente à forma como têm resultado as supramencionadas medidas deste eixo e quais as alterações mais notórias, refere a Escola do Porto Santo, que indica já existir e que se encontra a avançar com a PORTA33. Esta é uma associação cultural no Funchal, que está a tomar conta da Escola do Porto Santo e que, por sua vez, faz uma ligação do trabalho desta associação com a comunidade, gerando mudanças que considera notórias. Conforme o PNA (2019), o interesse era mesmo de “Sediar em Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, numa antiga escola de 1º Ciclo (projetada pelo Arq. Chorão Ramalho), um programa de iniciativas dedicadas à investigação e reflexão crítica sobre Cultura e Educação: conteúdos, contextos e práticas pedagógicas artísticas” (XXII Governo Constitucional, 2019, p.30). Vale (2021) reitera ainda que se realizou no Porto Santo uma conferência no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE a convite do Ministério da Cultura, que sugeriu ao PNA pensar numa conferência com congéneres nos países membros da UE. Ora, Vale (2021) relata que a resposta dada foi a de sugestão da realização da conferência no Porto Santo, por ser uma ultraperiferia, possibilitando que se (re)pensasse essa noção de periferia e centro, como também enquadrar dentro da Escola do Porto Santo que detinha já nesta medida a ideia de criar ali um grupo de trabalho internacional para políticas culturais e educativas. Ora, o Comissário do PNA (2021) indica que o propósito foi organizar esta conferência como

lançamento e *kickoff* deste grupo de trabalho e, como tal, fizeram um encontro em que juntaram não apenas agentes sociais envolvidos na cultura e na educação dos países membros da UE, como também redes e associações culturais europeias que juntam em si e nos seus associados o tecido cultural europeu. Por sua vez, muitas redes europeias ligadas à música, ao teatro, à dança, aos espaços culturais e museus juntaram-se para auxiliar o PNA, antes da própria conferência, com a finalidade de preparar uma carta para refletir acerca do papel da cultura na democracia, o que é de facto a democracia cultural e como é que podemos ter um tecido cultural e educativo mais democrático, diversificado, participativo e emancipador. Clarifica, portanto, que esta iniciativa não é algo do PNA para o mundo, é construída em comunidade, acreditando na inteligência colaborativa da comunidade. Conforme Vale (2021) a preparação da carta foi um trabalho levado a cabo durante longos meses antes da Conferência de Porto Santo e que, posteriormente, quando apresentada na Conferência de Porto Santo, contou com algumas participações e comunicações que considera notáveis, nomeadamente a presença da Ministra da Cultura, do Secretário Regional da Madeira, de alguns participantes presencialmente e de outros online, que acredita ter tido e continuar a ter imensa repercussão. Exemplifica com uma notícia que havia recebido dias antes e que dava conta da intenção do governo grego de assumir a Carta do Porto Santo como sua. Acrescenta que o desejo do PNA é esse mesmo, de que a Carta possa chegar a todos e ser tomada como sua, quer pelas instituições governativas, quer pelas instituições culturais e educativas. Exemplifica, ainda, com o próprio Museu Nacional Soares dos Reis, com quem o PNA se encontra a trabalhar, que demonstrou iniciativa e interesse em implementar a Carta do Porto Santo. Ora, reitera que o que a Carta do Porto Santo tem de especial são as suas propostas práticas e que têm o poder de alterar a realidade. Logo, na perspetiva de Vale (2021), a Carta tem estes dois prismas. “Por um lado, uma narrativa mais teórica visando esclarecer a diferença entre democratização da cultura e democracia cultural, dois paradigmas diferentes, que embora possam ser articulados, promovem visões diferentes da relação com os públicos, entre os agentes culturais ou entre as instituições culturais e os públicos. Por outro lado, faz alusão a uma segunda parte da carta, dedicada a recomendações práticas e que incidem em três níveis: aos decisores políticos nacionais e europeus, às instituições culturais e às instituições educativas”. Ora, o Comissário do PNA (2021) acredita que a Carta do Porto Santo cumpre, por um lado, a ideia de gerar um pensamento na área, uma vez que sugere que se reflita nesta diferença de paradigmas e explicita essa diferença e modos de ação

sem deixar de apresentar um lado prático de um modelo de funcionamento, por acreditarem que todos saem a ganhar se as instituições culturais detiverem um papel mais interventivo. Não obstante, salienta que antes da realização da conferência de Porto Santo, para não chegarem à Madeira e fazerem uma iniciativa internacional sem ligação alguma ao tecido daquela comunidade, realizaram também uma ação de formação para os professores de Porto Santo e da Madeira sobre o que é a democracia cultural e como é que a democracia cultural se relaciona com a escola, não deixando de enfatizar o papel da PORTA33 no trabalho de articulação com as escolas, a comunidade, os vários organismos e associações daquele território. Conforme Albergaria (2021), outra das medidas deste eixo que se revela particularmente interessante são as Coleções PNA. Revela que o PNA tem interesse em publicar uma coletânea de textos de pensadores, de artistas e pedagogos sobre a educação em Portugal. Conforme Vale (2021), a respeito das Coleções PNA que releva que se realiza em parceria com a INCM e indica que detêm dois livros, um de recolha de textos sobre arte e educação e outro respeitante a uma tradução de Alain Bergala sobre a hipótese cinema, um livro sobre o cinema e a educação. Assegura que estão pensados mais livros e que estes são apenas os dois primeiros que virão a ser publicados. Vale (2021) revela ainda que neste eixo de intervenção, devido à questão do património e artes nos cursos de educação se ter expandido, interessa ao PNA sublinhar a importância dos cursos de educação a respeito do património, das artes e pensar as pedagogias da arte e do património. Porém, indica que acima de tudo considera fulcral trabalhar a experiência dos próprios futuros formadores, futuros professores e futuros educadores para que possam usufruir de experiências culturais e artísticas mais ricas e diversificadas, podendo transmiti-lo aos seus futuros alunos. Vale (2021) sublinha ainda a importância de, mais do que trabalhar as questões técnicas, trabalhar o cidadão, numa perspetiva que vai de encontro com a do PNA a respeito da educação para a cidadania. Conforme Vale (2021), o próximo passo é que esta capacitação se estenda, de igual forma, ao ensino superior e que estas instituições com que têm estado a trabalhar, mencionando a Universidade do Porto, o Instituto Politécnico de Leiria, a Universidade Católica e outras com quem possam vir a trabalhar no futuro, possam compreender a importância da presença das artes, do património e da cultura na sua instituição. A respeito da medida Bolsa PNA, embora Vale (2021) refira que estas bolsas ainda não tenham avançado, uma vez que ainda não foram geradas estruturas e regulamentações para o efeito, o plano interventivo do PNA vai tendo várias etapas e que essa não será,

certamente, olvidada. Não obstante, relativamente à Academia PNA, na sua ótica esta é uma das linhas mais ativas e determinantes deste eixo de intervenção e da qual resultam mais frutos. Indica as várias conferências e ações de formação que utilizam as artes e o património da cultura com diferentes aspetos da vida educativa e com as comunidades educativas, através de um pensamento transdisciplinar e indisciplinar. Recordar-se do êxito que teve a iniciativa “Arte e Matemática”, pensada pelo investigador e artista Simão Palmeirim. Sublinha que esta ação de formação, em especial, foi já solicitada dezenas de vezes por centros de formação em todo o país e tem tido resultados muito positivos na avaliação dos formandos, uma vez que é uma iniciativa com um lado muito prático. Exemplifica com uma conferência para as Jornadas Europeias do Património, que refere terem sido amplamente frequentadas, incidindo na temática da proximidade entre património e educação. Na sua ótica, Vale (2021) expõe que é necessário que exista uma mudança no modo como se olha sobre o que é o património, reiterando que património não são apenas o Mosteiro dos Jerónimos ou outras estruturas mais conhecidas. Revela ainda que o PNA procura que estas conferências sejam, em grande parte, convertidas e transformadas em ações de formação, para que estas confirmem crédito aos professores, querendo isto dizer que os professores que participem nelas passam concomitantemente por um desenvolvimento profissional. Vale (2021) revela que, com a conjuntura pandémica, são inúmeras estas conferências que têm sido desenvolvidas, devido às facilidades de reunir virtualmente, gerando um crescente número destas iniciativas de norte a sul do país, incluindo ilhas, mas também no estrangeiro, em particular no Brasil, um país que este indica se ter vindo a entusiasmar muito com os objetivos do PNA.

#### **3.2.4. Eixo de Intervenção C – Educação e Acesso**

Relativamente ao terceiro eixo de intervenção, Educação e Acesso (anexo 31, pp. 92-93), destacam-se vários projetos de relevo, nomeadamente o Projeto Cultural de Escola, “com a criação de um cargo de coordenador em cada agrupamento escolar ou estabelecimento de ensino, responsável por desenhar um programa cultural adaptado ao contexto, em parceria com as autarquias, as estruturas artísticas e a comunidade educativa” (XXII Governo Constitucional, 2019). É de ressaltar o facto de que o PNA, neste último eixo de intervenção, procura mobilizar novos recursos pedagógicos que visem o aproveitamento das expressões artísticas para trabalhar conteúdos de cidadania e desenvolvimento. Como tal o PNA (2019) destaca os objetivos (anexo 32, p. 94) para este eixo de intervenção, estes sendo: “Garantir o acesso às artes de todos os cidadãos, incentivando a participação

ativa e distinta de cada um; propor a presença das artes nas escolas de forma diversificada, incluindo a sua utilização como recurso pedagógico, criativo e transversal na abordagem aos conteúdos das diferentes disciplinas; atender à especificidade do local, às diferentes comunidades e aos agentes que aí já trabalham; aproveitar o poder criativo e indisciplinador das artes para alterar o sistema de ensino, tornando-o mais transdisciplinar e aberto a diferentes perfis de aprendizagem” (XXII Governo Constitucional, 2019, p.32), este último que considero ser particularmente estrutural, oferecendo novas formas de fazer escola numa. Na perspetiva de Vale (2021) as medidas deste eixo são relativamente estruturais, uma vez que propõem envolver de forma transdisciplinar a escola, abrindo-a às instituições culturais, encarando-as também como território educativo. Justifica, mencionando que isto significa que o teatro, o museu, o património, são território educativo e isto, para algumas escolas, é propor uma mudança efetiva. “(...) estas são propostas que permitem abrir horizontes. Por um lado, que as escolas deixem de fechar as artes e o património numa gaveta à parte e, por outro, que as instituições culturais passem a ser vistas como parceiras ideais da educação. O ideal seria que os professores retirassem os alunos da escola, da sala de aula, para visitar um museu.” Ainda a respeito dos objetivos designados para este eixo o PNA (2019) destaca ainda, entre outros, “Fomentar a colaboração entre agentes artísticos, a comunidade educativa e outros intervenientes, para desenhar estratégias de ensino e aprendizagem que contribuam para um currículo integrador, assente na gestão consolidada do conhecimento e da experiência cultura; interligar a escola ao contexto social envolvente; promover o reconhecimento do valor das diferenças culturais e do diálogo entre culturas, a diversidade de vozes, territórios e recursos” (XXII Governo Constitucional, 2019, p.32). Brighenti avança que “há dois Decretos-Lei importantes na educação que saem em 2018, o 54º e o 55º que mudam a forma como olhamos para o currículo e que pensam numa escola mais inclusiva. O PNA vai beber desses dois Decretos-Lei, que pensam uma outra forma gerir de escola e o nosso princípio transdisciplinar vem também daí (...)”. Na ótica de Vale (2021) o programa Indisciplinar e Escola caracteriza-se como uma das propostas de maior praticidade no terreno e que se encontra no respetivo eixo de intervenção. Indica que este é o programa responsável pelo já mencionado Projeto Cultural de Escola, um projeto que pretende ser holístico no sentido transdisciplinar, expondo que indisciplinar significa cruzar as várias disciplinas a partir das artes do património e da cultura, conferindo total liberdade para que em cada local desenvolvam os temas que fizerem mais sentido na

respetiva região. De acordo com a perspetiva de Brighenti (2021), “(...) em todo o programa que se chama Indisciplinar e Escola, nós gostamos de dizer que aí está o coração do plano. (...) Como se todos os outros fossem os músculos e na educação há este coração que depois jorra o fluxo sanguíneo para todo o lado. Se nós tivéssemos pensado uma estratégia que confinasse a cultura na escola, acho que teríamos cometido o mesmo erro que foi cometido em programas passados (...) o problema da escola é que a escola é um ecossistema em si próprio, a escola tem regras próprias, tem os seus agentes, tem o seu currículo, (...) a escola é um mundo e ele está bem organizado, mas tem esse problema de ser quase autossuficiente, ou seja, poder viver sem a outras áreas estarem dentro da escola”. Conforme Vale (2021), o Indisciplinar e Escola é uma medida cujos números apontam para o sucesso, uma vez que começaram com 65 agrupamentos no primeiro ano, sendo que no segundo ano já conseguiram trabalhar com 150 agrupamentos. A dia 30 de julho encontravam-se já a trabalhar com 202 agrupamentos, sendo que estavam já agendados para que até ao mês de setembro se juntassem mais, calculando cerca de 250 agrupamentos de escolas em todos o país. Explica que isto significa que serão 250 agrupamentos que identificaram um coordenador do projeto cultural que passa a realizar a ponte entre o agrupamento e o PNA, que se encontram a desenvolver um Projeto Cultural de Escola, na tentativa de explorar as várias disciplinas, trabalhando a partir das artes e procurando meios de se articularem com as instituições culturais do respetivo território. Vale (2021) confessa ter acreditado que, com esta realidade pandémica e as dificuldades que dela resultam, as escolas não teriam tempo para pensar nestas coisas, ficando assim surpreendido com os resultados. O PNA vai fazendo um trabalho de divulgação através das ações de formação, das conferências, escrevem para jornais, para portais virtuais, porém, Vale (2021) indica não serem elitistas, no sentido de irem bater às portas das escolas e afirmarem que querem fazer parte. Por sua vez, preferem que as escolas os descubram e contactem, ou que dialoguem com outras escolas envolvidas e que tenham elas próprias o desejo de trabalhar com o PNA. Refere, também, que procederam a um pedido de apoio ao Ministério da Educação, no sentido de ter uma equipa maior, uma vez que o desejo é o de crescer de forma sustentada. Vale (2021) dá destaque ainda a outra medida deste eixo, esta sendo a medida do “Artista Residente”. Conforme Albergaria (2021), “esta medida pode fazer a diferença, uma vez que o artista vai estar uma temporada na escola. Não é um toca e foge. Pode estar pelo menos 3 meses e vai ajudar, com as suas metodologias e a sua criatividade, a despoletar outros processos

criativos e ajudar a constituir na respetiva escola um Projeto Cultural de Escola”. Conforme Vale (2021), não apenas por motivos de financiamento, como também com as dificuldades causadas pelo início da conjuntura pandémica, o processo de contratação de artistas residentes mostrou-se complexo. Numa fase inicial os artistas residentes fizeram o esforço de marcarem a sua presença online, em diferentes atividades. No segundo ano já foi possível trabalhar de outra forma e com o apoio do Programa de Promoção do Sucesso Escolar, que tem um modo de articulação com as escolas muito facilitado e de contratação de técnicos, tendo o PNA conseguido a contratação de mais artistas residentes. Vale (2021) faz a estimativa de que neste ano 2021 foram cerca de 40 e muitos artistas residentes, uns através deste programa, outros através das Câmaras Municipais ou das Juntas de Freguesia, que patrocinaram essa presença. Na perspetiva de Vale (2021) esta é uma medida extraordinária, com resultados incríveis em alguns dos casos, no envolvimento da escola e no propósito de transformar a escola num local mais prazeroso, de alegria e aprendizagem, também através da música, da dança, das artes plásticas, de ligação e relação. Considera ainda notável o trabalho que se tem desenvolvido na ligação aos artistas enquanto pessoas, na tentativa de quebrar a construção de que os artistas não são indivíduos como os demais ou de que os bons artistas já estão todos mortos. Pelo contrário, estão presentes e a tentar estabelecer uma relação de proximidade. Indica também que, desde cedo e logo no primeiro ano de intervenção, o PNA sentiu a necessidade de criar uma página de cursos pedagógicos e desde então já foram adicionados mais de 300 cursos pedagógicos, que se encontram divididos pelos diversos ciclos e que permitem a um professor, a um pai ou a outro familiar, demonstrar ao seu educando ou às suas crianças, filmes ou outro tipo de conteúdos que, além de educativos, são também interessantes e permitem algum entretenimento. Vale (2021) afirma ainda que era do interesse do PNA que estes conteúdos pudessem ter essa flexibilidade de, por um lado, poderem ser apresentados em casa num ambiente mais familiar e, por outro lado, poderem também ser apresentados em ambiente de sala de aula e enquanto recurso pedagógico, que permita uma discussão, uma conversa, um aprofundamento para temas mais específicos, ou até mesmo em matéria da cidadania.

### **3.2.5. Resultados observáveis da intervenção do PNA**

Como mencionado por Brighenti (2021), os eixos de intervenção interligam-se uma vez que todos os programas e medidas se relacionam. Os resultados observáveis deste modelo de intervenção resulta em iniciativas no terreno que põem em ação aquilo que são os

ideais do PNA, juntamente com os restantes planos, programas e redes já existentes. Conforme Vale (2021), uma das últimas iniciativas do PNA foi em celebração do Dia da Criança em parceria com a DGESTE e realizada no Teatro Nacional de São Carlos, a qual caracteriza como uma iniciativa que exemplifica na perfeição o resultado de um trabalho de articulação entre as várias entidades, estando envolvidos o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, a DGESTE, o próprio Teatro Nacional de São Carlos e a CNB. Para explicar no que constou a iniciativa, Vale (2021) refere que foi um *streaming* para todas as escolas de 1.º ciclo do país que demonstrassem vontade de participar. Descreveu-a como uma experiência incrível. “(...) de repente existiam crianças oriundas de todo o lado, como de Rabo de Peixe ou de Freixo de Espada À Cinta, reunidos à volta de uma apresentação de uma peça de dança da CNB e de uma visita ao Teatro Nacional de São Carlos, um teatro de Ópera que tantas vezes parece elitista e afastado”. Relata que a parceria com a DGESTE foi crucial para o sucesso desta iniciativa, uma vez que cederam uma equipa de filmagem e realização e permitiu a criação do filme com a CNB, procedendo à transmissão do *streaming* e inclusive comunicar com as escolas, uma vez que, na sua opinião, a DGESTE tem a sua máquina montada e bem oleada de ligação com as escolas. Conforme Vale (2021), quando pretendem alcançar as escolas recorrem também ao PEEA, pelo facto de este constituir um programa que trabalha mais com professores do pré-escolar e do 1.º ciclo. Por esse motivo, em atividades ligadas ao 1.º ciclo escolar contam com o apoio e auxílio direto do PEEA, assim como em atividades com ligação ao cinema detêm o apoio e envolvimento do PNC. Enuncia que a ambição é poder continuar a trabalhar desta forma e que esta articulação se possa manter, com uma maior frequência e com melhor qualidade.

### **3.2.6. Prioridades de intervenção do PNA**

Quanto às prioridades de intervenção do PNA no tempo que resta, na ótica de Albergaria (2021) o caminho a seguir é o de continuar a mostrar de forma progressiva a importância do que defende o PNA, mostrar casos de boas práticas pelo país todo, disseminar os resultados, dar formação aos professores, sensibilizar os municípios e trabalhar visando a capacitação. Refere que a capacitação no verdadeiro sentido é dar competências, para que o PNA possa finalizar a sua intervenção, de modo que esse trabalho continue sozinho de forma orgânica. “O último passo é desaparecermos naturalmente porque já não vamos ser precisos. Vamos deixar a semente e ela vai crescer”. Conforme Vale (2021) a respeito deste tópico, a intenção é continuar a sedimentar o trabalho que tem vindo a ser feito, a

Academia PNA, os Projetos Culturais de Escola, torná-los ainda mais enraizados nas escolas, crescer para outras escolas, encontrar modelos de contratação de artistas residentes que sejam mais célebres e mais fáceis, logo mais sustentáveis, e que não dependam apenas do PNA, mas de instituições como as câmaras municipais, as juntas de freguesia, ou outras estruturas como as CCDR. Considera que a estruturação do contrato de impacto social das instituições culturais é, para já, um objetivo imediato, tal como a criação do índice e dos planos estratégicos municipais de cultura e de educação e, no fundo, desenvolver aquilo que está proposto em todos os eixos de intervenção do PNA. Vale (2021) explica ainda que, de facto, existem medidas que estão propostas e que ainda não foram implementadas e que terão o seu tempo de implementação. Todavia, avança ao afirmar que, também para um tempo mais imediato, está a organização de uma atividade, qualquer coisa como uma congregação do que já se está a fazer e promoção das várias perspetivas que o PNA tem vindo a apresentar, numa Bienal da Arte, Infância e Juventude. Avança com uma informação quase privilegiada informando que, em princípio, em março de 2023 realizar-se-á o primeiro ano desta Bienal, que decorrerá em todo o território nacional e que tem como envolvente os parceiros do território. Conforme Vale (2021) um dos grandes objetivos é pôr as instituições culturais a refletir nestes públicos específicos e nesta ligação entre a arte e educação nas escolas. Completa afirmando que espera que a Bienal, e que as restantes iniciativas providenciem momentos de grande reflexão sobre a importância da ligação entre as artes, o património e a cultura, na infância, na juventude e na educação em geral, envolvendo as instituições culturais, as instituições educativas, trabalhando sempre para gerar um espaço comum.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A perspetiva de uma durabilidade e sequência para o trabalho da educação artística parece-me ser uma das conclusões centrais a retirar através do trabalho de análise e investigação efetuados. Uma conceção que foi sendo realçada ao longo da investigação e com a qual concordo é a necessidade de compreender o papel do trabalho continuado nestas áreas, uma vez que a falta de continuidade é prejudicial, já que cria uma noção de desvalorização, principalmente no público mais jovem. Uma criança que tem acesso a cultura e que imediatamente lhe é retirado, concebe-o como algo não prioritário. Por sua vez, se o acesso à cultura estivesse sempre presente na vida de uma criança, ela possivelmente consideraria esse aspeto como fundamental na sua educação e não como algo acessório. Ora, a educação artística pressupõe como fundamental a existência de um modelo administrativo durável e com sequência uma vez que assistimos, por diversas ocasiões, governos recém-eleitos deixarem cair no esquecimento projetos e medidas dos governos cessantes, em prol de implementarem iniciativas próprias, alterando a facilidade com que os cidadãos, em geral, detêm acesso à cultura, o que resulta em danos notados a diversos níveis. Diria que, apesar dos vários esforços que foram ocorrendo visando interligar cultura e educação, este é um processo que ainda hoje não decorre de forma orgânica, pelo que me parece absolutamente basilar a necessidade de criar legislação que regule a articulação entre estas duas esferas sociais. Se por qualquer eventualidade restavam dúvidas quanto à impossibilidade de pensar as políticas culturais e educativas de forma articulada, ficou claro durante toda a investigação que a dimensão cultural, seja ela artística ou patrimonial, é uma dimensão concomitantemente de transformação social. Pelo bem-estar social e no âmbito de alterar mentalidades, bem como formar cidadãos mais informados, promissores, críticos e interessados, é necessário proceder-se a um trabalho que procure não ignorar as tentativas desenvolvidas até à data, que se lhes dê seguimento, num trabalho interventivo para propiciar a criação de elos entre as estruturas culturais e educativas, motivando, alavancando e desenvolvendo redes que quebrem o muro que sectoriza, logo, separa a cultura da educação. A minha formação académica precedente na área da História Moderna e Contemporânea permite-me compreender e reconhecer com maior facilidade a importância que momentos de rutura e mudança possam representar na construção de um panorama melhor que o anterior, não olvidando que estes podem também acidentalmente fracassar, desvalorizando o conhecimento reunido noutras esferas que podiam ser mais célebres e cuja necessidade não passaria quiçá por uma rutura, mas sim por uma continuação do bom trabalho que estaria já em curso. Ora, o PNA, na minha ótica, caracteriza-se como uma iniciativa de vital importância no âmbito da aproximação entre as políticas culturais e educativas, uma vez que demonstrou, desde início, abertura para trabalhar de forma conjunta, não deixando no esquecimento o trabalho desenvolvido anteriormente e acreditando no valor do trabalho colaborativo. Procurou, por esse motivo, articular outros Planos, Programas e Redes já existentes,

a maioria anteriores ao ano de 2019, ano em que foi implementado o PNA. Interessa, aqui, reconhecer também o esforço levado a cabo por parte do PNA para se apartar da tendência paternalista que alguns planos contêm, relativamente à planificação da sua estratégia e distinguir a investida no âmbito de mudar mentalidades e de disseminar a importância de que se deixe de fechar as artes e o património em gavetas à parte das restantes, uma vez que estas não são somente áreas de estudo da cultura. São termos com os quais nos podemos cruzar nas mais variadas áreas de estudo, já que as artes e o património se apresentam em múltiplas temáticas nas diferentes disciplinas escolares, como na História, na Antropologia, na Sociologia, na Filosofia, na Biologia, na Psicologia, entre outras. Embora parte do foco de intervenção do PNA ser a comunidade escolar, uma vez que a área de interposição de alguns dos projetos e programas, tais como o Projeto Cultural de Escola e o Projeto Artista Residente, que intervêm diretamente na escola, há que reconhecer a tentativa de consciencializar os museus, bibliotecas não escolares e locais de património cultural de que eles próprios têm de proceder a um trabalho de abertura e de inclusive transformação do seu espaço para melhor receberem as escolas no seu território. É vital unirem-se esforços que procurem continuar a disseminar esta ideia e a caminhar nesta direção, em prol de um bem comum. Não posso deixar de frisar a relevância da decisão tomada por todos os Planos, Programas e Redes, tais como o PNL, o PNC, o PEEA, o PRBE, a RPM, entre outros, que aceitaram colaborar e trabalhar de forma conjunta com o PNA, naquela que é uma verdadeira demonstração de abertura, que deve perdurar e progredir. É esta lógica que se deve seguir, uma vez que o trabalho colaborativo já provou o seu valor. A Carta do Porto Santo não constitui apenas um exemplo dos frutos que resultam do trabalho colaborativo, como é um documento esclarecedor e enriquecedor, beneficiando todos os intervenientes, leitores e todos os que assumam a Carta como sua. Agora, com plena consciência da exigência e complexidade do universo que envolve esta temática e das limitações enfrentadas, sobretudo no que concerne a conjuntura pandémica que atualmente enfrentamos e que complicou o processo de recolha de informações, o balanço que aqui se formaliza é relativamente positivo. Porém, fica a ambição de, quiçá, poder aprofundar mais esta temática, recorrendo a outras estratégias e métodos. Questiono-me quais serão as opiniões do cidadão comum a respeito desta temática. Interessaria questionar o cidadão acerca do seu pensamento relativamente à cultura e à educação enquanto tronco comum. Permanece o interesse por proceder a uma pesquisa nesta dimensão e captar as opiniões a respeito se prevalece, ou não, a ideia de educação e cultura enquanto tronco comum. Em caso de resposta positiva ou negativa, procurar-se-ia captar as motivações e reflexões que conduzam a essa convicção. De qualquer modo, a conclusão de uma investigação científica constitui-se como uma possível base de partida para outros estudos, conferindo a possibilidade de questionamento de preconceitos, convicções pessoais e a abertura para gerar novas perspetivas e visões, objetivos esses que se pretendem atingir com a concretização e conclusão desta investigação científica.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Legislação e Planos**

Carta do Porto Santo (2021). A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia. Conferência do Porto Santo, Madeira.

Comissão Europeia (2016). Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o Ano Europeu do Património Cultural. Bruxelas.

Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Constituição da República Portuguesa - Decreto de aprovação da Constituição. República Portuguesa

Diário da República n.º 47/2008, Série I de 12-9-2008. Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade. República Portuguesa

Jornal Oficial da União Europeia (2016). Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia (Versão Consolidada). União Europeia

Vale, P.; Brighent, S.; Pólvora, N; Fernandes, M. e Albergaria, M. (2019). Plano Nacional das Artes: uma estratégia um manifesto.

XXI Governo Constitucional (2017). Quadro Estratégico Plano Nacional de Leitura 2027. República Portuguesa.

XXII Governo Constitucional (2019). Política Cultural, Capacitação e Educação e Acesso são os eixos do Plano Nacional das Artes. República Portuguesa.

XXII Governo Constitucional (2020). Portal digital do Plano Nacional de Cinema. Disponível em <https://pnc.gov.pt>

XXII Governo Constitucional (2021). Bibliotecas escolares: Presentes para o futuro - Programa Rede de Bibliotecas Escolares: Quadro Estratégico 2021-2027. República Portuguesa

XXII Governo Constitucional (2021). Portal digital da Rede Portuguesa de Museus. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

XXII Governo Constitucional (2021). Portal digital do Programa de Educação Estética e Artística. Disponível em <http://educacaoartistica.dge.mec.pt/>

## **Fontes Orais**

Maria Emanuel Albergaria, Membro da Equipa Técnica do Plano Nacional das Artes, entrevistada por Tiago Miguel da Silva Luzio, a 14 de janeiro de 2021, por videoconferência.

Paulo Pires do Vale, Comissário do Plano Nacional das Artes, entrevistado por Tiago Miguel da Silva Luzio, a 8 de janeiro de 2021, por videoconferência.

Paulo Pires do Vale, Comissário do Plano Nacional das Artes, entrevistado por Tiago Miguel da Silva Luzio, a 30 de julho de 2021, por videoconferência.

Sara Barriga Brighenti, Subcomissária do Plano Nacional das Artes, entrevistada por Tiago Miguel da Silva Luzio, a 13 de janeiro de 2021, por videoconferência.

## **Outras Fontes**

Centro de Informação Europa Criativa (2021). Portal digital do Programa Europa Criativa 2021-2027. União Europeia. Disponível em <https://www.europacriativa.eu/>

IX Governo Constitucional (1983-1985). Arquivo Histórico do Portal do Governo. República Portuguesa. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc09.aspx>

Santos, M. L. (2007, maio 10). Comunicação apresentada na Mesa Redonda “Políticas culturais no Espaço Iberoamericano” integrada no V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural.

X Governo Constitucional (1985-1987). Arquivo Histórico do Portal do Governo. República Portuguesa. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc10.aspx>

Xavier, J. B. (2019). Mais do que andar: caminhar – o contributo da educação artística. In *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/08/culturaipsilon/opiniao/andar-caminhar-contributo-educacao-artistica-1856715>

XI Governo Constitucional (1987-1991). Arquivo Histórico do Portal do Governo. República Portuguesa. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc11.aspx>

## **Bibliografia**

Alves, L. M. (2014) O que é cultura? Antropologicamente falando... Ensaios e Notas. Disponível em <https://ensaiosnotas.com/2014/10/08/1076/>

Boaventura, E. M. (2003). Políticas culturais e educação. In *Revista da Fundação Visconde de Cairu*, Salvador, V. 5, N.º 10, 27-37.

Dantas, A. (2016), *Metodologias de investigação sociológica: Problemas e soluções a partir de estudos empíricos*. CICS.NOVA. FCSH/UNL. Edições Húmus.

Guerra, P. e Quintela, P. (2007). A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade. In *First International Conference of Young Urban Researchers*. CIES – Centre for Research and Studies in Sociology.

Magrinho, S. C. M. (2017). *A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)*. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

Poirier, J.; Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1995). *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta editora.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Gradiva.

Santos, M. L. (2008) Políticas Culturais em Portugal. In *Políticas Culturais na Ibero-América*. EDUFBA. Salvador.

Saraiva, D. (2014). *Democratização Cultural em Portugal: Políticas Culturais Autárquicas*. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



## **ANEXOS**

**Anexo 1 – Grelha de entrevistas exploratórias**

<b>1</b>	Com a Constituição da República Portuguesa de 1976 podemos dizer que são reformuladas as traves-mestras do País. Ora bem, qual a sua opinião relativamente à forma como foram repensadas a cultura e educação no Portugal democrático?
<b>2</b>	De que forma considera que cultura e educação estiveram interligados nos últimos 46 anos?
<b>3</b>	De que forma considera que cultura e educação estão interligadas hoje?
<b>4</b>	Pensa que as políticas culturais e as políticas educativas têm correspondido às expectativas dos portugueses ao longo destes 46 anos, ou não?
<b>5</b>	Qual pensa terem sido os pontos altos da articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas em Portugal nos últimos 46 anos?
<b>6</b>	Qual pensa terem sido os pontos baixos da articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas em Portugal nos últimos 46 anos?
<b>7</b>	[Tendo em conta as respostas que o entrevistado for dando ao longo da entrevista, opto por aplicar, ou questão 1), ou a questão 2)]:  1) Conhece evidentemente alguns dos Planos e Projetos de Governo recentemente implementados que visam uma articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas. O que me pode dizer relativamente a alguns?  2) A respeito do Plano [Plano que seja do meu interesse que se esclareça], o que me pode dizer relativamente a...
<b>8</b>	Qual pensa ser o caminho para que se melhore a articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas?

**Anexo 2 – Grelha de inquérito por entrevista**

<b>1</b>	Numa conversa que tivemos anteriormente, apresentou algumas noções a respeito do PNA, referindo que este se distingue de outros Planos recentemente implementados e que visam a articulação entre cultura e educação. Sugeriu, também, que grande parte destes Planos eram sectoriais e que o PNA surge com um propósito inicial de articular a ação dos respetivos Planos. A minha questão é: em que linhas e eixos é que o PNA procurou articular-se com outros Planos já existentes e com quais o fez?
<b>2</b>	Quais têm sido os resultados observáveis deste trabalho de articulação com os Planos com que o PNA tem vindo a operar?
<b>3</b>	Com a finalidade de concretizar os objetivos designados, o PNA estabeleceu a sua ação em três eixos de intervenção: Política Cultural; Capacitação; Educação e Acesso. A definição destes três Eixos de Intervenção foi feita em referência com o quê, isto é, com políticas europeias, com resultados de anteriores ações, planificações e planos/projetos anteriores?
<b>4</b>	A respeito do Eixo da Política Cultural, no PNA é mencionada a importância de se tomarem iniciativas que visem valorizar projetos com as comunidades, apoiando práticas artísticas a desenvolver com escolas, comunidades específicas ou excluídas, aproximando a arte e o património dos cidadãos, em particular das crianças e jovens. De que forma caracteriza a ação do PNA face ao Eixo da Política Cultura a respeito das ações, resultados e limitações?
<b>5</b>	Face ao segundo Eixo de Intervenção respeitante à Capacitação, o PNA apresenta diversas medidas. Quais têm resultado melhor e de que forma essas alterações são notórias?
<b>6</b>	O PNA foi um dos responsáveis pela elaboração da Carta do Porto Santo, apresentada em abril de 2021. Qual foi o papel do PNA na preparação da Carta e quais os seus impactos ?
<b>7</b>	A respeito do terceiro Eixo de Intervenção, Educação e Acesso, que modelo propõe o PNA para responder aos desafios de um sistema educativo mais integrador, orgânico e transformador, ou de acordo com a União Europeia na Conferência sobre Direitos Fundamentais, holístico, tal como proposto também no Espaço Europeu da Educação?
<b>8</b>	Ainda a respeito do terceiro Eixo de Intervenção, Educação e Acesso, conta com três programas, entre os quais o “Indisciplinar e Escola”. Concorda que as medidas deste programa são particularmente estruturais, oferecendo novas práticas educativas e, quiçá, um modelo de rutura?
<b>9</b>	O PNA projeta no seu manifesto um trabalho que se estende até 2029. Com sensivelmente mais 8 anos de ação pela frente, quais são as prioridades de intervenção? Essas prioridades têm em conta a Carta do Porto Santo, as perspetivas do Espaço Europeu de Educação e a <i>New European Bauhaus</i> ?  Algum aspeto não abordado e que queira acrescentar?

**Anexo 3 – Declaração de Consentimento Informado – Paulo Pires do Vale**

**Declaração de Consentimento Informado**

Eu, Tiago Miguel da Silva Luzio, na qualidade de estudante, venho solicitar a sua participação na investigação científica subordinada à temática que se relaciona com a articulação entre as políticas culturais e educativas em Portugal, através da análise do Plano Nacional das Artes. A realização deste trabalho surge no âmbito da redação da minha dissertação de mestrado com vista à obtenção do grau de Mestre em Estudos e Gestão da Cultura, que decorre no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sediado Avenida das Forças Armadas, em Lisboa.

Esta investigação científica privilegia a adoção de uma abordagem qualitativa, com o propósito de recolher as perceções dos(as) entrevistados(as) face às questões levantadas. A recolha de dados é realizada através da gravação em formato de áudio e os dados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assumindo um compromisso ético. A identidade do(a) entrevistado(a) será divulgada, pelo que não será possível assegurar a confidencialidade.

Para os devidos efeitos, declaro que compreendi as explicações que me foram fornecidas pelo investigador, não restando dúvidas, e que estou consciente de que a minha participação é livre e voluntária, dispondo de absoluta liberdade para me retirar, interromper ou recusar responder a quaisquer questões, sem que essa opção resulte em prejuízos para a minha pessoa. Mais declaro que autorizo a recolha, utilização, registo e tratamento dos dados recolhidos.

19 de Julho de 2021



**(Participante)**

**Anexo 4 – Declaração de Consentimento Informado – Sara Barriga Brighenti**

**Declaração de Consentimento Informado**

Eu, Tiago Miguel da Silva Luzio, na qualidade de estudante, venho solicitar a sua participação na investigação científica subordinada à temática que se relaciona com a articulação entre as políticas culturais e educativas em Portugal, através da análise do Plano Nacional das Artes. A realização deste trabalho surge no âmbito da redação da minha dissertação de mestrado com vista à obtenção do grau de Mestre em Estudos e Gestão da Cultura, que decorre no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sediado Avenida das Forças Armadas, em Lisboa.

Esta investigação científica privilegia a adoção de uma abordagem qualitativa, com o propósito de recolher as perceções dos(as) entrevistados(as) face às questões levantadas. A recolha de dados é realizada através da gravação em formato de áudio e os dados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assumindo um compromisso ético. A identidade do(a) entrevistado(a) será divulgada, pelo que não será possível assegurar a confidencialidade.

Para os devidos efeitos, declaro que compreendi as explicações que me foram fornecidas pelo investigador, não restando dúvidas, e que estou consciente de que a minha participação é livre e voluntária, dispondo de absoluta liberdade para me retirar, interromper ou recusar responder a quaisquer questões, sem que essa opção resulte em prejuízos para a minha pessoa. Mais declaro que autorizo a recolha, utilização, registo e tratamento dos dados recolhidos.

9 de julho de 2021

(Dia)

(Mês)

(Ano)



**SARA BARRIGA BRIGHENTI**  
Subcoordenadora  
Plano Nacional das Artes

(Participante)

**Anexo 5 – Declaração de Consentimento Informado – Maria Emanuel Albergaria**

**Declaração de Consentimento Informado**

Eu, Tiago Miguel da Silva Luzio, na qualidade de estudante, venho solicitar a sua participação na investigação científica subordinada à temática que se relaciona com a articulação entre as políticas culturais e educativas em Portugal, através da análise do Plano Nacional das Artes. A realização deste trabalho surge no âmbito da redação da minha dissertação de mestrado com vista à obtenção do grau de Mestre em Estudos e Gestão da Cultura, que decorre no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, sediado Avenida das Forças Armadas, em Lisboa.

Esta investigação científica privilegia a adoção de uma abordagem qualitativa, com o propósito de recolher as perceções dos(as) entrevistados(as) face às questões levantadas. A recolha de dados é realizada através da gravação em formato de áudio e os dados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assumindo um compromisso ético. A identidade do(a) entrevistado(a) será divulgada, pelo que não será possível assegurar a confidencialidade.

Para os devidos efeitos, declaro que compreendi as explicações que me foram fornecidas pelo investigador, não restando dúvidas, e que estou consciente de que a minha participação é livre e voluntária, dispondo de absoluta liberdade para me retirar, interromper ou recusar responder a quaisquer questões, sem que essa opção resulte em prejuízos para a minha pessoa. Mais declaro que autorizo a recolha, utilização, registo e tratamento dos dados recolhidos.

14 de julho de 2021



Assinado por: Maria Emanuel  
Pacheco Vieira Soares de  
Albergaria  
Identificação: B105644289  
Data: 2021-07-14 às 14:17:17

**Anexo 6 – Princípios e objetivos do Quadro Estratégico do Plano Nacional de Leitura 2027**

**PRINCÍPIOS**

**PNL2027, UM PLANO ...**

- Promotor da leitura, como competência chave e direito inerente à condição humana e à cidadania;
- Depositário de um património de 10 anos, a consolidar e desenvolver;
- Amplo e inclusivo - DE todos, COM todos e PARA todos, abrangendo a globalidade dos indivíduos e públicos: infantil, juvenil e adulto;
- Nacional, regional e local;
- Mobilizador de vários sectores e áreas da administração e da sociedade;
- Potenciador de forças e sinergias com múltiplos parceiros e instituições, nacionais e internacionais;
- Impulsionador do uso do livro e das bibliotecas como fontes de saber e de cultura;
- Integrador e transversal a múltiplas literacias;
- Criativo, inovador e capaz de fazer face aos desafios do Século XXI;
- Exigente e orientado por critérios de qualidade e fundamentos científicos.

**OBJETIVOS**

- Facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento;
- Aumentar os hábitos e os índices de leitura da população;
- Melhorar as competências e os níveis de literacia dos portugueses;
- Promover o prazer e o gosto pela leitura;
- Desenvolver a formação leitora;
- Consciencializar a sociedade do valor e da importância da leitura;
- Estimular uma cultura e um ambiente económico-social favoráveis à multiplicação das práticas e dos contextos sociais de leitura;
- Potenciar a presença e a projeção mediática da leitura nos meios escritos, impressos e digitais, em presença e na Internet;
- Associar a leitura às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias digitais, de acordo com uma nova ecologia que se faz de múltiplas literacias;
- Usar a leitura para combater a desinformação, o preconceito e a ignorância.

## Anexo 7 – Áreas de Intervenção e Foco do Plano Nacional de Leitura 2027

### ÁREAS DE INTERVENÇÃO

O PNL2027 será operacionalizado através da concretização de um conjunto de áreas de intervenção. Subjacente ao seu desenvolvimento está uma filosofia de rede em que, através da cooperação entre sectores da administração central e com o poder local; de par-

cerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil; e da colaboração com pessoas coletivas e individuais, se procurará realizar um vasto conjunto de programas, projetos e atividades.

#### AS ÁREAS DE FOCO DO PNL2027 SÃO AS SEGUINTE:

1. Alargamento dos públicos-alvo.
2. Incentivo à prática da escrita.
3. Valorização de todas as literacias.
4. Reforço da leitura por prazer.
5. Desenvolvimento da colaboração com as bibliotecas escolares, municipais e do ensino superior.
6. Aproximação à literatura, ciências, artes e tecnologias.
7. Colocação da leitura e da escrita no centro da escola.
8. Mobilização de pessoas qualificadas, experientes, criativas e inovadoras.
9. Levantamento, realização e disseminação de estudos científicos.
10. Exploração da Web como espaço de partilha, difusão e comunicação.

Cada uma das 10 áreas identificadas desdobra-se num conjunto de medidas, a executar ao longo do período 2017-2027.

Todas as áreas e medidas serão lançadas nos primeiros três anos de desenvolvimento do PNL2027, devendo o conjunto de atividades que lhes são inerentes ser progressivamente aumentado e aprofundado ao longo do

período de vigência do Plano, de acordo com o retorno dado pela sua monitorização e avaliações periódicas.

As iniciativas programadas no âmbito de cada uma das medidas serão definidas nos respetivos Planos Anuais de Atividades e realizadas em função dos recursos humanos, materiais e financeiros anualmente alocados ao PNL2027.

## Anexo 8 – Medidas das dez áreas de intervenção e foco do Plano Nacional de Leitura 2027

# 1

## ALARGAMENTO DOS PÚBLICOS-ALVO

A leitura é um preditor do sucesso escolar, pessoal e profissional e o leitor um sujeito em permanente construção. Acompanhando as necessidades de socialização primária com a leitura, a universalização do pré-escolar, a melhoria das aprendizagens básicas, a generalização do ensino secundário como patamar mínimo de habilitações, o reforço da formação e da qualificação de adultos para a empregabilidade e o bem-estar e qualidade de vida dos mais velhos, é essencial, não só consolidar e reforçar as iniciativas desenvolvidas com as crianças e jovens do pré-escolar e do ensino básico, como alargar, também, a intervenção do PNL2027 junto dos que, no contexto familiar, da conclusão da escolaridade obrigatória, nos percursos pós-secundários e do ensino superior, na vida ativa e fora dela, necessitam de adquirir ou melhorar as suas competências de literacia.

Será assim, dada prioridade a novas atividades dirigidas à 1ª infância, aos jovens adultos e aos adultos em formação e qualificação, em consonância com os princípios da literacia emergente e familiar e os valores da aprendizagem ao longo da vida.

- 1 Reforço dos programas existentes de leitura emergente e parental;
- 2 Articulação com outros projetos de socialização da leitura envolvendo a 1ª infância, os jovens e as famílias;
- 3 Propostas específicas de estudo e intervenção precoce para remediação e melhoria da leitura e da escrita junto de crianças do 1º ciclo do ensino básico;
- 4 Aproximação pessoal ao livro através da sua distribuição gratuita a crianças e jovens, em parceria com instituições públicas e privadas, editoras, livreiros ou outros;
- 5 Programas específicos para jovens que explorem estratégias e recursos típicos das suas vivências e ambientes culturais, digitais e das redes sociais;
- 6 Integração de módulos de leitura e literacia para adultos no contexto da frequência de iniciativas de qualificação;
- 7 Promoção de ofertas de leitura fácil para leitores com maiores dificuldades de leitura;
- 8 Coordenação de ações com programas e atividades com responsabilidades formativas junto da população adulta;
- 9 Ampliação de atividades formativas e de alfabetização de cariz informal junto dos adultos com mais de 65 anos, numa perspetiva de acompanhamento a iniciativas de envelhecimento ativo, combate à exclusão social e voluntariado de leitura;
- 10 Alargamento de ações destinadas a pessoas com necessidades especiais, no cumprimento dos princípios de inclusão e acessibilidade a conteúdos literários adaptados;
- 11 Desenvolvimento de projetos de leitura em contextos e ambientes de leitura não convencionais: hospitais, estabelecimentos prisionais, centros de dia e de convívio, e outros.

## 2

### INCENTIVO À PRÁTICA DA ESCRITA

Incentivo à escrita, enquanto forma de expressão pessoal, interação e comunicação e condição para reforçar as próprias capacidades de leitura, conciliando o impresso e os media digitais.

A digitalização tem mudado a natureza, frequência e importância da escrita.

Com a disseminação dos dispositivos móveis, a possibilidade de acesso a recursos e ferramentas de comunicação cada vez mais variados, o envio constante de mensagens, a postagem nas redes sociais,.... precisamos de trazer para o universo escolar e formativo estas possibilidades e instrumentos, tirando partido deles.

O desafio consiste em promover uma aprendizagem igualmente conectada, social e participativa, aproveitando essas práticas que hoje vivem predominantemente fora da escola mas que são o lugar onde, designadamente, os jovens escrevem de forma livre e mais extensa.

Procurar-se-á, deste modo, que estas formas conversacionais entre o discurso oral e escrito, por natureza mais fáceis e informais, bem como a sua motivação natural, capaz de atrair e capacitar para a literacia os leitores mais renitentes, sejam reconhecidas e exploradas, a par de outras estratégias, mais ou menos convencionais.

- 1 Projetos de escrita, tendo por base um conjunto de novas estratégias e técnicas;
- 2 Criação de uma plataforma digital de serviços, conteúdos, recursos e ferramentas criativas de informação, partilha e interação (dicas, aplicações de *storytelling*, *fanfics*, *texting*, *booktubers*, auto-publicação, ...), assente num consórcio de parceiros com diferentes perfis;
- 3 Desenvolvimento de comunidades e clubes de leitura e escrita online;
- 4 Fomento de sinergias entre as comunidades e clubes de leitura e escrita existentes em bibliotecas públicas municipais e noutras instituições.

### 3

## VALORIZAÇÃO DE TODAS AS LITERACIAS

Valorização de todas as literacias em relação às quais a leitura e a escrita são nucleares e transversais, tirando partido do convívio dos textos e do livro com o áudio, o vídeo e a multimédia.

Estamos hoje cada vez mais confrontados com novas maneiras de ler, em que convivem várias linguagens e códigos (verbal, visual, áudio, informático), vários suportes (impressos e digitais) e media (Internet, TV, rádio, livros, jornais, revistas, ...), vários contextos, usos e práticas (formais, não-formais e informais), influenciando no modo como percebemos e interagimos com os diferentes textos.

Os novos cenários de leitura reclamam um novo sujeito leitor, apto a dominar as literacias múltiplas próprias dos ambientes informacionais e mediáticos em que atualmente vivemos e nos movimentamos, exigindo processos de aprendizagem e de formação que valorizem a aquisição e o desenvolvimento de novos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, comumente designados de competências do século XXI. A leitura e a escrita são uma componente chave transversal destas competências.

- 1 **Envolvimento em iniciativas de literacia mediática, em articulação com projetos e atividades de TV, rádio, imprensa e novos media;**
- 2 **Participação em eventos de literacia científica e tecnológica, em ligação com programas e movimentos nacionais nas áreas das ciências, programação, robótica e outros;**
- 3 **Promoção de projetos de literacia em saúde;**
- 4 **Dinamização de atividades de literacia financeira;**
- 5 **Fomento da literacia da informação, estatística e de data mining;**
- 6 **Criação de sugestões de leitura e atividades potenciadoras do conhecimento de textos e autores de diversas geografias e da inclusão através da literacia intercultural.**

### 4

## REFORÇO DA LEITURA POR PRAZER

Reforço da leitura por prazer, favorecendo a existência de espaços, tempos e oportunidades \_ formais, não-formais e informais \_ para exercitar a prática e o gosto de ler.

Estudos nacionais e internacionais (PISA, 2009<sup>19</sup>; National Literacy Trust, 2013<sup>20</sup>; Common Sense Media, 2014<sup>21</sup>) têm evidenciado a diminuição da leitura extensiva e da leitura por prazer. As boas competências de leitura, o sucesso educativo e a leitura por prazer estão indissociavelmente ligados. Temos de encorajar as crianças e jovens a tornarem-se leitores autónomos, independentemente do suporte de leitura que escolham. A aquisição de hábitos e do gosto pela leitura exigem a prática sistemática e regular da leitura, o envolvimento emocional e a motivação intrínseca dos leitores através de um exercício livre e voluntário que estimule os indivíduos a, progressivamente, lerem cada vez mais e melhor. Não se nasce leitor. Tornamo-nos leitores, mas o mais difícil é permanecermos leitores. Através do acesso facilitado a leituras significativas e de iniciativas diversificadas de carácter informal procurar-se-á incentivar o prazer de ler e formar leitores para a vida.

- 1 **Dinamização da Semana da Leitura;**
- 2 **Lançamento do Concurso Nacional de Leitura;**
- 3 **Elaboração e difusão de listas anuais de sugestões e orientações de leitura orientada e autónoma para diferentes públicos e faixas etárias;**
- 4 **Apoio à criação de novos modelos e práticas pedagógicas para a promoção do gosto pela leitura, associando-os a atividades criativas e lúdicas;**
- 5 **Participação em concursos, prémios e eventos que festejam a leitura.**

## 5

### ESTÍMULO À CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO COLABORATIVO COM AS BIBLIOTECAS

Estímulo e apoio à consolidação do trabalho colaborativo entre a Rede de Bibliotecas Escolares e a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, alargando-o às bibliotecas do ensino superior, cuja rede está em construção, de modo a dar continuidade aos esforços em prol do livro, da leitura, das múltiplas literacias e do uso das bibliotecas em todo o sistema de ensino e formação.

A cooperação entre bibliotecas através da valorização de sinergias e da convergência de projetos e ações permite a rentabilização e racionalização de recursos, o ganho de escala, a partilha de responsabilidades e a obtenção de melhores resultados relativamente a muitos objetivos comuns de caráter informativo, educativo, científico ou cultural. A promoção das competências e práticas de leitura e do sucesso escolar estão entre as áreas que mais terão a ganhar com esta articulação, em que as bibliotecas põem em comum, ao serviço dos alunos e comunidades, as suas infraestruturas de espaço, recursos, serviços e atividades e o PNL as suas políticas, estratégias e apoios a projetos de leitura e escrita.

- 1** Lançamento de candidaturas no âmbito da leitura e das literacias, dirigidos à sociedade civil - escolas, famílias, comunidades, bibliotecas, empresas, associações, voluntários, ..., em ligação com a RBE e a RNPB:
  - ALeR+, tendo como finalidade criar um ambiente e uma cultura leitora em toda a escola e comunidade.
  - LeR+ Jovem, tendo como destinatários particulares os jovens do ES.
  - Todos Juntos Podemos Ler, centrado na inclusão de públicos escolares com necessidades educativas especiais e outros currículos específicos.
- 2** Diversificação de espaços, em articulação com as bibliotecas públicas municipais e as bibliotecas do ensino superior, para a prática regular da leitura por pessoas de todas as idades, em contexto escolar, profissional, de lazer e outros.
- 3** Desenvolvimento de projetos experimentais de investigação-ação com instituições e bibliotecas do ensino superior, no âmbito da leitura e das literacias.

## 6

### APROXIMAÇÃO À LITERATURA, CIÊNCIAS, ARTES E TECNOLOGIAS

Não há cultura literária, científica, técnica ou artística sem leitura. A integração da leitura com a literatura, as ciências, as artes e as tecnologias gera contextos enriquecidos onde as diferentes linguagens, textos e literacias são utilizadas para observar, experimentar, descobrir e interagir com o mundo, e falar, ler e escrever acerca dele. Esta aproximação convida à exploração da imaginação, da fantasia e da criatividade associadas à curiosidade dos indivíduos, enquanto elementos fundamentais dos processos cognitivo e sensorial de perceção, de desenvolvimento do pensamento abstrato, da experiência estética e da construção de sentidos.

Daqui decorre o objetivo de aproximação do PNL à literatura, às ciências, às artes e às tecnologias, bem como às organizações e agentes que as promovem, potenciando sinergias, parcerias e projetos.

- 1 Aproximação à literatura através da presença em programas de divulgação de livros e autores na televisão e na rádio;
- 2 Aproximação às artes, através da assinatura de acordos de colaboração com entidades com responsabilidades nas áreas do cinema, da música, das artes visuais e performativas, e outras;
- 3 Aproximação às ciências, através do estabelecimento de parcerias com os Centros Ciência Viva e do acesso a conteúdos científicos nas bibliotecas escolares, municipais e em articulação com as bibliotecas do ensino superior, com vista à valorização da literacia científica e ao cumprimento dos objetivos do Plano Nacional de Ciência Aberta<sup>22</sup>;
- 4 Aproximação à cultura, através do desenho e implementação de um programa variado de atividades itinerantes que incluam bibliotecas municipais, arquivos e museus, destinadas a diferentes públicos-alvo e objetivos;
- 5 Aproximação estratégica da leitura ao DIGCOMP<sup>23</sup> e às iniciativas da Agenda Portugal Digital<sup>24</sup> e Portugal IN-CoDe2030<sup>25</sup> nos domínios da literacia, qualificações, inclusão e cidadania digitais;
- 6 Criação de planos regionais de leitura, de base multisectorial e no quadro de uma cultura colaborativa em rede, sedimentada nas Comunidades Intermunicipais e nas Áreas Metropolitanas que, envolvendo os municípios, as bibliotecas e demais atores locais, capitalize a aproximação às populações e o desenvolvimento dos territórios.
- 7 Incentivo à responsabilidade e compromisso social e cultural das organizações laborais no fomento da leitura junto dos seus colaboradores e no envolvimento como agentes de promoção leitora junto das comunidades.

## 7

### COLOCAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO CENTRO DA ESCOLA

Colocação da leitura e da escrita no centro da vida escolar e das aprendizagens, de modo a desenvolver as competências leitoras.

Aprender a ler e ler para aprender são processos fundadores e identitários indissociáveis da ideia de escola e de educação. É muito importante que na escola se leia de todas as maneiras, autonomamente e de forma orientada; individualmente, a par e em grupo; em voz alta e silenciosamente; de forma extensiva e intensiva; sempre e em todo o lado, para aprender a lidar de forma crítica com a informação, estruturar o conhecimento, melhorar o ensino e a aprendizagem, obter melhores qualificações e aumentar o sucesso educativo.

- 1 Inclusão nas atividades escolares e tempos letivos de períodos para a prática diária da leitura, silenciosa e em voz alta, por alunos e professores;
- 2 Incentivo à leitura extensiva, reflexiva e em profundidade de livros impressos e/ou digitais, através de estratégias e contextos diversificados: leitura orientada em sala de aula, atividades de leitura nas bibliotecas escolares, contratos de leitura, leitura autónoma, voluntariado de leitura, ...;
- 3 Fomento do uso de ferramentas digitais como estratégia pedagógica para motivação e melhoria da leitura e da escrita;
- 4 Produção de orientações e exemplos práticos para docentes e bibliotecários que treinem a leitura e a escrita e diminuam precocemente as dificuldades detetadas;
- 5 Produção, por centros de investigação, de estudos e indicações metodológicas e de plataformas de apoio ao ensino da leitura e da escrita.

## 8

### MOBILIZAÇÃO DE PESSOAS QUALIFICADAS, EXPERIENTES, CRIATIVAS E INOVADORAS

Mobilização de pessoas qualificadas, experientes, criativas e inovadoras, pondo os recursos do PNL ao seu serviço.

Não há projetos sem pessoas. São elas que fazem a diferença. A evolução social e cultural, o desenvolvimento tecnológico, a sofisticação de metodologias e técnicas de trabalho exigem pessoas cada vez mais capacitadas, com qualidade, provas dadas e ideias à altura das exigências e desafios que se colocam hoje a todos os profissionais que trabalham com a leitura e a escrita: professores, famílias, bibliotecários, mediadores, agentes culturais, profissionais dos media, voluntários, especialistas e outros.

- 1 Participação na formação de mediadores e de outros elementos envolvidos na promoção da leitura, de carácter formal ou informal; presencial ou online; inicial, contínua ou pós-graduada;
- 2 Inclusão em projetos formativos e de intercâmbio no âmbito da UE, com a European Schoolnet, o eTwinning, o EUREAD, a ELINET e outros;
- 3 Criação e divulgação de metodologias orientadoras, conteúdos e recursos formativos nos espaços Web do PNL2027;
- 4 Mobilização das instituições formadoras para ampliarem a oferta na área da leitura;
- 5 Incentivo à colaboração de voluntários, parceiros, mecenas e patrocinadores interessados no PNL2027.

# 9

## LEVANTAMENTO, REALIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE ESTUDOS CIENTÍFICOS

Produção de estudos académicos que forneçam ao PNL dados para uma perceção longitudinal da evolução das competências e práticas leitoras dos portugueses, enquanto base de diagnóstico, tomada de decisões e identificação de novas linhas de investigação.

- 1 Execução de estudos de atualização sobre as competências e hábitos de leitura dos portugueses;
- 2 Realização de estudos de avaliação do PNL2027;
- 3 Inventário de projetos de investigação em curso (em mestrado e doutoramento) e inquéritos junto de jovens investigadores, para um cabal conhecimento do panorama atual relativo à leitura e ao leitor e das novas tendências teóricas na área.
- 4 Criação de queries no RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal) que permitam recuperar automaticamente trabalhos científicos no âmbito da leitura e das literacias.
- 5 Divulgação de estudos e resultados de investigações relevantes internacionalmente, relacionados com a leitura e as literacias.

# 10

## EXPLORAÇÃO DA WEB COMO ESPAÇO DE PARTILHA, DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO

O Portal PNL2027 e as redes sociais (Facebook, Twitter e canal YouTube) são os espaços de presença e trabalho em ambiente digital do PNL2027. Através destes meios serão asseguradas diversas atividades de informação e comunicação.

- 1 Difusão de listas e sugestões críticas de leitura;
- 2 Divulgação de destaques, eventos e notícias;
- 3 Disponibilização de documentos e estudos;
- 4 Informação de projetos e atividades;
- 5 Lançamento de candidaturas;
- 6 Publicitação de concursos;
- 7 Ligações a parceiros;
- 8 Interação com leitores e utilizadores;
- 9 Formação online;
- 10 Curadoria de informação.

## **Anexo 9 – Medidas de Promoção e Marketing do Plano Nacional de Leitura 2027**

### **PROMOÇÃO E MARKETING DO PNL2027**

As atividades de promoção e marketing dos objetivos do PNL2027 destinam-se a sensibilizar a opinião pública, a criar as condições para um trabalho e acolhimento favoráveis por parte dos diferentes públicos-alvo e da

sociedade, em geral, a chamar a atenção da comunicação social, a mobilizar as instituições, a captar parceiros, mecenas e instituições.

#### **ENTRE AS INICIATIVAS PREVISTAS, CONTAM-SE AS SEGUINTE:**

1. Distinção de projetos de Leitura ++;
2. Atribuição de "selos" e de prémios a escolas, bibliotecas e profissionais;
3. Produção de templates de materiais gráficos, com áreas editáveis, para que os parceiros possam associar-se ao PNL: cartazes, avisos, anúncios, destaques, ...
4. Embaixadores de leitura;
5. Realização de uma conferência PNL bianual;
6. Apoio e criação de iniciativas que levem o livro e a leitura para locais de grandes concentração de públicos: estações de transportes, mercados, jardins, praias, e outros (máquinas de leitura, Pontos PNL,...);
7. Criação de campanhas para públicos diversos com recurso à música (jovens), ao futebol (jovens e adultos), à publicidade, ...;
8. Compilação e divulgação de informação sobre programas, ações e medidas de política em desenvolvimento noutros países da OCDE para a promoção da leitura e da literacia;
9. Exploração de oportunidades para alargamento do conhecimento e debate público sobre as questões da leitura e da literacia;
10. Mobilização da comunidade literária, da comunidade científica e dos órgãos de comunicação social para as questões da leitura e os objetivos do Plano;
11. Estabelecimento de protocolos de cooperação e parceria com Fundações e outros organismos públicos e privados;
12. Retoma e/ou início de projetos de cooperação e desenvolvimento com os países da CPLP, em ligação com as escolas portuguesas, o Camões, I.P., o Instituto Internacional da Língua Portuguesa e o Observatório da Língua Portuguesa;
13. Aprofundamento das relações internacionais com organismos relevantes, com responsabilidades nas políticas de leitura e literacia dos respetivos países.

## **Anexo 10 – Missão do PNC**

### MISSÃO

---

São opções fundamentais no âmbito da missão do Plano Nacional de Cinema:

- **A LITERACIA PARA O CINEMA** - Implementar a literacia para o cinema junto do público escolar e de divulgação de obras cinematográficas nacionais, de acordo com o exposto na [Lei 55/2012, de 6 de setembro](#).
- **A FORMAÇÃO DE PÚBLICOS** - Garantir os instrumentos básicos de «leitura» e compreensão de obras cinematográficas e audiovisuais, despertando nos jovens o prazer para o hábito de ver cinema ao longo da vida, bem como a valorização do cinema enquanto arte, junto das escolas e respetivas comunidades educativas, conforme definido no **Protocolo Institucional do PNC**, de março de 2015.
- **O ENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS** - Divulgar o PNC junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, prestando informação adequada para o seu envolvimento e participação no projeto.
- **A COLABORAÇÃO COM O SETOR DO CINEMA E AUDIOVISUAL** - Colaborar com entidades do setor do cinema e audiovisual, em prol do ensino e aprendizagem do cinema e da formação de públicos para o cinema.
- **A DIVULGAÇÃO E EXIBIÇÃO DE CINEMA** - Adotar procedimentos legalmente adequados a assegurar o cumprimento de normas relativas à divulgação e exibição de cinema junto das comunidades educativas.

## Anexo 11 – Escolas inscritas no PNC

### ESCOLAS

Ano letivo 2020-2021

Estão inscritos no PNC **275 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas**, de todos os distritos do continente, Regiões Autónomas e Escolas Portuguesas no Estrangeiro.



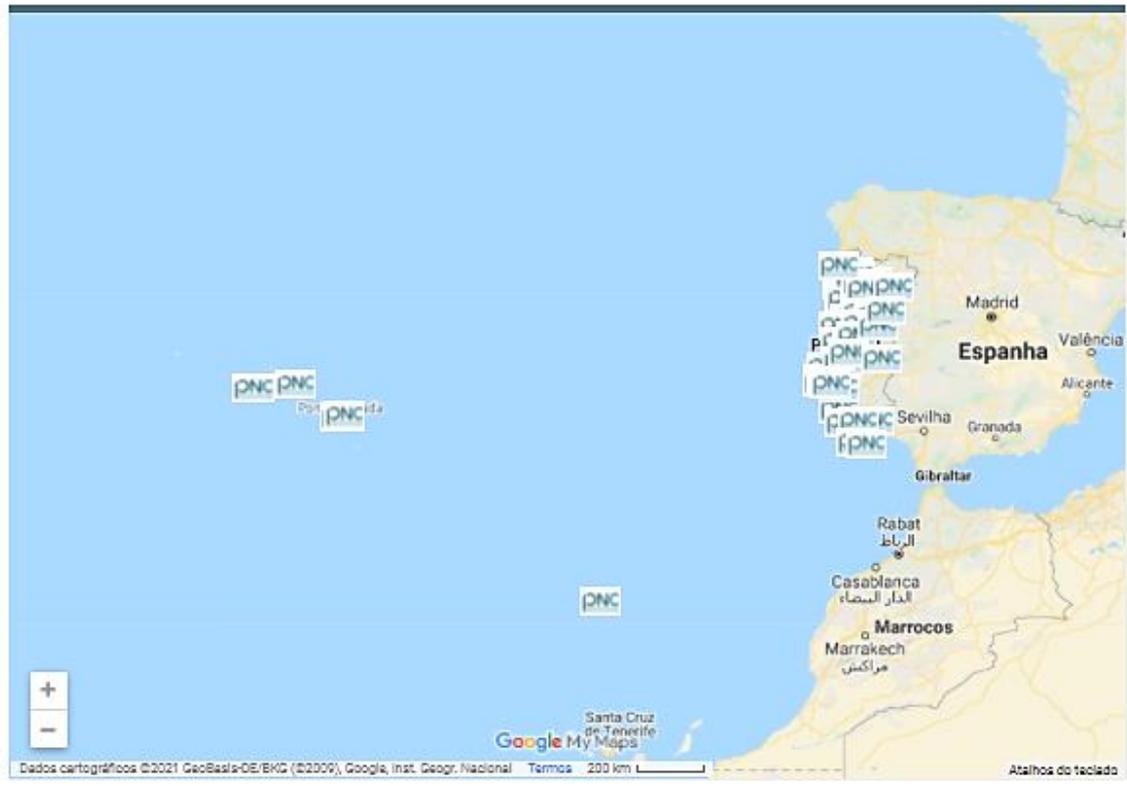
## Anexo 12 – Espaços de Exibição do PNC

### ESPAÇOS DE EXIBIÇÃO

O PNC dispõe de uma **rede de espaços de exibição** em todos os distritos do país, incluindo as Regiões Autónomas. As Escolas Portuguesas no Estrangeiro têm estabelecido parcerias locais para viabilizarem as sessões de cinema.

Além da maioria dos auditórios/salas disponibilizados pelas instituições culturais e pelos cineclubes, destacam-se as parcerias com as empresas **NOS - Audiovisuais** e **Castello Lopes**, que têm disponibilizado as suas respetivas redes de salas para o PNC. Estas colaborações têm possibilitado a realização de exibições cinematográficas gratuitas no âmbito do dispositivo «O Cinema está à tua espera», destinado a todas as escolas participantes no projeto.

### Ano letivo 2020-2021: espaços de exibição



## Anexo 13 – Colaborações do PEEA



## Anexo 14 – Cursos de formação em Educação Artística desenvolvidos pelo PEEA

**Cursos de formação**

**Educação Artística:**

- ▶ Artes Visuais e Recursos Educativos (12h)
- ▶ Dança e Recursos Educativos (12h)
- ▶ Expressão Dramática/Teatro e Recursos Educativos (12h)
- ▶ Música e Recursos Educativos (12h)
- ▶ Estratégias de Intervenção Cultural em Contexto Escolar (25h)
- ▶ Recursos Educativos em Artes Visuais (25h)
- ▶ Recursos Educativos em Dança (25h)
- ▶ Recursos Educativos em Expressão Dramática/Teatro (25h)
- ▶ Recursos Educativos em Música (25h)
- ▶ Uma Abordagem Curricular em Artes Visuais (25h)\*
- ▶ Uma Abordagem Curricular em Dança (25h)\*
- ▶ Uma Abordagem Curricular em Expressão Dramática/Teatro (25h)\*
- ▶ Uma Abordagem Curricular em Música (25h)\*

\*Bolsa de Formadores PEEA

Estes cursos apresentam um conjunto de recursos educativos para dinamizar práticas pedagógicas que estimulam a apreciação, o experimentar, o saber fazer e a satisfação com a capacidade de compreender e comunicar o mundo envolvente. Para este propósito, apresenta-se uma série de referentes, de conteúdos e de processos criativos, através de atividades específicas, com o objetivo de aumentar as competências profissionais e pessoais, na área das Artes Visuais / Dança / Expressão Dramática-Teatro / Música. (Os cursos de formação têm uma matriz semelhante, selecionando-se o de 25h ou de 12h de acordo com as necessidades).

**Anexo 15 – Projetos desenvolvidos pelo PEEA**

<b>PROJETOS</b>	
<b>A Natureza das Coisas - Caixa de imagens do mundo</b>	↓
<b>Concertos Comentados - Metropolitana</b>	↓
<b>Concertos Pedagógicos</b>	↓
<b>O Artista vai à escola</b>	↓
<b>O Museu vai à escola</b>	↓
<b>PARTe - Projetos Arte e Território</b>	↓
<b>Projeta-me - Caixa de imagens do mundo</b>	↓
<b>R-A   Residências Artísticas</b>	↓

## Anexo 16 – Encontros desenvolvidos pelo PEEA



### Encontros de embaixadores PEEA

- ▶ Analisar o plano de intervenção do PEEA em todo o território.
- ▶ Apresentar o que se está a fazer, com quem, quando, onde, porquê, como e com que recursos.
- ▶ Partilhar experiências entre a Equipa Educação Artística | DGE e os embaixadores regionais e locais do Programa.
- ▶ Propor atividades para a valorização da Arte e Cultura no plano de intervenção do PEEA.
- ▶ Elenar parcerias com escolas, centros de formação de associação de escolas, instituições culturais, academias e autarquias, para o desenvolvimento do plano de intervenção do PEEA.
- ▶ Valorizar culturas locais e globais para a identidade dos territórios.
- ▶ Identificar as áreas de intervenção na formação docente.
- ▶ Promover o trabalho em equipa, para fomentar a motivação e o desempenho entre Equipa Educação Artística, embaixadores regionais, locais e formadores externos.
- ▶ Avaliar as necessidades e os resultados alcançados.

## **Encontros regionais PEEA**

- Reunir com os Diretores dos AE, Diretores dos CFAE, educadores/professores, crianças/alunos, representantes das autarquias, representantes de instituições culturais e outros parceiros.
- Divulgar e redefinir o quadro de ações do PEEA.
- Elevar a Educação Artística e o nível de literacia artística no quotidiano da escola.
- Alargar as experiências de educação, propondo metodologias criativas de aprendizagem nas áreas de Artes Visuais, Dança, Expressão Dramática/Teatro e Música através dos Embaixadores do PEEA.
- Reforçar o papel da Arte promovendo percursos de descoberta, de inovação e valorização da escola, difundindo saberes, caracterizando a comunidade e o seu território.
- Intervir na realidade, fortalecendo o pensamento autónomo e multidisciplinar, de forma crítica e criativa.
- Avaliar as necessidades no âmbito da formação docente.

## **Encontros de Educação Artística**

**Promover diferentes formatos de Encontros de Educação Artística - Conferências, Seminários, Workshops, Webinars e outros - com os seguintes objetivos:**

- Refletir e debater sobre o papel que a Educação Artística tem na Educação.
- Divulgar aprendizagens centradas nas Artes para melhorar a qualidade do sistema educativo.
- Fomentar o pensamento criativo e crítico nas pedagogias dos educadores e professores.
- Desenvolver a Arte como componente essencial para uma educação integral e para o pleno desenvolvimento do indivíduo.
- Revelar a importância que a Educação Artística desempenha na inclusão social.
- Explicitar objetivos e estratégias da Educação Artística nas orientações curriculares.
- Promover a partilha de conhecimentos e práticas em diferentes expressões (Artes Visuais, Dança, Música, Expressão dramática/Teatro) e modalidades (educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos).
- Estabelecer diálogos interdisciplinares, considerando problemáticas e desafios colocados aos modelos estabelecidos em Educação Artística.
- Avaliar as necessidades no âmbito da formação docente.
- Partilha de projetos relevantes de serviços educativos, mediadores e parceiros culturais.
- Divulgar o PEEA e os seus eixos de intervenção.

Anexo 17 – Quadro Estratégico para 2021-2027 do PRBE

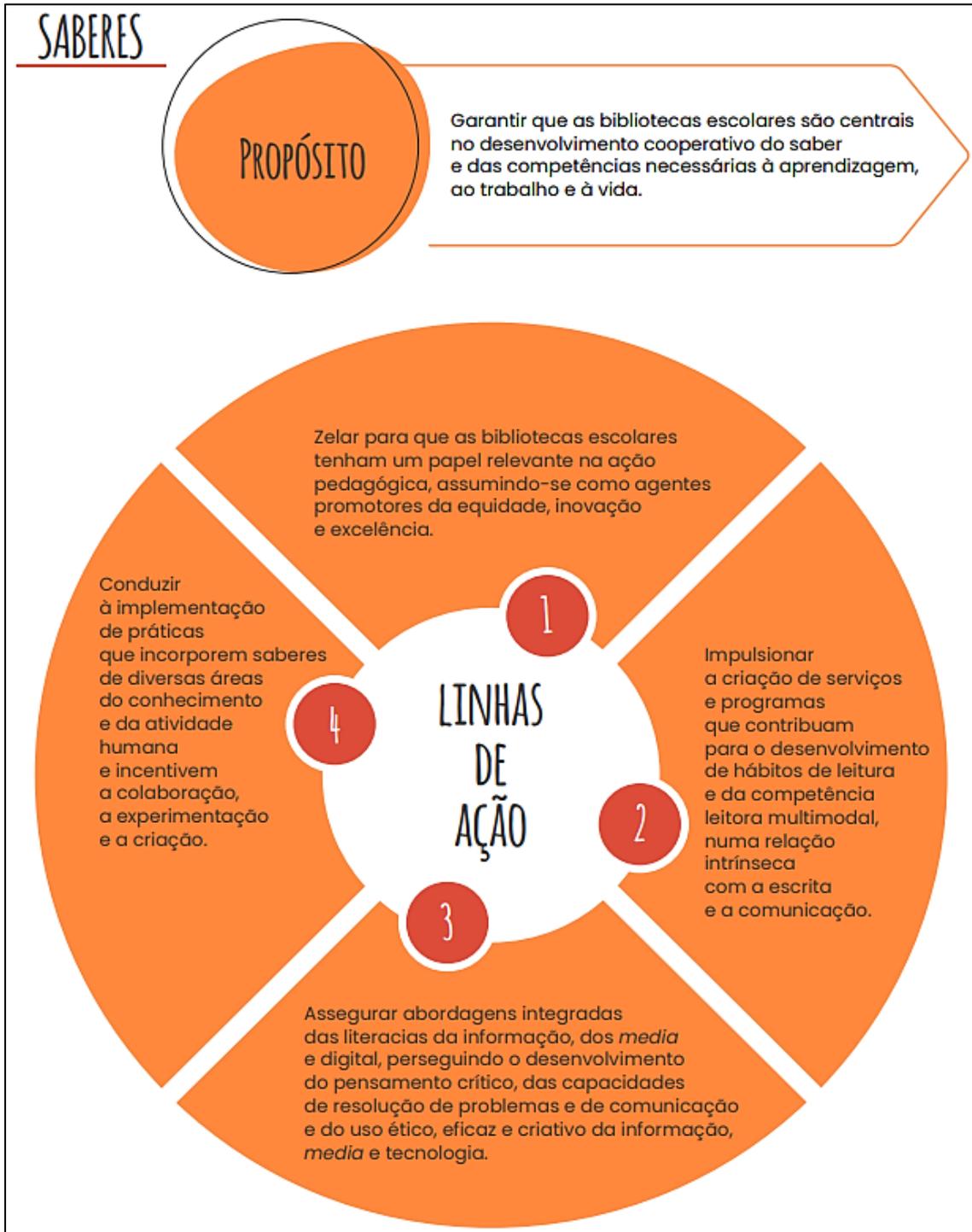


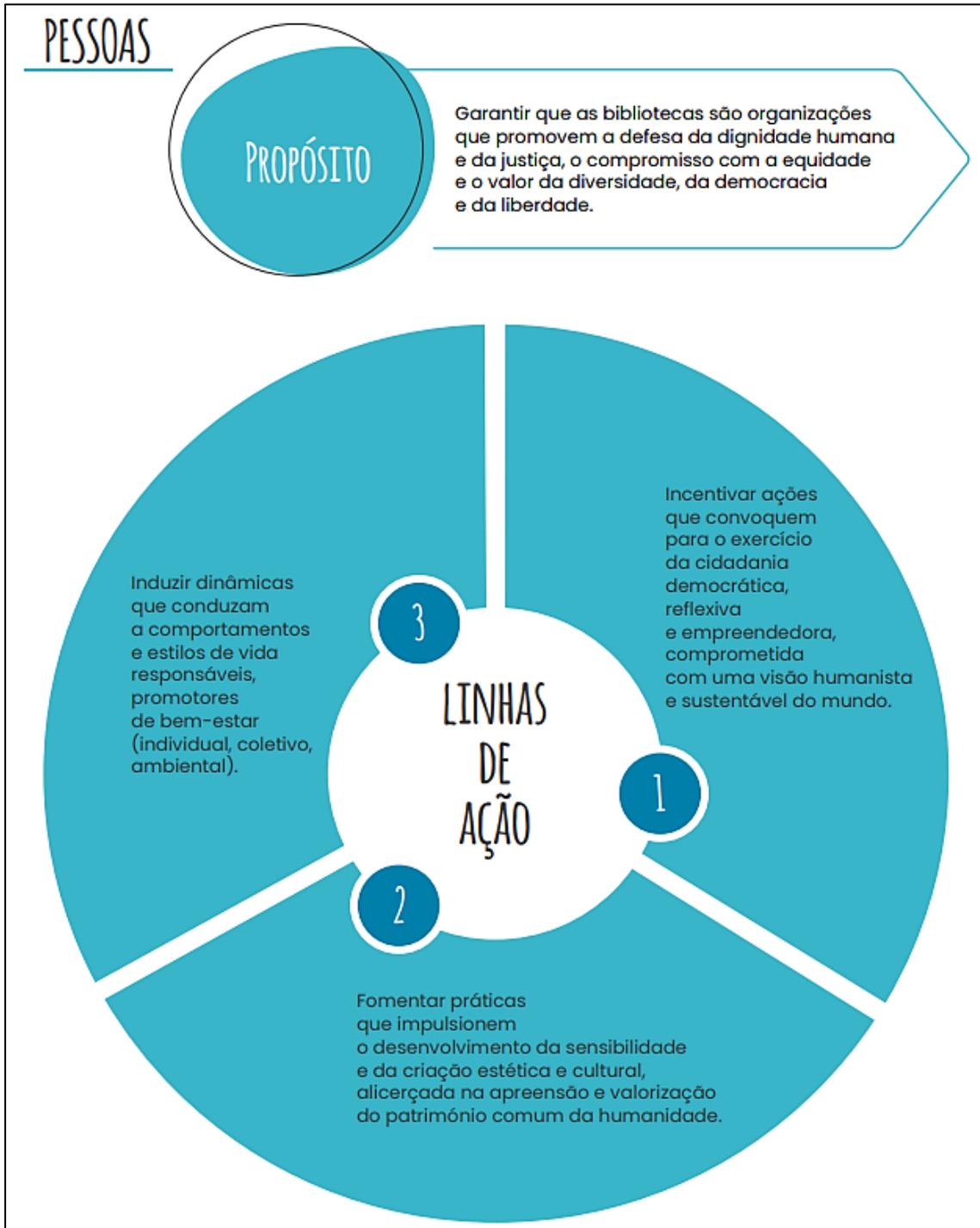
## SÍTIOS

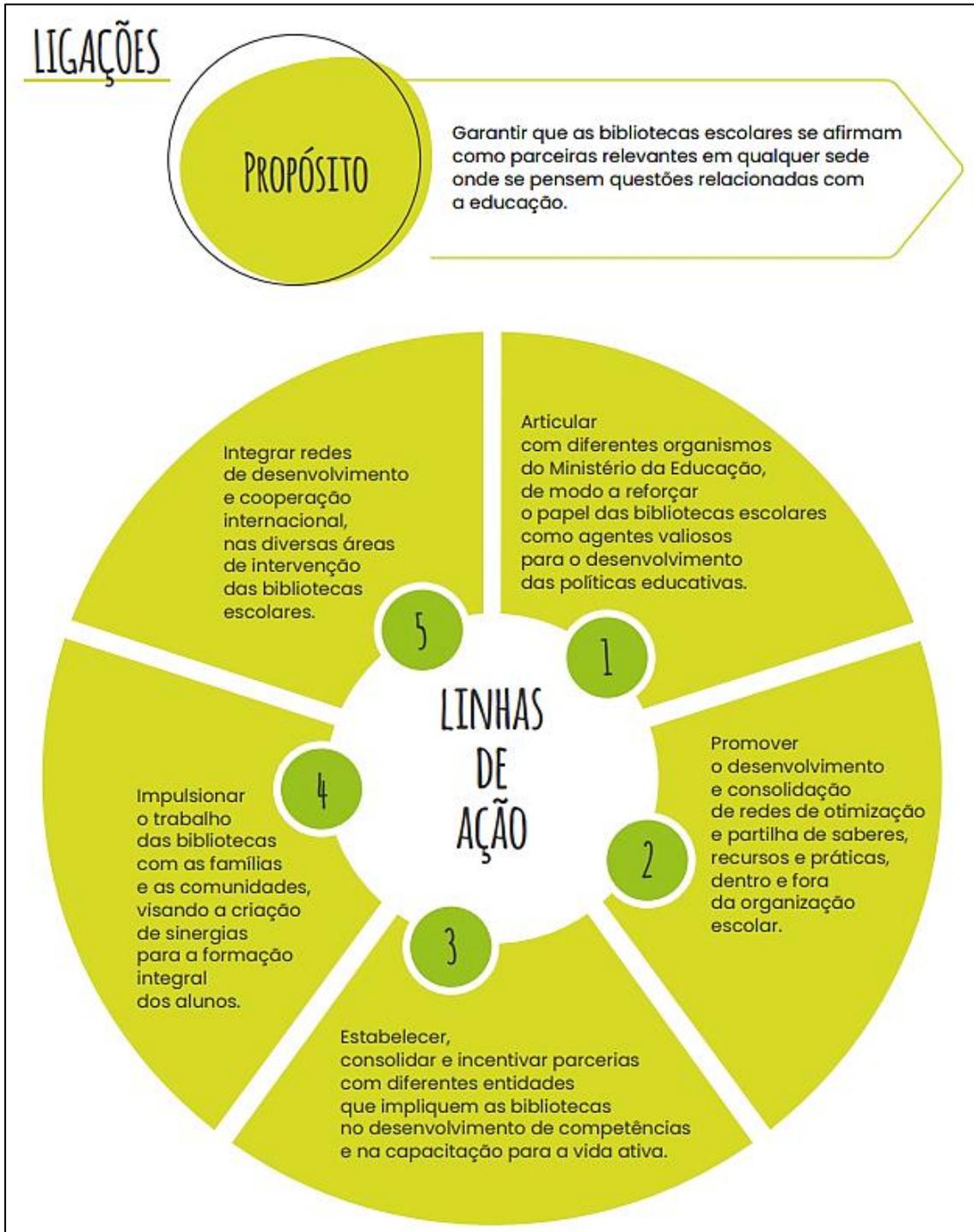
### PROPÓSITO

Garantir o acesso equitativo a bibliotecas bem apetrechadas de recursos, equipamentos e conectividade, geridas por profissionais qualificados que assegurem serviços de excelência com e para alunos, professores e restante comunidade.









## Anexo 18 – Valores do PRBE



**Liberdade** de acesso à informação, às ideias e aos serviços. **Liberdade** de expressão, nas suas múltiplas manifestações.

**Liberdade** individual e coletiva, alicerçada no conhecimento, no pensamento crítico, nos valores democráticos e no respeito pelos direitos humanos.

**Responsabilidade** na relação com a informação e com os outros, agindo eticamente em função do bem comum.

Reconhecimento e valorização da **diversidade** na sua pluralidade, criando condições para o desenvolvimento e participação de todos.



**Colaboração** na resposta a desafios e problemas individuais e coletivos e na construção comum do conhecimento.

**Participação** no quadro de uma cidadania democrática, reflexiva, empreendedora e transformadora.

**Inovação** nos meios, nos percursos e nas soluções, ancorada no pensamento crítico, na criatividade e na proatividade.

**Excelência** enquanto superação individual e coletiva, alicerçada na reflexão, na resiliência e no trabalho.



**Sustentabilidade e bem-estar** pessoal e coletivo, assentes na compreensão, no compromisso e na intervenção colaborativa.

### **Anexo 19 – Estratégias de operacionalização do PRBE**



- Integração de todas as novas escolas da rede pública onde funcionem os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário
- Integração progressiva de escolas da rede pública onde funcione o 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Integração progressiva de escolas na dependência de outros ministérios



ORIENTAÇÃO

- Disponibilização de documentos orientadores
- Difusão de informação relevante
- Acompanhamento de proximidade
- Formação



ESTÍMULOS

- Candidaturas
- Propostas de projetos/ iniciativas
- Disponibilização de recursos



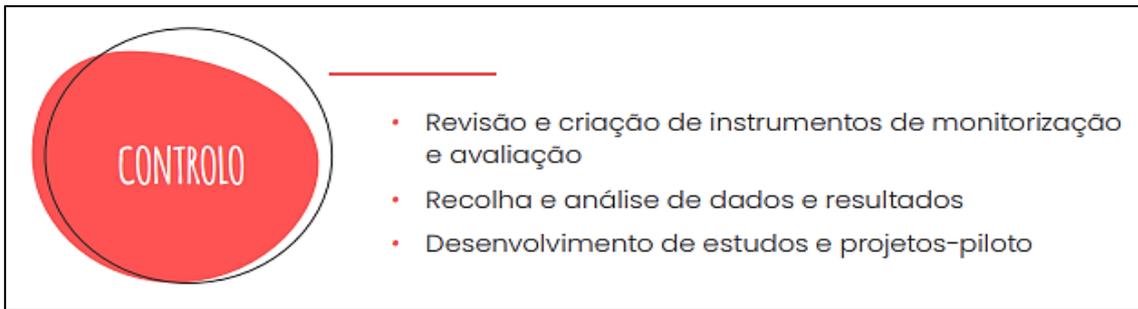
DISSEMINAÇÃO

- Divulgação de práticas
- Publicitação de dados e resultados



COOPERAÇÃO

- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas com outras entidades
- Participação em grupos de trabalho com objetivos comuns



## Anexo 20 – Introdução e objetivos da RPM

### Rede Portuguesa de Museus

**A Rede Portuguesa de Museus (RPM) é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.**

A Rede Portuguesa de Museus é composta pelos 161 museus que atualmente a integram. A riqueza do seu universo reside na diversidade de tutelas, de coleções, de espaços e instalações, de atividades educativas e culturais, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão.

Inquestionável símbolo de qualidade, de profissionalismo e de rigor na prática museológica, a Rede Portuguesa de Museus promove a valorização de cada museu que a integra e, simultaneamente, sustenta a sua força estratégica no conjunto dos museus que a constituem.

O reforço da RPM e a garantia da oferta de serviços qualificados que vão ao encontro da procura do público, concorrem para uma crescente importância dos museus enquanto agentes facilitadores da mudança social e catalisadores do desenvolvimento cultural, económico e social do país.

Concebida no âmbito de uma Estrutura de Projeto, dependente do Instituto Português de Museus, em 2000, a Rede Portuguesa de Museus é um instrumento

essencial na execução da política museológica nacional e na qualificação dos museus portugueses. Tem como objetivos: a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos, decorrentes da aplicação de fundos comunitários, em museus, a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, o fomento da articulação entre museus e a valorização formativa dos seus profissionais.

Enquanto estrutura de articulação e plataforma de comunicação e de apoio aos museus da RPM, a Direção-Geral do Património Cultural - através do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação (DMCC) e da Divisão de Museus e Credenciação (DMC) - procura incentivar o reforço da transversalidade de iniciativas e da comunicação entre os próprios museus da Rede e apoiar a formação, a informação / divulgação e a qualificação dos museus da RPM e, como legalmente lhe compete, assegura os procedimentos conducentes à credenciação de museus que pretendam vir a integrar a Rede Portuguesa de Museus.

## Anexo 21 – Credenciação de Museus da RPM

### Credenciação de Museus

A credenciação de museus, de acordo com o artigo 110º da [Lei Quadro dos Museus Portugueses](#), consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, tendo em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural.

Importa conhecer e avaliar a realidade museológica portuguesa no respeito pelas diferenças dos museus existentes, com objetivos de reforço da qualidade e da fruição do património cultural português, em toda a sua diversidade e riqueza.

A credenciação e a conseqüente integração na Rede Portuguesa de Museus é um processo voluntário que decorre da verificação do cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas naquela Lei Quadro e reflectidas no formulário de candidatura publicado com o Despacho Normativo nº 3/ 2006, de 25 de Janeiro.

A estrutura nuclear dos serviços centrais da Direção-Geral do Património Cultural foi definida pela Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, dispondo este diploma que constituem competências do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação no âmbito da Credenciação e Qualificação de Museus, nomeadamente a seguinte: coordenar e executar os procedimentos necessários à credenciação de museus e à sua integração na Rede Portuguesa de Museus (RPM), nos termos da lei.

O Formulário de Candidatura à credenciação de museus atualmente não está disponível em formato eletrónico pelo que deverá ser solicitado mediante ofício à Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Para Download:

[Despacho Normativo n.3/2006 \(.pdf +/- 170 kb\)](#)

[Procedimento de Candidatura](#)

## Anexo 22 – Formação RPM para o ano 2021

### Formação RPM

2021

Integrando a linha de ação estratégica de Formação da Rede Portuguesa de Museus, que tem por objetivo contribuir para a qualificação do tecido museológico nacional, apresenta-se, para o segundo semestre de 2021, o Programa de Formação RPM, dirigido a profissionais de museus, dando prioridade a técnicos de museus que integrem a RPM.



Deste Programa fazem parte quatro ações, duas a ser realizadas em ambiente digital e duas em formato presencial.

As ações a realizar em ambiente digital: "Conceção e criação de recursos digitais" e "Mediação online em tempo real - Práticas criativas com ferramentas digitais", têm como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os diferentes formatos de recursos digitais existentes e suas possibilidades de utilização ao nível da comunicação e mediação.

As ações presenciais terão como temas "Parcerias estratégicas nos museus RPM" e "Reservas - Aspectos práticos de gestão e manutenção".

#### PROGRAMA

Para informação e inscrições contactar:  
[formacaoRPM@dgpc.pt](mailto:formacaoRPM@dgpc.pt)

Anexo 23 – Boletim RPM

## Boletim RPM

### Museus em Rede - Boletim da Rede Portuguesa de Museus

... e, por conseguinte, contribui para a criação de uma consciência, assim como para a reflexão temática dos museus e museologia, da história da arte e das técnicas de produção artística.

A Biblioteca de Conservação e Museus – cujo catálogo está disponível para consulta em <http://bibliotecas.patrimoniocultural.gov.pt/> – disponibiliza ainda um serviço de consulta do Arquivo de Conservação e Restauro que integra quase duas dezenas de milhar de processos de estudo e intervenção em diferentes áreas do património móvel e integrado.

#### MONOGRAFIAS



Pintura portuguesa: séc. XVI-XVII-XVIII / Prof. Doutor José Alberto Gomes Machado. - Braga: Museu Nogueira da Silva, 1994. - 14 p : il.; 21 cm.

Catálogo da exposição "Um olhar sobre a pintura portuguesa dos séc. XVI, XVII e XVIII de Dezembro de 1994 a Janeiro de 1995, no Museu Nogueira da Silva.

IMC 9371



Museus em Rede Nº 39 (.pdf, 6.48 KB)

Destacável da INCM Livros: "Edições sobre o Património Português" (.pdf, 114 KB)

Destacável da Biblioteca Central IMC "Edições Paulistas (Brasil) sobre Museologia" (.pdf, 345 KB)

Museus em Rede Nº 38 (.pdf, 1.17 MB)

Destacável da Biblioteca Central IMC "Cadernos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias" (.pdf, 115 KB)

## **Anexo 24 – ProMuseus - Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM**

### **ProMuseus - Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM**

A criação de programas de apoio financeiro aos museus da Rede Portuguesa de Museus constitui uma das medidas estruturantes da política museológica nacional com o objetivo de contribuir para a qualificação dos museus portugueses e para a correção das assimetrias existentes, bem como para a utilização integrada de recursos no âmbito da política cultural.

O Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus - ProMuseus — tem por objetivo incentivar a qualificação dos museus portugueses, contribuir para a preservação do património cultural e melhorar a prestação de serviços ao público. Destina-se a todos os museus da Rede Portuguesa de Museus - à exceção dos museus dependentes da administração central (DGPC e Direções Regionais de Cultura).

Considerando que a qualificação dos museus portugueses representa um objetivo central da Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto) e uma competência da Direção-Geral do Património Cultural e tendo em vista a reativação do ProMuseus, este programa de financiamento foi então formalmente reativado através do Despacho Normativo n.º 9/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril de 2019, que aprovou o Regulamento do concurso, definiu as áreas de apoio e fixou a documentação necessária à apresentação de candidaturas.

O concurso ao Programa ProMuseus foi aberto através do Aviso n.º 7473/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 30 de abril, sendo então definidas quatro áreas preferenciais de apoio - Transformação Digital; Acessibilidade e Inclusão; Internacionalização; e Parcerias – e definido o montante máximo de apoio financeiro a atribuir, por candidatura, a cada área de apoio, no valor de 30.000,00, à exceção da área das Parcerias, cujo valor máximo definido foi de 70.000,00€.

Museus e Monumentos DGPC

Rede Portuguesa de Museus

Credenciação de Museus

Formação RPM

Boletim RPM

ProMuseus - Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM

Lei Quadro dos Museus Portugueses

## **Anexo 25 – Lei Quadro dos Museus Portugueses da RPM**

### **Lei Quadro dos Museus Portugueses**

A preparação da Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto baseou-se no conhecimento da realidade portuguesa, na experiência recente desenvolvida pelo IPM de criação da RPM e na atenção às orientações internacionais. Deve também destacar-se a forma participada como decorreu a preparação da lei, envolvendo representantes da APOM, do ICOM, da ANMP, diretores de museus e docentes universitários.

A Lei é composta por 11 capítulos, que podem ser agrupados em cinco grandes áreas temáticas. Assim, a um primeiro capítulo introdutório, mas essencial, onde são apresentados os princípios, os conceitos e o âmbito, seguem-se os três capítulos seguintes (regime geral dos museus, funções museológicas, recursos humanos e financeiros, instalações, estrutura orgânica e acesso público) que mergulham na instituição museu e constituem o corpo principal da lei, incidente sobre as características intrínsecas desta instituição, o que a distingue de outras instituições, por outras palavras, os requisitos de ser museu. Os dois capítulos seguintes são consagrados ao património móvel incorporado nos museus e à sua propriedade, sendo-lhe subsequente um capítulo dedicado à criação de museus, assente doravante em dois pilares fundamentais – o documento fundador e o programa museológico. Encontramos depois dois capítulos relativos ao novo sistema organizacional da realidade museológica – a RPM - e aos procedimentos de credenciação, os quais institucionalizam a RPM e são de grande utilidade para a preparação de candidaturas à credenciação, cujo formulário foi publicado em diploma próprio, no Despacho Normativo n.º 3/ 2006, de 25 de Janeiro.

Finalmente, o regime de contraordenações e as disposições finais, entre as quais está prevista a transição dos museus atualmente integrados na RPM e a aplicação às regiões autónomas. Das grandes linhas orientadoras da nova Lei-quadro salientamos a introdução de conceitos que ajudarão a clarificar o panorama museológico, designadamente a definição do conceito de museu e a introdução do conceito de coleção visitável.

Para a RPM este novo quadro legislativo constitui uma possibilidade de capitalizar a experiência adquirida com o projeto iniciado em 2000, através da institucionalização de uma rede de museus com regras mais claras, visando o estabelecimento de responsabilidades por parte dos museus e por parte do Estado. A sensibilização das entidades de quem dependem os museus para os requisitos exigíveis para a criação deste tipo de instituições, o impulso de qualificação, de boas práticas e de modelos a seguir, e, em última instância, a melhoria para o público serão outras consequências da Lei-quadro dos Museus Portugueses.

A credenciação de museus, de acordo com o artigo 110º da Lei-quadro dos Museus Portugueses, consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, tendo em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural.

Importa conhecer e avaliar a realidade museológica portuguesa no respeito pelas diferenças dos museus existentes, com objetivos de reforço da qualidade e da fruição do património cultural português, em toda a sua diversidade e riqueza.

A credenciação e a consequente integração na Rede Portuguesa de Museus é um processo voluntário que decorre da verificação do cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas naquela Lei-quadro e refletidas no formulário de candidatura publicado com o Despacho Normativo n.º 3/ 2006, de 25 de Janeiro.

A estrutura nuclear dos serviços centrais da Direção-Geral do Património Cultural foi definida pela Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, dispondo este diploma que constituem competências do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação no âmbito da Credenciação e Qualificação de Museus, nomeadamente a seguinte: coordenar e executar os procedimentos necessários à credenciação de museus e à sua integração na Rede Portuguesa de Museus (RPM), nos termos da lei.

O Formulário de Candidatura à credenciação de museus atualmente não está disponível em formato eletrónico pelo que deverá ser solicitado mediante ofício à Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

## Anexo 26 – Plano de Ação Estratégica do PNA

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA					
EIXOS	EIXO A POLÍTICA CULTURAL	EIXO B CAPACITAÇÃO	EIXO C EDUCAÇÃO E ACESSO		
PROGRAMAS	IMPACTO E SUSTENTABILIDADE	PENSAMENTO E FORMAÇÃO	INDISCIPLINAR E ESCOLA	KM <sup>2</sup> : ARTE E COMUNIDADE	360º COMUNICAR
MEDIDAS	Índice de Impacto Cultural das Organizações (IICO)  Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação (PEM.C-E)  Contrato de Impacto Social das Organizações Culturais  Financiamento Público Arte-Educação-Comunidade  ID Cultural (IDC)  Legislação  Compromisso Cultural das Organizações Empresariais  Consultoria  Monitorização e Avaliação	Escola de Porto Santo  Coleções PNA  Património e Artes nos Cursos de Educação  Academia PNA  Bolsa PNA  Conferências	Projeto Cultural de Escola  Projeto Artista Residente <sup>2</sup> (PAR)  Cidadania: Do it Recursos pedagógicos  Desvio: Sair para Entrar  Em Aberto  Tutorias Criativas	Projeto Deslocar: Campo Criativo  Projeto Criar+  Festival_ Bienal PNA  Prémio PNA	Portal e Newsletter  Estar Presente

Anexo 27 – Eixo de Intervenção da Política Cultural do PNA

EIXO A. POLÍTICA CULTURAL					
MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Índice de Impacto Cultural das Organizações (IICO)</b>	<p>Reforçar a transversalidade, a consolidação e o enraizamento das políticas para a cultura e para o desenvolvimento das artes nos territórios</p> <p>Responsabilizar as organizações num compromisso cultural, procurando:</p> <p>i) Parametrizar e quantificar o impacto cultural das organizações</p> <p>ii) Criar metodologias para medir, comparar e melhorar o compromisso cultural das organizações – à imagem do <i>Social Return on Investment</i></p> <p>iii) Consciencializar os cidadãos e as organizações para o impacto das artes e do património nas suas vivências e qualidade de vida</p> <p>iv) Promover o compromisso das pessoas, organizações e comunidades com a cultura, o património e o território de proximidade, considerando as suas manifestações e variantes</p> <p>v) Assegurar que o índice acomoda as diferenças e especificidades das organizações nos instrumentos de análise e avaliação</p>	<p>Construir e implementar um instrumento de medição do impacto das organizações na vida cultural dos seus membros, da comunidade e do território (à semelhança dos índices ambientais e da pegada ecológica)</p> <p>Conceber o IICO prevendo que a sua implementação origine mudanças consistentes e duradouras nas relações entre as organizações e o seu compromisso com a produção, fruição cultural, salvaguarda e valorização patrimonial</p>	<p>Centros de investigação universitários, nacionais e estrangeiros</p> <p>Direção de projeto de investigação – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL/ OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais</p>	<p>Financiamento para criação do IICO</p> <p>Investigação académica</p> <p>Projeto internacional</p> <p>Lançamento e divulgação do IICO e dos seus instrumentos de medição de impacto</p> <p>Número de entidades que aplicam o IICO</p> <p>Evolução de resultados IICO</p>	<p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Investigação e aplicação pilotos: 2019 – 2021</p> <p>Implementação/ Monitorização: 2022 – 2024</p> <p>Avaliação: 2024</p>
<b>Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação (PEM.C-E)</b>	<p>Criar um ID Cultura-Educação para cada município: identidade cultural e artística dos territórios</p> <p>Desenvolver a articulação de políticas culturais, nacionais e locais, distintas, mas em coordenação</p> <p>Apoiar compromissos de médio/ longo prazo que promovam projetos, ações e recursos e formem equipas nas áreas de intermediação C-E</p> <p>Desenvolver relações de proximidade e pertença C-E</p>	<p>i) Apoiar a realização, junto dos municípios que manifestem interesse, de um PEM.C-E – instrumento de gestão partilhada que defina as metas e os objetivos da ação municipal no âmbito da articulação Cultura-Educação</p> <p>ii) Fomentar a aproximação entre o Ministério da Cultura e os Municípios</p> <p>iii) Capacitar equipas para a mediação C-E</p> <p>iv) Mapear espaços e equipamentos e listar os recursos disponíveis</p>	<p>Ministério da Educação</p> <p>Ministério da Cultura</p> <p>DGE</p> <p>Direções Regionais de Cultura</p> <p>RPM</p> <p>Municípios</p> <p>Comunidades Intermunicipais</p>	<p>Número de Consultorias</p> <p>Número de Planos Estratégicos realizados</p> <p>Número de programas e projetos articulados entre cultura e educação nos municípios</p> <p>Número de recursos produzidos</p> <p>Avaliação IICO</p> <p>Avaliação dos projetos</p>	<p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Consultoria e Implementação: 2020-2024</p> <p>Avaliação: 2023 - 2024</p>
<b>Contrato de impacto social das organizações culturais</b>	<p>Estabelecer um contrato educativo e impacto social, entre o MC e as estruturas por ele tuteladas ou apoiadas</p> <p>i) Consolidar a relevância social dos projetos culturais</p> <p>ii) Aumentar a quantidade e a diversidade dos públicos da cultura</p>	<p>i) Incrementar meios e recursos para robustecer os serviços educativos e de mediação e a programação dos organismos</p> <p>ii) Garantir que o tema e a prática «Arte e comunidades» estão presentes em pelo menos uma iniciativa anual dos museus, teatros e estruturas tuteladas pelo MC – envolvendo comunidades em situação de exclusão ou vulnerabilidade social e população alheada das práticas culturais</p> <p>iii) Envolver a participação de jovens, professores, educadores, representantes da cultura do município, na construção da programação cultural das instituições</p> <p>iv) constituir um arquivo que documente projetos participativos com envolvimento de práticas artísticas e patrimoniais</p>	<p>Ministério da Cultura e estruturas por ele tuteladas ou apoiadas</p> <p>Municípios</p> <p>RPM</p> <p>Universidades</p> <p>Escolas</p> <p>IPSS</p> <p>Empresas</p> <p>Associações culturais e sociais</p>	<p>Avaliação IICO</p> <p>Número de recursos disponíveis</p> <p>Número de projetos e eventos «Arte e comunidade»</p> <p>Avaliação dos projetos</p> <p>Número de públicos das estruturas tuteladas pelo MC</p> <p>Diversificação de públicos (tipologias)</p>	<p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Diagnóstico e divulgação: 2019</p> <p>Consultoria e Implementação: 2020-2024</p> <p>Avaliação 2023-2024</p>

*A articulação entre políticas culturais e políticas educativas em Portugal:  
O Plano Nacional das Artes*

EIXO A. POLÍTICA CULTURAL					
MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Financiamento público Arte-Educação-Comunidade</b>	Implementar o financiamento de projetos nas áreas «Arte e comunidade» e «Património e educação» i) Valorizar projetos e práticas artísticas com as comunidades ii) Registrar, documentar e salvaguardar saberes e patrimónios locais e a sua apropriação pelas comunidades iii) Educar para a salvaguarda e valorização do património iii) Criar produtos culturais que possam circular pelo território	i) Implementar, junto da DGARTES, uma linha de financiamento «Arte e comunidade»: para projetos artísticos a desenvolver com escolas, comunidades específicas ou excluídas ii) Implementar, junto do ICA, uma linha de financiamento «Património e educação» com o objetivo de aproximar a arte e o património dos cidadãos, em particular das crianças e jovens	Ministério da Cultura DGARTES ICA Artistas Entidades de gestão cultural local Museus Escolas Comunidades	Número de candidaturas  Número de projetos financiados  Resultados da avaliação de impacto nas comunidades	Durante a vigência do plano:  Diagnóstico e divulgação: 2019-2020  Implementação: 2021-2024  Avaliação: 2023-2024
<b>ID Cultural (IDC)</b>	Registrar no ID do estudante o seu percurso cultural <sup>1</sup> Valorizar as experiências, vivências e aprendizagens culturais e artísticas no currículo Permitir a partilha do ID cultural Estimular o acesso a experiências culturais por via dos descontos creditados no cartão	i) Valorizar as experiências culturais e artísticas nos CV académicos ii) Criar um cartão que facilite o acesso a experiências culturais por via de descontos (o projeto pode ser estendido ao ensino secundário após avaliação)	Ministério da Educação  Universidades e Institutos Politécnicos  Instituições culturais  Entidades artísticas  Entidades financeiras	Número de registos de utilização do cartão Indicadores de uso / localização/ região Número de partilhas do IDC Número de visitantes com IDC Correspondência empregabilidade e partilha de IDC Número de entidades culturais aderentes	Durante a vigência do plano:  Preparação do programa: 2019-2020  Aplicação pilotos: 2020-2021  Implementação/ Monitorização: 2021-2024  Avaliação: 2024
<b>Legislação</b>	Analisar a Lei do Mecenato  Propor a clarificação legislativa sobre os direitos de autor, conexos e de exibição em contexto educativo  Rever a regulamentação sobre a classificação etária dos espetáculos	i) Criar um grupo de trabalho interdisciplinar para analisar a utilização de vários instrumentos legais com impacto na criação, produção, acesso e fruição cultural ii) Sensibilizar e esclarecer os cidadãos sobre a Lei do Mecenato iii) Facilitar o acesso e a difusão de filmes e documentários, em contextos educativos formais e não formais iv) Adequar a legislação de acesso a espetáculos, às necessidades dos diferentes segmentos de público v) Envolver entidades públicas e privadas na participação financeira e no apoio a medidas em prol do acesso, fruição e educação para as artes e os patrimónios	Ministério da Educação Ministério da Cultura Ministério das Finanças  ICA Cinemateca Portuguesa  IGAC SPA  PNC Teatros e Cineteatros	Número de projetos financiados com recurso à Lei do Mecenato  Número de públicos em espetáculos  Número de iniciativas educativas que recorrem a produtos artísticos protegidos pela Lei de DA e DC	Implementação do GT: 2019-2020  Apresentação de resultados: 2020  Alterações legislativas: 2021
<b>Compromisso cultural das organizações empresariais</b>	Assegurar a participação e o apoio das empresas na cultura e nas artes da sua região, no seu Km <sup>2</sup>	i) Envolver as empresas e os seus colaboradores no programa cultural da região, incluindo os seus espaços, recursos e valências nos circuitos de ação cultural ii) Capacitar criativamente os seus colaboradores iii) Estimular o financiamento das empresas nos projetos culturais da região iv) Promover a cultura de voluntariado empresarial em áreas e projetos culturais e artísticos iv) Responsabilizar as empresas de turismo na preservação e valorização do património	Organizações empresariais  Autarquias  Parques tecnológicos  Entidades culturais e artísticas	Número de ações programadas  Valor dos financiamentos	Durante a vigência do plano:  Diagnóstico e divulgação: 2020  Implementação de projeto: 2021-2024  Avaliação: 2024
<b>Consultoria</b>	Prestar consultoria, apoiando a execução das linhas de ação definidas no plano e noutras ações que promovam o acesso e potenciem a fruição dos seus públicos		Entidades que colaborem com o PNA	Número de consultas	2020-2024
<b>Monitorização e Avaliação</b>	Avaliação externa dos processos e resultados dos projetos		Centro de Investigação	A definir	Durante a vigência do plano

**Anexo 28 – Objetivos do Eixo de Intervenção da Política Cultural do PNA**

## **EIXO A. POLÍTICA CULTURAL**

### **PROGRAMA: IMPACTO E SUSTENTABILIDADE**

Criar condições estruturais, políticas e legislativas, que promovam o compromisso cultural das pessoas, organizações e comunidades (em particular com o património, artes e artistas no seu território próximo, o seu Km<sup>2</sup>), dando-lhes voz e responsabilidade, possibilitando-lhes avaliar esse comprometimento, de modo a reforçar a sua sustentabilidade

### **OBJETIVOS**

Sublinhar a transversalidade da cultura e das artes e a responsabilização de todos os setores sociais e económicos num compromisso cultural

Reforçar, junto dos artistas e das instituições culturais, a consciência da sua dimensão educativa e do seu impacto social

Consciencializar para o valor do património cultural como fator de coesão e de pertença, e para as artes como promotoras de formação integral do cidadão

Fomentar a aprendizagem em contextos formais e não formais

Anexo 29 – Eixo de Intervenção da Capacitação do PNA

EIXO B. CAPACITAÇÃO					
MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Escola de Porto Santo</b>	Sediar em Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, numa antiga escola de 1º Ciclo (projetada pelo Arq. Chorão Ramalho), um programa de iniciativas dedicadas à investigação e reflexão crítica sobre Cultura e Educação: conteúdos, contextos e práticas pedagógicas artísticas	i) Conceber um encontro anual, formato Think Tank, para pensar políticas internacionais e nacionais nas áreas da cultura e educação ii) Organizar residências-laboratório para artistas que queiram trabalhar projetos relacionados com a comunidade / escola iii) Organizar residências de Pensamento para: - Bolsistas PNA - Investigadores em fase de desenvolvimento de teses no âmbito temático Arte e Comunidade - Autores a preparar artigos, ensaios ou livros nas áreas de trabalho do Plano	Secretaria Regional da Educação da Madeira  Direção Regional da Administração Pública do Porto Santo  Câmara Municipal de Porto Santo  Associação Porta33  Membros nacionais e internacionais do Think Tank  Investigadores Artistas  Associações locais	Financiamento do projeto candidatura EEA-Grants  Número de artistas, investigadores e bolsistas residentes  Avaliação/ Impacto dos encontros internacionais  Número de atividades com a comunidade local	Durante a vigência do plano:  Candidatura: 2019-2020  Implementação: 2021-2024  Avaliação: 2024
<b>Coleções PNA</b>	Criar três linhas editoriais que reflitam as problemáticas PNA em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda	i) Coleção textos essenciais: área Arte e Comunidade -filosofia, antropologia, sociologia, política cultural ii) Coleção públicos específicos –promoção do acesso às artes para crianças, jovens, professores iii) Coleção e recursos pedagógicos	Imprensa Nacional Casa da Moeda  Autores/ Equipas multidisciplinares	3 a 6 publicações anuais	Elaboração de conteúdos e publicação 2020-2024
<b>Património e Artes nos Cursos de Educação</b>	Promover a valorização das artes, das expressões artísticas e do património, quer na formação de base, quer na pós-graduações e mestrados dos cursos de educação	i) Introduzir, sempre que necessário, mais horas ou disciplinas de formação estética/ artística/patrimonial nos cursos de formação de professores e educadores ii) Incrementar o papel das artes e do património no ensino da educação inclusiva	Instituições de ensino superior e formação profissional Universidades  ESES  Centros de Formação  Artistas  Professores  Mediadores  Escolas  Instituições culturais	Número de horas e disciplinas criadas e implementadas  Número de cursos e formações realizados  Número de acreditações  Incremento da colaboração escola/ comunidade local  Número de projetos transversais  Avaliação dos alunos e das escolas  Número de exposições itinerantes  Número de exposições participativas «Arte e comunidade»	Diagnóstico 2020  Implementação da medida: 2021-2024  Avaliação: 2024
<b>Academia PNA</b>	Capacitar os professores, mediadores e coordenadores do PCE para a pedagogia das artes e do património e para o uso dos instrumentos propostos pelo Plano  Promover e facilitar a transversalidade de linguagens e conteúdos e a diversidade de formas de ensinar e de aprender  Apoiar os docentes na lecionação de conteúdos elencados na Estratégia Nacional para a Cidadania através das artes  Enriquecer os referentes culturais dos mediadores e dos alunos	i) Constituir uma bolsa de cursos e de formações acreditadas nas áreas que envolvem a implementação do PNA (incluindo cursos em formato digital -MOOCs) ii) Preparar um grupo de formadores referentes PNA (docentes, artistas, mediadores) capacitados para mobilizar os conteúdos e as metodologias iii) Capacitar técnicos para o projeto TUTORIAS CRIATIVAS iv) Acompanhar artistas em Residências nas Escolas <sup>1</sup>	Instituições de ensino superior e formação profissional Alunos do ensino superior Fundações Empresas	Número de candidaturas  Número de Bolsas atribuídas	Durante a vigência do plano:  Diagnóstico 2020  Implementação da medida: 2021-2024  Avaliação: 2024
<b>Bolsa PNA</b>	Apoiar teses nas áreas: Arte, Educação e Comunidade	Instituir uma Bolsa PNA	Instituições de ensino superior e formação profissional Alunos do ensino superior Fundações Empresas	Número de candidaturas  Número de Bolsas atribuídas	Implementação: 2021-2024
<b>Conferências</b>	Organização de conferências, regionais / nacionais / internacionais, destinadas à difusão e debate sobre conceitos, práticas e contextos no âmbito da ação PNA  Divulgação de metodologias inovadoras nos domínios pedagógicos da criatividade	i) Organizar, em parceria com a RPM, o Encontro Nacional RPM, subordinado ao tema Arte e Comunidade ii) Participar em conferências para apresentar o PNA promover a sua visão, programas, projetos e medidas iii) Organizar um programa de conferências para divulgação e reflexão sobre pedagogias emergentes nas áreas do ensino da criatividade, das artes e das práticas culturais	RPM  Universidades Centros de investigação Investigadores  Instituições culturais  Artistas  Mediadores  Professores  Alunos	Número de conferências organizadas  Número de participantes em conferências e seminários	Durante a vigência do plano

**Anexo 30 – Objetivos do Eixo de Intervenção da Capacitação do PNA**

## **EIXO B. CAPACITAÇÃO**

### **PROGRAMA: PENSAMENTO E FORMAÇÃO**

Apoiar, produzir e disseminar reflexão crítica nas áreas do Plano

Investir na formação inicial e contínua dos professores e educadores, formais e não formais, mediadores e artistas

Capacitar para a utilização de pedagogias questionadoras e promotoras da autodescoberta, da colaboração e da comunicação

### **OBJETIVOS**

Aprofundar conceitos, práticas e processos artísticos e pedagógicos que promovam a criatividade e o pensamento crítico

Editar, uma coleção de livros – Coleção PNA – com vista à publicação de textos essenciais nas áreas arte, educação e comunidade

Criar uma linha editorial, física e digital, de recursos pedagógicos, com foco nos conteúdos transversais às aprendizagens do currículo das várias disciplinas do Ensino Básico (3º ciclo e secundário)

Oferecer formação presencial e não presencial (MOOCs), acreditada e creditada

Apoiar a investigação no âmbito dos estudos sobre Arte, Comunidade e Cidadania

Capacitar para a mobilização de conteúdos-chave inscritos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

**Anexo 31 – Eixo de Intervenção da Educação e Acesso do PNA**

EIXO C. EDUCAÇÃO E ACESSO					
MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Projeto Cultural de Escola (PCE)</b>	<p>Criar um ID Agrupamento-Cultura: identidade cultural, patrimonial e artística dos territórios educativos</p> <p>Criar em cada agrupamento o cargo de Coordenador do PCE<sup>1</sup></p> <p>Partir do ID Agrupamento-Cultura e do PEM.C.E para definir as propostas de ações do PCE:</p> <p>i) Articular o PCE com o contexto sociocultural do Agrupamento e do meio envolvente/ território de implantação/ comunidades educativas e culturais</p> <p>ii) Projetar o PCE em função das necessidades e singularidades da região</p>	<p>i) Articular o PCE com o Projeto Educativo de Escola (PEE)</p> <p>ii) Integrar o PCE com o Plano Anual de Atividades</p> <p>iii) Definir o perfil do Coordenador de PCE</p> <p>iv) Instituir a Comissão Consultiva do PCE<sup>2</sup></p> <p>v) Incentivar a participação das comunidades nos PCE através de patrocínios, mecenato, e outras formas de financiamento colaborativo</p>	<p>Ministérios da Educação/ DGE e DGeTE</p> <p>Agrupamentos de Escolas, Escolas e Centros de Formação</p> <p>Autarquia</p> <p>Comunidade educativa</p> <p>Coordenador do PCE</p> <p>Artista residente</p> <p>Entidades artísticas</p> <p>Encarregados de Educação e Famílias</p> <p>PNL/ PNC/ PEEA PRBE/ RPM</p> <p>Equipamentos culturais e patrimoniais</p> <p>Empresas</p> <p>Universidades</p> <p>Politécnicos / ESES</p> <p>Investigadores</p> <p>Pedagogos</p> <p>CIM</p>	<p>Número de ações desenvolvidas no PAA</p> <p>Número de projetos PAR</p> <p>Número de atividades curriculares e extracurriculares PCE</p> <p>Avaliação de Impacto nas aprendizagens dos alunos e hábitos culturais</p> <p>Número de projetos transdisciplinares</p> <p>Número de recursos pedagógicos produzidos</p> <p>% de sucesso escolar</p> <p>Número de ações desenvolvidas no exterior</p> <p>Avaliação dos projetos</p> <p>Avaliação das escolas</p>	<p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Preparação do programa e aplicação pilotos: 2019 - 2020</p> <p>Implementação/ Monitorização: 2020 - 2024</p> <p>Avaliação: 2024</p> <p>Implementação/ Monitorização: 2021 - 2024</p> <p>Avaliação: 2024</p> <p>Durante a vigência do plano:</p> <p>Elaboração de conteúdos e publicação 2019 - 2024</p> <p>Avaliação: 2024</p> <p>Durante a vigência do plano</p> <p>Durante a vigência do plano</p> <p>Diagnóstico e Implementação 2021 - 2024</p> <p>Avaliação: 2024</p>
<b>Projeto Artista Residente<sup>3</sup> (PAR)</b>	<p>Implementar o PAR nos agrupamentos/escolas com enquadramento e interesse no projeto</p>	<p>i) Prever a adaptação de um espaço da escola para ateliê, quando possível</p> <p>ii) Estabelecer contrato com o artista residente<sup>4</sup></p> <p>iii) Coadjuvar os coordenadores e docentes da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e propor projetos no âmbito dos conteúdos definidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania</p> <p>iv) Introduzir processos e práticas artísticas no currículo, nas pedagogias e didáticas, tanto a nível de gestão de conteúdos e competências, como nas metodologias utilizadas</p> <p>v) Desenvolver competências transversais dos alunos considerando: 4Cs/<sup>5</sup>; estilos de aprendizagem; múltiplas inteligências<sup>6</sup></p>			
<b>Cidadania: Do It Recursos pedagógicos</b>	<p>Criar uma linha editorial de recursos pedagógicos digitais que articulam as artes com outros conteúdos</p> <p>Disponibilizar os recursos online no Portal do PNA</p>	<p>i) Mobilizar os conteúdos da componente curricular de Cidadania e desenvolvimento<sup>7</sup> para a elaboração de recursos e ferramentas pedagógicas transversais, para professores e alunos</p> <p>ii) Alargar progressivamente a oferta de recursos a outras disciplinas</p> <p>iii) Produzir a edição «Do It - Escolas»<sup>8</sup> com a colaboração de artistas, conjunto de propostas de ações artísticas/participativas nas escolas</p>			
<b>Desvio: Sair para Entrar</b>	<p>Garantir que cada turma realiza, no âmbito do PCE, pelo menos uma atividade no exterior por trimestre</p>	<p>i) Promover a diversificação dos contextos de aprendizagem, especificamente os não formais, articulando a escola com as instituições culturais e sociais, sítios de património cultural e natural<sup>9</sup></p> <p>ii) Fortalecer, imprimir coerência e relevância à relação Escola-Comunidade</p> <p>iii) Recorrer ao Complemento de Educação Artística para executar projetos, propostas e expressões</p>			
<b>Em Aberto</b>	<p>Explorar os instrumentos de flexibilidade curricular para uma organização regular do calendário escolar e dos horários que possibilite a realização dos projetos definidos no PCE e o Projeto Cidadania: Do It.</p>	<p>i) Desenvolver pedagogias ativas, construtivas e críticas, promotoras da autonomia/emancipação</p> <p>ii) Programar atividades na escola: espetáculos, masterclasses, oficinas, debates com a presença de especialistas, artesãos, artistas, entidades artísticas</p> <p>iii) Transformar ambientes de trabalho, redesenhando a sala de aula e os espaços escolares</p> <p>iv) Diversificar estratégias de aprendizagem colaborativa através de regimes de mentoria/ tutoria, metodologia de projeto (Design Thinking Strategies)</p> <p>v) Proporcionar o contacto dos alunos e docentes com diferentes manifestações artísticas e patrimoniais</p>			
<b>Tutorias Criativas</b>	<p>Criar instrumentos e estratégias que contribuam para a inclusão dos alunos com Apoio Tutorial Específico</p> <p>Investir na capacitação de técnicos, docentes e não docentes, nas áreas das pedagogias criativas</p>	<p>i) Conceber e disponibilizar nas escolas estratégias e ferramentas de apoio à aprendizagem que recorram a metodologias artísticas e que valorizem a diferenciação de linguagens, de competências, de inteligências e de modos de construir conhecimento</p> <p>ii) Capacitar docentes e técnicos especialistas para o uso das estratégias e instrumentos propostos</p>			

*A articulação entre políticas culturais e políticas educativas em Portugal:  
O Plano Nacional das Artes*

MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Projeto Deslocar: Campo Criativo</b>	<p>Proporcionar o acesso e o diálogo entre artistas, comunidades e patrimónios, em prol da fruição, da criação e da cocriação em contextos de imersão</p> <p>Divulgar o património cultural das regiões</p>	<p>i) Reeditar e atualizar as extintas Missões Estéticas De Férias, da ANBA</p> <p>ii) Organizar estadias artísticas para alunos do Ensino Superior de Artes (Visuais, Dança, Música, Teatro, Cinema...), Arquitetura e Design</p> <p>iii) Estimular projetos culturais e artísticos com componentes formativas e intergeracionais, que possam contrariar o isolamento das regiões e dos cidadãos e o alheamento cultural</p>	<p>Academia Nacional de Belas-Artes (ANBA)</p> <p>Universidades e Institutos de ensino superior com oferta de cursos nas áreas artísticas</p> <p>Autarquias</p> <p>Comunidades locais</p>	<p>Número de projetos e obras</p> <p>Número de candidaturas</p> <p>Número de entidades parceiras</p> <p>Impacto de relação com as comunidades</p>	<p>Implementação 2021-2024</p> <p>Avaliação: 2024</p>
<b>Projeto Criar+</b>	<p>Promover projetos de inclusão social através das artes</p> <p>Contrariar o isolamento dos idosos e o alheamento cultural</p>	<p>i) Desenvolver atividades artísticas para seniores</p> <p>ii) Promover a integração de cidadãos desempregados e em risco de exclusão no âmbito das ações desenvolvidas com as entidades parceiras PNA</p>	<p>IEFP</p> <p>Autarquias</p> <p>CIM</p> <p>CDDR</p> <p>Idade +</p> <p>Cultura para Todos</p> <p>Entidades culturais e artísticas</p> <p>Seniores, Desempregados e outros participantes</p>	<p>Número de iniciativas e ações promovidas</p> <p>Número de participantes</p>	<p>Diagnóstico e Implementação 2021-2024</p> <p>Avaliação: 2024</p>
<b>Festival_ Bienal PNA</b>	<p>Promover a organização de um Festival/ Bienal PNA</p>	<p>i) Organizar um Festival com atividades/exposições/espetáculos espalhados pelo país, com parceiros institucionais, abordando as temáticas arte-comunidade e o intercâmbio arte-escola.</p> <p>O primeiro Festival será dedicado ao reconhecimento de projetos passados e atuais, e pretende disseminar boas práticas, que devem ser conhecidas e replicadas</p>	<p>Agrupamentos de Escolas</p> <p>Autarquias</p> <p>Docentes</p> <p>Alunos</p> <p>Profissionais da educação e da cultura</p> <p>Artistas</p> <p>Organizações culturais e artísticas</p> <p>Pedagogos</p> <p>PNC</p>	<p>Número de ações promovidas</p> <p>Números de públicos</p>	<p>Outubro de 2021 / Outubro de 2023</p>
<b>Prémio PNA</b>	<p>Atribuir anualmente o prémio PNA</p>	<p>Premiar obras ou projetos:</p> <p>i) que exponham a dimensão social e educativa das artes e património</p> <p>ii) que reflitam a missão do PNA</p> <p>iii) que promovam o acesso e a participação das comunidades</p>	<p>PNL</p> <p>PRBE</p> <p>PEEA</p> <p>RPM</p> <p>ANS</p>	<p>Reconhecimento público do prémio</p>	<p>Anualmente durante a vigência do Plano</p>

MEDIDAS	COMPROMISSOS	AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	CALENDARIZAÇÃO
<b>Portal e Newsletter PNA</b>	<p>Conceber o Portal e Newsletter do PNA para:</p> <p>i) disponibilizar informação</p> <p>ii) difundir as ações do PNA</p> <p>iii) disponibilizar recursos</p> <p>iv) localizar no território os espaços, companhias, artistas e projetos que desenvolvem a relação Arte-Educação e Arte-Comunidade</p> <p>v) conectar projetos e parceiros</p>	<p>i) Informar sobre a missão e ação PNA</p> <p>ii) Promover a circulação de projetos e obras que desenvolvam a relação Arte-Educação e Arte-Comunidade</p> <p>iii) Mapear espaços e equipamentos disponíveis em cada região</p> <p>iv) Localizar e inventariar os recursos disponíveis</p> <p>v) Fomentar a partilha de projetos, coproduções, circulação de projetos e a colaboração entre entidades e programas</p>	<p>MC/ ME</p> <p>PEEA/ PNL/ PNC</p> <p>PRBE/ RPM</p> <p>Meios de comunicação social</p> <p>Redes sociais</p> <p>Escolas</p> <p>Instituições culturais</p> <p>Personalidades públicas</p>	<p>Número de visualizações do portal</p> <p>Número de descargas de recursos</p> <p>Número de adesões à newsletter</p> <p>Número de campanhas e iniciativas de comunicação</p> <p>Número de conteúdos criados e difundidos</p> <p>Número de colaborações</p>	<p>Conceção: 2019-2020</p> <p> Lançamento de piloto: 2021</p> <p>Desenvolvimento com Portal disponível: 2022-2024</p> <p>Durante a vigência do plano</p>
<b>Estar Presente</b>	<p>Elaborar e implementar o Plano de comunicação PNA</p> <p> Criar parcerias com meios de comunicação social</p> <p> Estar presente nas redes sociais</p> <p> Criar e difundir conteúdos relacionados com a vocação e os objetivos estratégicos do Plano</p>	<p>i) Conceber e executar o plano de comunicação do PNA com campanhas nacionais (físicas e digitais) disseminadas pelo território</p> <p>ii) Divulgar projetos artísticos e o património cultural</p> <p>iii) Difundir o testemunho pessoal de pessoas com reconhecimento público</p> <p>iv) Divulgar iniciativas/boas práticas na relação arte/comunidade ou arte/educação</p> <p>v) Dar voz e presença pública aos jovens e à forma como experimentam e se relacionam com as artes</p> <p>vi) Criar conteúdos de comunicação de forma participativa</p> <p>vii) Participar nas redes sociais, em particular nas mais frequentadas pelos jovens</p>			

## **Anexo 32 – Objetivos do Eixo de Intervenção da Educação e Acesso do PNA**

<b>I INDISCIPLINAR A ESCOLA</b>	
Reforçar a identidade de cada agrupamento de escolas considerando o seu contexto territorial, social e cultural	Promover uma escola conectada, aberta e criativa, em linha com:
Articular a escola, o currículo, os conteúdos, o território, a comunidade, o património e a cultura local	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável_ONU
	Objetivos para a Educação 2030_OCDE
	Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos
	Recomendações da UNESCO sobre a centralidade da arte e do património na educação e na vida comunitária
	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
	Matrizes curriculares aprovadas pelo Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho
	Decreto-Lei Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de Julho, sobre Educação Inclusiva
	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

	<b>EIXO C. EDUCAÇÃO E ACESSO</b>
<b>II KM<sup>2</sup>: ARTE E COMUNIDADE</b>	Dar voz às pessoas, organizações e comunidades, responsabilizando-as pelo seu Km <sup>2</sup> cultural
	Contribuir para a valorização e coesão do território
	Impulsionar projetos de cocriação entre artistas e comunidades, em particular populações mais vulneráveis
	Promover o envolvimento da comunidade educativa com a comunidade local
	Divulgar boas práticas nas áreas de ação do plano
	Proporcionar o diálogo entre artistas, estudantes de artes e o património cultural das regiões do interior do país, envolvendo as comunidades locais

	<b>EIXO C. EDUCAÇÃO E ACESSO</b>
<b>III 360º COMUNICAR</b>	Elaborar e executar o Plano de Comunicação do PNA
	Criar uma plataforma de divulgação e mapeamento de propostas artísticas e culturais com dimensão social e educativa
	Conectar instituições
	Disponibilizar recursos pedagógicos
	Promover a circulação de projetos artísticos
	Inventariar a programação de educação cultural e artística existente em cada concelho/autarquia